



UnB
Universidade
de Brasília



UFPB
Universidade Federal
da Paraíba



UFRN
Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

DIMAS BARRÊTO DE QUEIROZ

**COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
Um estudo nos municípios brasileiros**

NATAL – RN
2015

DIMAS BARRÊTO DE QUEIROZ

**COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
Um estudo nos municípios brasileiros**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Aneide Oliveira Araújo.

Área de concentração: Mensuração Contábil.

Linha de pesquisa: Contabilidade para a Tomada de Decisão.

Catálogo da Publicação na Fonte
Biblioteca Central Zila Mamede – Setor de Informação e Referência

Queiroz, Dimas Barrêto de.

Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros / Dimas Barrêto de Queiroz. – Natal, RN, 2015.

132 f.

Orientadora: Aneide Oliveira Araújo.

Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. Finanças públicas – Tese. 2. Teoria dos ciclos políticos – Tese. 3. Composição dos gastos públicos – Tese. 4. Natureza dos gastos públicos – Tese. 5. Funções orçamentárias – Tese. I. Araújo, Aneide Oliveira. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 351.72

DIMAS BARRÊTO DE QUEIROZ

**COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
Um estudo nos municípios brasileiros**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de novembro de 2015.

Profa. Dra. Aneide Oliveira Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof. Dr. José Matias-Pereira

Universidade de Brasília
Examinador Interno

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Prof. Dr. Fernando Porfírio Soares de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Examinador Externo

Profa. Dra. Rossana Guerra de Sousa

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador Externo

**NATAL – RN
2015**

Aos meus pais, José Leite e Sandra, e aos meus irmãos, Rachel e Isaac, por todo amor, força e apoio.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por sempre me iluminar e me guiar ao longo deste árduo caminho, concedendo-me força em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, José Leite e Sandra, por TUDO. Não é possível descrever em palavras tudo o que vocês representam para mim.

Aos meus irmãos, Isaac e Rachel, exemplos profissionais e pessoais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Aneide Oliveira Araújo, pela atenção e, sobretudo, pela paciência de me orientar na elaboração desta tese de doutorado.

Aos professores: César Augusto Tibúrcio Silva, José Matias-Pereira, Otávio Ribeiro de Medeiros, Paulo Roberto Barbosa Lustosa, Jorge Katsumi Niyama, Ivan Ricardo Gartner, Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante e Edilson Paulo, pelos ensinamentos.

Aos meus colegas de turma: Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa, João Marcelo Alves Macedo, Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão, Vinícius Gomes Martins, Tatiane de Oliveira Marques, Anderson Roberto Pires e Silva e Gilmara Borges, pelo companheirismo e cumplicidade demonstrados ao longo de todo o curso.

Em especial, aos colegas João Marcelo, Felipe Pontes e Vinícius Martins. De companheiros de viagens a amigos para todas as horas. Além dos diversos debates e discussões enriquecedoras sobre temas variados, que certamente contribuíram para minha formação acadêmica, a convivência com vocês tornou mais fácil este árduo caminho.

Ao Prof. Ivan Gartner, que percebeu o potencial de um artigo apresentado em sua disciplina, incentivando-me a continuar os estudos nesta temática.

Às minhas orientadas da Ufersa, Lívia e Vanessa, pelo auxílio no processo de coleta dos dados.

Aos demais colegas do programa, alunos, servidores e professores, que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta jornada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu alcançasse este sonho.

A todos vocês, meu muito obrigado!

RESUMO

A literatura relacionada à teoria dos ciclos políticos aponta para a existência de manipulação fiscal em períodos eleitorais tanto no nível agregado da despesa pública quanto em determinados tipos de gastos capazes de melhorar a imagem do gestor e influenciar positivamente seu desempenho eleitoral. Baseada nessa constatação, esta pesquisa objetivou avaliar a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nas eleições municipais brasileiras. Mais especificamente, buscou verificar se os municípios que apresentam uma composição de gastos públicos com percentuais maiores e menores aplicados em despesas finalísticas e não finalísticas, respectivamente, possuem maiores chances de recondução do partido político do prefeito. Avaliou-se a composição dos gastos públicos por duas óticas: natureza e funções orçamentárias. A amostra compôs-se de 4.025, 4.389 e 4.433 municípios nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. A pesquisa avaliou a composição das despesas do ano eleitoral e do período sem efeito eleitoral, caracterizado pela média de gastos dos três primeiros anos de mandato. Utilizou-se a técnica de regressão logística, por fornecer *outputs* em termos de probabilidade. Avaliando-se a natureza dos gastos públicos, as evidências revelaram que os municípios cujos partidos foram reconduzidos gastaram percentuais maiores da despesa orçamentária com investimentos (INV) e menores com pessoal e encargos sociais (PES) e outras despesas correntes (ODC). Os modelos de regressão logística revelaram que os investimentos influenciaram positivamente as chances de recondução nas três eleições. Já as variáveis PES e ODC não foram simultaneamente significantes e com sinal negativo. Enquanto a variável PES foi significativa em 2004 e 2008, a ODC apresentou significância estatística apenas em 2012. Essas constatações independem se o período tem efeito eleitoral ou não. Avaliando-se a segunda classificação dos gastos públicos, verificou-se gastos mais elevados nas funções finalísticas e mais baixos nas funções não finalísticas nos grupos de municípios cujos partidos foram reconduzidos. Porém, exceto pela função agricultura (AGR), que exerceu influência positiva sobre a probabilidade de recondução nos três períodos, as demais funções não apresentaram um comportamento uniforme, apresentando significância estatística apenas em alguns períodos. A pesquisa concluiu que, de modo geral, os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram percentuais maiores da despesa orçamentária em gastos finalísticos, reduzindo as despesas administrativas. Porém, nem todos os gastos influenciaram as probabilidades de recondução dos partidos políticos de forma significativa.

Palavras-chave: Finanças públicas. Teoria dos ciclos políticos. Composição dos gastos públicos. Natureza dos gastos públicos. Funções orçamentárias.

ABSTRACT

The literature related to the theory of political cycles points to the existence of tax manipulation during election periods both at the aggregate level of public expenditures as in certain types of expenses that can improve the manager's image and positively influence his electoral performance. Based on this observation, this research aimed to evaluate the influence of the composition of public expenditures on the probability of reappointment of political parties in Brazilian municipal elections. More specifically, it sought to verify whether municipalities with a composition of public expenditures on higher and lower rates applied in purposive and non-purposive expenses, respectively, have higher chances of reappointment of the mayor's political parties. The composition of public expenditures was evaluated by two points of view: nature and budgetary functions. The sample consisted of 4,025, 4,389 and 4,433 municipalities in the elections of 2004, 2008 and 2012, respectively. The research evaluated the composition of expenditures of the election year and of the period without election effect, characterized by the average of expenditures of the first three years of mandate. The logistic regression technique was used for providing outputs in terms of probability. Evaluating the nature of public expenditures, the evidence revealed that municipalities whose parties were reappointed spent higher percentages of budgetary expenditure on investment (INV) and lower on staff and social charges (PES) and incidental expenses (ODC). The logistic regression models revealed that investments positively influenced the chances of reappointment in three elections. The PES and ODC variables were not simultaneously significant and with negative sign. While ESP variable was significant in 2004 and 2008, the ODC was statistically significant only in 2012. These findings are independent if the period has election effect or not. Evaluating the second classification of public expenditures, there was higher expenditures on finalistic functions and lower in non-purposive functions in groups of municipalities whose parties were reappointed. However, except for agriculture (AGR) function, which had a positive influence on the probability of reappointment in the three periods, the other functions did not show a uniform behavior, with statistical significance only in some periods. The research concluded that, in general, municipalities whose parties were reappointed applied highest percentages of budgetary expenditure in finalistics expenditures, reducing administrative costs. However, not all expenditures influenced the reappointment chances of political parties significantly.

Keywords: Public finances. Theory of political cycles. Composition of public expenditures. Nature of public expenditures. Budgetary functions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre variáveis dependentes e independentes

72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos modelos de ciclos políticos	36
Quadro 2 – Descrição da variável dependente	64
Quadro 3 – Natureza das despesas orçamentárias	65
Quadro 4 – Variáveis independentes: natureza da despesa pública	65
Quadro 5 – Variáveis independentes: funções orçamentárias	67
Quadro 6 – Variáveis de controle	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da pesquisa	63
Tabela 2 – Municípios cujos partidos obtiveram êxito nas eleições	77
Tabela 3 – Discriminação dos municípios cujos partidos obtiveram êxito nas eleições	78
Tabela 4 – Natureza dos gastos públicos nos grupos de municípios	79
Tabela 5 – Influência dos gastos com pessoal sobre a probabilidade de recondução	80
Tabela 6 – Influência das outras despesas correntes sobre a probabilidade de recondução	83
Tabela 7 – Influência dos investimentos sobre a probabilidade de recondução	84
Tabela 8 – Análise das categorias econômicas	86
Tabela 9 – Natureza dos gastos públicos per capita nos grupos de municípios	87
Tabela 10 – Receita orçamentária per capita nos grupos de municípios	87
Tabela 11 – Influência dos gastos per capita sobre a probabilidade de recondução	88
Tabela 12 – Composição dos gastos públicos nos períodos sem e com efeito eleitoral	90
Tabela 13 – Variações nas médias entre os períodos sem e com efeito eleitoral	91
Tabela 14 – Categorias econômicas nos períodos sem e com efeito eleitoral	91
Tabela 15 – Natureza dos gastos públicos no período sem efeito eleitoral	92
Tabela 16 – Influência da composição dos gastos nos períodos sem efeito eleitoral	93
Tabela 17 – Análise das categorias econômicas no período sem efeito eleitoral	94
Tabela 18 – Funções orçamentárias nos grupos de municípios nos anos eleitorais	96
Tabela 19 – Influência das funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução	98
Tabela 20 – Funções orçamentárias nos períodos sem e com efeito eleitoral	100
Tabela 21 – Funções orçamentárias nos grupos no período sem efeito eleitoral	101
Tabela 22 – Influência das funções orçamentárias do período sem efeito eleitoral	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Administração
ASS	Assistência Social
AGR	Agricultura
CF	Constituição Federal
CO	Região Centro-Oeste
CUL	Cultura
DCAP	Despesas de Capital
DCOR	Despesas Correntes
DL	Desporto e Lazer
EDU	Educação
Finbra	Finanças Brasil
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GOV	Alinhamento Político com o Governador
GMM	<i>Generalized Method of Moments</i>
HL	<i>Hosmer-Lemeshow</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
INV	Investimentos
LR	Razão de Verossimilhança
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF	Ministério da Fazenda
MOG	Ministério do Orçamento e Gestão
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MW	<i>Mann-Whitney</i>
N	Região Norte
NE	Região Nordeste
NS	Não Significante
ODC	Outras Despesas Correntes

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PBC	Ciclo Político-Orçamentário
PES	Pessoal e Encargos Sociais
PIB	Produto Interno Bruto
Robek	<i>Register for State Review and Approval of Financial Obligations</i>
PRE	Alinhamento Político com o Presidente
RP	Recondução do Partido
S	Região Sul
SAU	Saúde
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAM	Tamanho do Município
TRA	Transporte
TEC	Tentativa de Eleição de um Correligionário
TRP	Tentativa de Reeleição do Prefeito
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
URB	Urbanismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	19
1.4	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	20
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	21
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	TEORIA DO FEDERALISMO FISCAL	22
2.1.1	Fundamentos e evolução da teoria do federalismo fiscal	22
2.1.2	Federalismo brasileiro e autonomia fiscal municipal	29
2.2	TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS	33
2.2.1	Evidências brasileiras	45
2.3	TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E RESULTADOS ELEITORAIS	48
2.3.1	Evidências brasileiras	56
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA	62
3.2	COLETA DOS DADOS	63
3.3	DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	63
3.3.1	Variável dependente	64
3.3.2	Variáveis independentes de interesse	64
3.3.3	Variáveis independentes de controle	68
3.4	HIPÓTESES DE PESQUISA	70
3.5	ESPECIFICAÇÃO DO MODELO EMPÍRICO	71
3.5.1	Técnica econométrica	71
3.5.2	Modelo empírico	75
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
4.1	NATUREZA DOS GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS	78
4.2	FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RESULTADOS ELEITORAIS	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE	114

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 alterou significativamente as relações intergovernamentais existentes durante a ditadura militar, que se caracterizavam por uma forte tendência de centralização fiscal, na qual o governo federal era responsável pelo gerenciamento da maior parte dos recursos públicos. Porém, o processo de redemocratização reconfigurou o sistema federativo brasileiro, ao delegar aos estados e municípios a responsabilidade pela execução da maioria dos serviços públicos, tais como: educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para ofertar tais serviços públicos, os municípios gerenciam recursos financeiros oriundos de sua receita tributária e, sobretudo, das transferências intergovernamentais recebidas dos estados e da União, com o objetivo de amenizar o *vertical fiscal gap*. Esse *gap* consiste em um desequilíbrio entre a arrecadação de receitas e a necessidade de despesas nos entes subnacionais de governo.

Partindo do princípio que a sociedade (principal) delega ao gestor público (agente) o gerenciamento sobre esse grande volume de recursos financeiros, físicos e humanos, é possível a ocorrência de problemas relacionados à teoria da agência de Jensen e Meckling (1976), nos quais o agente pode optar por alternativas que lhe favoreçam, em detrimento dos interesses do principal.

O pensamento econômico tradicional estabelece uma base lógica de interesse racional entre economia e política, considerando que a função do Estado é a maximização do bem-estar da sociedade. Porém, a corrente positiva do pensamento econômico rejeita essa hipótese tradicional, por considerar que ela é irracional na perspectiva dos indivíduos, que, em determinado momento, são gestores públicos e estão sujeitos a avaliações eleitorais periódicas (MARTINS, 2002).

Downs (1957), um dos precursores da teoria dos ciclos políticos, afirma que cada agente da divisão do trabalho possui tanto um motivo privado quanto uma função social. Partindo do princípio de que os agentes executam sua função social como forma de atingir seus fins privados, tais como renda, prestígio e poder, deve-se considerar incompatível com o corpo principal da análise econômica qualquer tentativa de discutir uma teoria de ação governamental sem discutir os motivos daqueles que os dirigem.

A busca por relações entre economia, política e eleição deu origem às teorias que verificam as consequências políticas das ações econômicas dos poderes executivos. Pode-se considerar a teoria dos ciclos políticos um viés da teoria da agência, capaz de explicar como os governantes são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma situação específica: eleição.

Downs (1957) avaliou se os partidos políticos em uma democracia formulam políticas públicas estritamente como meio de ganhar votos, ou seja, se a função social de executar políticas públicas é realizada como um subproduto do interesse particular de obter renda, poder e prestígio. Baseado no cenário de conhecimento imperfeito e informação dispendiosa, o autor avaliou três aspectos para a construção de seu modelo teórico: (a) persuasão; (b) ideologia; e (c) irracionalidade. A teoria dos ciclos políticos foi sistematizada e ganhou vertentes nas décadas de 1970 e 1980, por meio dos estudos de Nordhaus (1975), Lindbeck (1976), Hibbs Junior (1977), Alesina (1987), Alesina e Sachs (1988), Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990).

Após investigar um modelo de escolha pública intertemporal entre inflação e desemprego, Nordhaus (1975) introduziu na literatura o *political business cycle*, no qual, imediatamente após uma eleição, o vencedor aumentará o desemprego até algum nível relativamente elevado, a fim de combater a inflação. Com a aproximação das eleições, a taxa de desemprego será reduzida até que, na véspera da eleição, atinja um ponto ótimo. O autor assume que o comportamento dos eleitores é míope, ou seja, a memória dos acontecimentos mais recentes é mais forte do que os males mais antigos e que os indivíduos têm as taxas agregadas de desemprego e inflação como suas funções de preferência.

Rogoff (1990) introduziu o *political budget cycle* na literatura, ao constatar que as manipulações em períodos eleitorais aconteciam, também, em variáveis fiscais, tais como: despesa orçamentária, despesa corrente, gastos com pessoal e encargos sociais, investimentos, entre outras. Nesse sentido, Rogoff (1990) ampliou o campo de pesquisa sobre teoria dos ciclos políticos, ao possibilitar o teste sobre diversas variáveis fiscais, além de estender a análise para estados e municípios. Após avaliar a evolução das pesquisas sobre ciclos políticos nos últimos 25 anos, contados a partir da pesquisa de Nordhaus (1975), Drazen (2001) afirma que os modelos de ciclos políticos que se baseiam na política fiscal são mais consistentes do ponto de vista teórico.

A literatura recente tem se concentrado na identificação do *political budget cycle* proposto por Rogoff (1990). As evidências apontam que a presença e intensidade dos ciclos políticos diferem entre os diversos países estudados em função da grande heterogeneidade de

fatores que condicionam a manipulação de variáveis fiscais. Nesse sentido, as pesquisas abordam as diversas características capazes de afetar os ciclos políticos nos países.

Brender e Drazen (2005) encontraram evidências de ciclos políticos apenas em novas democracias em função da falta de experiência política e do baixo nível de transparência. Alt e Lassen (2006) também apontam a falta de transparência como fator determinante, que pode ocorrer tanto em novas quanto em velhas democracias. Shi e Svensson (2006) identificaram que os ciclos político-orçamentários são significativamente maiores e estatisticamente mais robustos em países em desenvolvimento. Rose (2006) encontrou evidências de ciclos políticos em estados americanos que possuíam regras fiscais menos rigorosas. Por fim, Gonzalez, Hindriks e Porteiro (2013) identificaram que os incentivos aos ciclos políticos são maiores em regimes fiscais descentralizados. Diversas outras pesquisas também identificaram a existência de ciclos políticos em variáveis fiscais (HAAN, 2013; HANUSCH, 2012; SAPORITI; STREB, 2008; STREB; TORRENS, 2013; VERGNE, 2009).

Percebe-se que a presença de ciclos político-orçamentários é impulsionada pelas novas democracias e países pouco desenvolvidos, nos quais há pouca experiência eleitoral, baixo nível de transparência, regras fiscais pouco rígidas, entre outros fatores. Porém, mesmo em países desenvolvidos, nos quais os ciclos políticos em gastos totais e déficits públicos são menos comuns, a manipulação de variáveis fiscais pode acontecer na composição dos gastos públicos com o objetivo de atender grupos de interesses especiais em troca de apoio na campanha (KHEMANI, 2004).

A alteração da composição dos gastos públicos objetiva favorecer itens que são altamente visíveis pela população na tentativa de sinalizar competência e melhorar as chances de reeleição (DRAZEN; ESLAVA, 2005). Schneider (2010) argumenta que a alteração da composição das despesas públicas serve como uma estratégia alternativa à realização de déficits em períodos eleitorais, aumentando o apoio político sem desequilibrar o orçamento público.

Diversas pesquisas internacionais comprovam a manipulação na composição dos gastos públicos nos períodos eleitorais. Estudos com países (KATSIMI; SARANTIDES, 2012; VERGNE, 2009) apontaram para uma alteração dos gastos públicos em direção às despesas correntes em detrimento das de capital. Já pesquisas que avaliaram municípios (DRAZEN; ESLAVA, 2010; VEIGA; VEIGA, 2007b) concluíram que o comportamento oportunista concentra-se nos investimentos, uma vez que tratam-se de despesas finalísticas capazes de sinalizar competência e aumentar as chances de reeleição dos gestores.

No âmbito brasileiro, diversas pesquisas comprovam a existência de ciclos eleitorais nos gastos totais e em categorias específicas de despesas públicas. Sakurai (2005) identificou

um impulso positivo em anos eleitorais na despesa orçamentária em municípios paulistas. Sakurai (2009) avaliou os municípios brasileiros no período de 1990 a 2005 e identificou distorções em períodos eleitorais nas funções saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e, por fim, transporte. Carvalho e Oliveira (2009) encontraram impulsos positivos nos períodos eleitorais nas funções transporte e legislativa nas prefeituras fluminenses entre 1998 e 2006. Por fim, Sakurai e Menezes-Filho (2011) identificaram um aumento nos gastos totais e correntes e uma redução nos investimentos, nas receitas fiscais locais e no excedente orçamentário em anos eleitorais dos municípios brasileiros no período de 1989 a 2005.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A proximidade das eleições e o nível de reputação do gestor afetam suas escolhas políticas na tentativa de influenciar as decisões dos eleitores e aumentar sua probabilidade de reeleição (MARTINEZ, 2009). Diversas pesquisas internacionais e nacionais estudaram como a manipulação de variáveis fiscais afeta a probabilidade de recondução de um grupo político.

De modo geral, as evidências internacionais são conclusivas ao afirmarem que desajustes fiscais em países desenvolvidos, caracterizados por déficits correntes e aumento do endividamento, em anos eleitorais, reduzem a probabilidade de recondução do grupo político do gestor público (BRENDER, 2003; BRENDER; DRAZEN, 2008; PELTZMAN, 1992). Nesse sentido, a literatura aponta que os eleitores adotam uma postura de conservadorismo fiscal em relação às mensurações agregadas das despesas públicas em períodos eleitorais.

No âmbito brasileiro, não se verificou esse comportamento. Sakurai e Menezes-Filho (2008), após análise de 2.235 municípios entre 1988 e 2000, identificaram que os gestores que apresentaram gastos *per capita* mais elevados ao longo dos mandatos tiveram mais chances de recondução. Nakaguma e Bender (2010), após estudo nos estados brasileiros entre 1986 e 2004, concluíram que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos, tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias. Arvate, Mendes e Rocha (2010) estudaram 2.732 municípios brasileiros na eleição de 2000 e concluíram que os eleitores brasileiros têm preferência por prefeitos que aumentam os gastos públicos. Por fim, Klein (2010), após analisar 5.406 municípios na eleição de 2004, identificou que os prefeitos que aumentaram os gastos em anos eleitorais apresentaram maiores chances de reeleição.

Abordando especificamente a composição dos gastos públicos, evidências internacionais apontam que determinadas categorias das despesas públicas influenciam

positivamente o desempenho eleitoral dos partidos políticos. Drazen e Eslava (2010) estudaram municípios colombianos no período de 1987 a 2002 e identificaram que gastos com investimentos mais elevados aumentam o percentual de votos obtidos pelo partido político do gestor público, enquanto as despesas correntes não apresentaram significância estatística. Veiga e Veiga (2007a) também encontraram evidências de que gastos mais elevados com investimentos estão associados a maiores porcentagens de votos obtidos por partidos políticos em municípios portugueses. No Brasil, Vicente e Nascimento (2012) também encontraram uma relação positiva e significativa entre investimentos e as chances de recondução dos partidos políticos.

Algumas pesquisas relacionaram variações de determinados gastos públicos e resultados eleitorais. Enkelmann e Leibrecht (2013) avaliaram a influência de variações de categorias da despesa pública em anos eleitorais sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos em 32 países europeus entre 1990 e 2010. Os resultados não indicaram significância estatística entre as variações de categorias econômicas relevantes (administração, economia, meio ambiente, lazer, educação e social) e a probabilidade de recondução dos partidos políticos. Veiga e Veiga (2007a), por sua vez, não encontraram significância estatística entre variações nos gastos com investimentos e o percentual de votos obtidos pelos partidos políticos de municípios portugueses. Essas evidências sugerem que não são as variações nos gastos públicos que afetam as chances de recondução, e sim a própria composição da despesa pública.

De modo geral, a literatura internacional aponta para uma postura de conservadorismo fiscal por parte dos eleitores nas democracias estabilizadas. Em função disso, os gestores optam pela manipulação da composição das despesas públicas. No âmbito brasileiro, as pesquisas apontam que o aumento de gastos nos anos eleitorais aumenta a probabilidade de recondução. Os estudos também apontam que existe uma manipulação na composição das despesas públicas em períodos eleitorais. Porém, a influência da composição dos gastos públicos e de suas variações sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nos municípios brasileiros permanece como uma incógnita.

Baseando-se na literatura descrita, esta pesquisa possui dois pressupostos. Inicialmente, considera-se que diferentes categorias de despesas têm efeitos diferenciados sobre a votação, com o partido político que está no poder beneficiando-se com despesas seletivas. Esse fator justifica a alteração da composição da despesa pública em direção aos gastos mais perceptíveis pela sociedade.

Em segundo lugar, considera-se que há manipulação nas variáveis fiscais em períodos eleitorais. Em outras palavras, tem-se que os partidos políticos que estão no poder, independentemente da obtenção de êxito nas eleições, manipulam os gastos públicos, uma vez que pretendem permanecer no poder.

A partir desses pressupostos, surge o seguinte questionamento: **qual a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nos municípios brasileiros?**

Analisa-se a composição dos gastos públicos sob duas óticas: (a) natureza da despesa; e (b) função orçamentária. Os grupos de natureza da despesa consistem em agregadores de gastos com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. A Portaria Interministerial nº 163/2001, do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), classifica os grupos de natureza da despesa em seis tipos: (a) pessoal e encargos sociais; (b) juros e encargos da dívida; (c) outras receitas correntes; (d) investimentos; (e) inversões financeiras; e (f) amortização da dívida.

Já as funções orçamentárias fazem parte da classificação funcional da despesa pública e consistem no maior nível de agregação das diversas áreas de despesa pública que competem ao setor público. Essas funções são definidas pela Portaria nº 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG).

A recondução do partido político do prefeito municipal significa que o partido do atual gestor fez parte da coligação vencedora nas eleições municipais. Nesse sentido, para fins desta pesquisa, o sucesso no pleito é caracterizado tanto pela reeleição do prefeito quanto pela eleição de um correligionário.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo geral

Diante do problema apresentado, o objetivo geral desta pesquisa consiste em averiguar a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito nas eleições municipais dos anos de 2004, 2008 e 2012.

Mais especificamente, busca-se verificar se os municípios que apresentam uma composição de gastos públicos com percentuais maiores e menores aplicados em despesas finalísticas e não finalísticas, respectivamente, possuem maiores chances de recondução do partido político do prefeito.

Para fins desse trabalho, caracteriza-se como despesas finalísticas aquelas que produzem algum tipo de impacto social, sendo, portanto, mais perceptíveis pelos eleitores. Já as despesas administrativas são consideradas como não finalísticas.

1.3.2 Objetivos específicos

Inicialmente, esta pesquisa avaliará apenas os anos eleitorais de 2004, 2008 e 2012. Nesse sentido, estabeleceu-se o primeiro objetivo específico:

a) avaliar a influência da composição da despesa pública nos anos eleitorais sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal

Posteriormente, a análise avaliará os períodos sem efeito eleitoral, caracterizados pelas médias de gastos dos três primeiros anos de mandato. Justifica-se essa análise com base nas pesquisas (ENKELMANN; LEIBRECHT, 2013; VEIGA; VEIGA, 2007a) que não encontraram influência significativa entre variações de gastos públicos e o desempenho eleitoral. Além disso, algumas pesquisas (BALAGUER-COLL *et al.*, 2015; VEIGA; VEIGA, 2007a) identificaram que as relações significativas entre determinados gastos públicos e as chances de recondução independem se o período é eleitoral ou não.

Baseando-se nessas evidências, esta pesquisa estenderá a análise para os períodos sem efeito eleitoral:

b) avaliar a influência da composição da despesa pública no período sem efeito eleitoral sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal

Após o cumprimento dos dois objetivos específicos, comparar-se-ão os resultados para averiguar se, de fato, a influência da composição da despesa pública sobre a probabilidade de recondução dos partidos existe independentemente se o período tem ou não efeito eleitoral.

Ressalta-se que esta pesquisa utilizará duas classificações para avaliar a composição da despesa pública: (a) natureza; e (b) funções orçamentárias. Aplicar-se-ão os objetivos supracitados às duas classificações, resultando em duas análises independentes.

1.4 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Em função da autonomia fiscal dos municípios brasileiros e do calendário eleitoral, com eleições realizadas periodicamente e em datas predefinidas conhecidas pelos agentes públicos, torna-se imprescindível ampliar o conhecimento sobre ciclos político-orçamentários, sobretudo na esfera municipal, que se caracteriza pela grande proximidade à população, quando comparado aos governos estaduais e federal.

Nesse sentido, espera-se aumentar o nível de compreensão sobre o fenômeno da manipulação fiscal em períodos eleitorais mediante o fornecimento de evidências que comprovem que a composição dos gastos públicos influencia a probabilidade de recondução do partido político do gestor. Essas evidências permitirão compreender o nível de maturidade do eleitor brasileiro para assimilar e valorizar ou punir gestores que deem preferência aos gastos mais perceptíveis.

Justifica-se, também, esta pesquisa em função de uma lacuna na literatura nacional sobre a influência da composição das despesas públicas sobre os resultados eleitorais. Sakurai e Menezes-Filho (2008) avaliaram as despesas totais, correntes e de capital. Nakaguma e Bender (2010) estudaram os gastos totais, correntes, de capital e de custeio. Arvate, Mendes e Rocha (2010) analisaram despesas correntes e débitos no ano eleitoral. Klein (2010) avaliou as despesas orçamentárias. Por fim, Vicente e Nascimento (2012) trabalharam índices extraídos das demonstrações contábeis.

Percebe-se que as pesquisas nacionais decompueram as despesas orçamentárias, no máximo, em correntes, de capital e de custeio. Nesse sentido, a presente pesquisa diferencia-se das anteriores em função de decompor os gastos públicos de acordo com sua natureza e até o nível das funções orçamentárias.

A análise por região, apresentada de forma complementar no apêndice deste trabalho, caracteriza uma inovação em relação às pesquisas nacionais. Essa análise baseia-se no teorema da descentralização, proposto por Oates (1972), que parte do pressuposto de que os níveis descentralizados têm maiores condições de determinar os níveis de produção de bens e serviços públicos de acordo com as necessidades e preferências locais. Isso se deve ao acesso às informações e demandas da sociedade nas diversas localidades. Em função da dimensão continental do país e da grande diversidade socioeconômica, é natural que as diversas regiões possuam preferências e atribuam pesos diferentes aos diversos tipos de gastos públicos, ocasionando variações na influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa avalia a composição dos gastos públicos e sua influência sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal nos anos de 2004, 2008 e 2012. Optou-se por esse período em função da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Em função dessa escolha metodológica, não se fizeram comparações com eleições ocorridas antes da aprovação da referida lei.

O presente estudo restringe-se ao âmbito municipal. Justifica-se essa escolha em função de a diversidade de porte, nível de desenvolvimento econômico e social, localização geográfica, filiação partidária, entre outras características, permitirem uma compreensão mais completa da relação entre manipulação de variáveis relacionadas à teoria dos ciclos políticos e a probabilidade de recondução do partido político. Logo, não se avaliaram, nesta pesquisa, os demais entes públicos, tais como os estados.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho estrutura-se em cinco seções. A primeira delas, que se encerra neste subitem, apresenta a contextualização do estudo, a construção do problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, as justificativas e contribuições esperadas, e as delimitações.

O referencial teórico consiste na segunda seção. Inicialmente, apresenta-se a teoria do federalismo fiscal, com ênfase na autonomia fiscal municipal e no teorema da descentralização, considerados essenciais por este estudo. Posteriormente, apresenta-se a teoria dos ciclos políticos, com ênfase na relação entre composição dos gastos públicos e resultados eleitorais.

A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos, expondo a população e a amostra investigada, o processo de coleta e tratamento dos dados, a descrição das variáveis, as hipóteses de pesquisa e a construção do modelo de regressão logística que o estudo utilizou.

A seção quatro apresenta a análise e a discussão dos resultados. Em linhas gerais, comparam-se os percentuais de gastos dos municípios cujos partidos foram reconduzidos com os dos municípios cujos partidos não obtiveram êxito no pleito. Na sequência, averigua-se a influência da composição dos gastos públicos, pelas duas classificações da despesa pública, sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito.

As considerações finais, limitações e recomendações para futuras pesquisas apresentam-se na seção cinco. Por fim, vêm as referências e o apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico se divide em duas seções principais. A primeira parte aborda a teoria do federalismo fiscal e, mais especificamente, o teorema da descentralização e a autonomia fiscal municipal. A compreensão das atribuições fiscais dos municípios brasileiros é fundamental para a avaliação de como se podem manipular algumas despesas para melhorar a reputação do gestor e aumentar sua probabilidade de reeleição. A segunda seção consiste na análise da evolução da teoria dos ciclos políticos, enfatizando a influência da manipulação de variáveis fiscais sobre resultados eleitorais.

2.1 TEORIA DO FEDERALISMO FISCAL

A teoria do federalismo fiscal é caracterizada como uma teoria subjacente, porém importante para a elaboração desta pesquisa. Torna-se valioso discutir essa questão em função de a presença e a magnitude dos ciclos político-orçamentários serem afetados pela configuração, responsabilidade e, sobretudo, autonomia fiscal dos entes públicos em um país.

Gonzalez, Hindriks e Porteiro (2013) avaliaram como a probabilidade de a política fiscal ser distorcida em períodos eleitorais difere entre os regimes centralizados e descentralizados. Os autores afirmam que, com a centralização, existem dois efeitos que afetam a probabilidade do ciclo político-orçamentário: (a) a possibilidade de distorção seletiva; e (b) a diversificação do custo. Segundo os autores, ambos os efeitos apontam para o mesmo sentido, que a probabilidade de ocorrência de ciclos político-orçamentários é menor no sistema centralizado quando comparada à configuração descentralizada, que é adotada pelo Brasil.

Decompôs-se esta seção em duas subseções. O objetivo do primeiro tópico é expor a base da teoria do federalismo fiscal, enfatizando o teorema da descentralização e as principais características dos sistemas centralizados e descentralizados. Posteriormente, dar-se-á ênfase ao federalismo brasileiro, que se caracteriza pela descentralização e autonomia fiscal municipal, respeitando os limites impostos por diversos elementos normativos, entre eles a LRF.

2.1.1 Fundamentos e evolução da teoria do federalismo fiscal

As primeiras pesquisas relacionadas à teoria do federalismo fiscal foram realizadas por Musgrave (1939) e Samuelson (1954). Baseado nesses dois estudos, Tiebout (1956) elaborou um modelo de gastos com bens públicos locais que pudessem refletir as preferências de uma

determinada população. Posteriormente, Oates (1972) sistematizou a teoria por meio do teorema da descentralização. A partir da década de 1970, realizaram-se diversos estudos abordando diferentes aspectos da teoria do federalismo fiscal.

Musgrave (1939) propôs uma teoria de troca voluntária da economia pública, na qual os impostos aparecem como pagamentos voluntários feitos pelos indivíduos em troca de serviços prestados pelas entidades públicas. Já Samuelson (1954) busca explicar a teoria do gasto público ótimo assumindo que essas despesas são tratadas no nível do governo central.

O principal problema das teorias de Musgrave (1939) e Samuelson (1954) diz respeito ao mecanismo pelo qual os eleitores-consumidores registram suas preferências por bens públicos. Na verdade, não havia qualquer mecanismo para forçar o eleitor-consumidor a declarar suas verdadeiras preferências. Tiebout (1956) afirma que, para a elaboração de uma teoria satisfatória de finanças públicas, seria desejável: (a) forçar o eleitor a revelar suas preferências; (b) ser capaz de satisfazê-lo de forma semelhante ao que um mercado de bens privados faz; e (c) tributá-lo adequadamente.

Musgrave (1939) e Samuelson (1954) assumem que os gastos públicos são tratados no nível federal. No entanto, a prestação de vários tipos de serviços, tais como a atividade policial, combate a incêndio, educação, saúde, entre outros, não envolve necessariamente ações federais. Pelo contrário, os governos locais fornecem muitos desses serviços.

Considerando o caso de um morador que pretende se mudar para outra cidade, Tiebout (1956) explica que, no nível central, apresentam-se as preferências do eleitor-consumidor e o governo tenta ajustar-se ao padrão dessas preferências, ao passo que, no nível local, vários governos possuem padrões de receitas e despesas mais ou menos definidos. Desse modo, em função desses padrões de receitas e despesas, o eleitor-consumidor move-se para a comunidade cujo governo local melhor se encaixa ao seu conjunto de preferências.

A partir desse argumento, Tiebout (1956) elaborou um modelo extremo, cujos pressupostos são: (a) eleitores-consumidores são totalmente móveis e irão se mudar para a comunidade onde seus padrões de preferências são mais satisfeitos; (b) eleitores-consumidores possuem pleno conhecimento das diferenças entre os padrões de receitas e despesas e reagem a essas preferências; (c) há um grande número de comunidades nas quais os eleitores-consumidores podem escolher para viver; (d) não se consideram restrições devido às oportunidades de emprego; (e) os serviços públicos fornecidos não apresentam economias externas entre as comunidades; (f) existe um tamanho ideal de comunidade para cada padrão de serviços comunitários estabelecidos por um gestor municipal que segue as preferências dos moradores mais antigos; esse ponto ideal é definido em termos do número de residentes para o

qual esse pacote de serviços pode ser produzido ao menor custo possível; e (g) as comunidades abaixo do tamanho ideal procuram atrair novos moradores para reduzir os custos médios; aquelas acima do tamanho ideal fazem o oposto.

Exceto quando o sistema está em equilíbrio, haverá um subconjunto de eleitores-consumidores que estão descontentes com os padrões de sua comunidade, e o outro conjunto estará satisfeito. Em função da suposição de mobilidade, o movimento de indivíduos seria saindo das comunidades maiores que o tamanho ideal e indo para as menores que o tamanho ideal, de modo que o eleitor-consumidor se move para a comunidade que satisfaz ao seu padrão de preferência. A consequência é que cada localidade possui um padrão de receitas e despesas que reflete os desejos de seus habitantes (TIEBOUT, 1956).

Verificando as implicações desses pressupostos para a alocação de bens públicos no nível local, Tiebout (1956) afirma que cada gestor das cidades agora possui certa demanda por “n” bens públicos locais. A demanda no mercado de bens públicos para cada uma das “n” mercadorias será a soma das demandas das “m” comunidades. No limite, essa demanda total será aproximadamente a demanda que representa as verdadeiras preferências dos eleitores-consumidores. Nesse modelo, não há qualquer tentativa por parte dos governos locais para adaptar-se às preferências dos eleitores-consumidores. Em vez disso, pode-se ver os governos locais, que atraem o número ideal de habitantes, como sendo “adotados” pelo sistema econômico (TIEBOUT, 1956).

Oates (1972) sistematizou a teoria tradicional do federalismo fiscal ou, simplesmente, a primeira geração do federalismo fiscal. O argumento econômico tradicional para a descentralização fiscal é baseado nos ganhos de bem-estar prometidos a partir da alocação mais eficiente dos recursos no setor público. Em um sistema fiscal federal, níveis descentralizados de governo estão em posição de determinar os níveis de produção de bens e serviços públicos de acordo com preferências e custos locais.

Ao propor o teorema da descentralização, Oates (1972) afirma que um bem público, cujo consumo é definido em subconjuntos geográficos da população total e para os quais os custos de fornecer cada nível dos bens são os mesmos para os governos central e locais, será fornecido de modo mais eficiente (ou pelo menos tão eficiente) pelos governos locais do que pelo governo central, que se caracteriza por fornecer serviços uniformes em todas as jurisdições.

O teorema da descentralização possui dois pressupostos: (a) a oferta de bens públicos é estabelecida para maximizar o bem-estar da população de uma jurisdição; e (b) a centralização proporciona resultados semelhantes em todas as jurisdições.

A moderna literatura sobre finanças públicas rejeita explicitamente o primeiro pressuposto, alegando que presume um comportamento benevolente por parte dos agentes públicos. Estudos relacionados à teoria dos ciclos políticos, tratados posteriormente neste referencial teórico, assumem que os gestores e partidos políticos muitas vezes tomam decisões em benefício próprio, em detrimento do bem-estar de toda a sociedade. Porém, se tratado de maneira menos rigorosa, o primeiro teorema não necessita de benevolência por parte dos agentes públicos, basta apenas resultados razoavelmente eficientes (OATES, 2008).

Oates (2008) afirma que o segundo pressuposto não necessariamente precisa ser verdadeiro. Não há justificativa, a princípio, sobre por que um governo central não poderia diferenciar os resultados de bens públicos locais em resposta às variações na demanda e nos custos nas jurisdições. Besley e Coate (2003) afirmam que há diversos exemplos empíricos de bens fornecidos de forma desigual por um governo centralizado e, teoricamente, a justificativa de que um governo centralizado não é capaz de diferenciar os bens públicos de acordo com os gostos heterogêneos de cada jurisdição não é consistente.

Porém, a literatura mais antiga sugere dois argumentos em seu apoio. Em primeiro lugar, existe um problema informacional. É custoso para um governo central obter e monitorar as informações necessárias para oferecer serviços locais de acordo com as preferências da comunidade. A segunda questão é de natureza política. Pode não ser politicamente viável para um governo central fornecer níveis mais altos de serviços públicos em apenas algumas jurisdições. Nesse caso, os governos centrais podem ter que enfrentar um tipo de constrangimento político de igualdade de tratamento que os empurram na direção de uniformidade no fornecimento dos serviços públicos locais (OATES, 2008).

A literatura tem sugerido que os ganhos de bem-estar proporcionados pela descentralização fiscal podem ser relevantes. Esses ganhos têm sua origem tanto pela variação da demanda por serviços locais nas jurisdições quanto pelos diferentes custos do fornecimento desses serviços. No entanto, esses ganhos dependem da presunção de que o fornecimento local vai se aproximar de resultados mais eficientes (OATES, 2008). Apesar dos pontos positivos abordados pela literatura, a descentralização fiscal produz questões cruciais, como a competição entre as jurisdições, provocando resultados públicos abaixo do nível ótimo (OATES, 1997).

Em resumo, a teoria tradicional do federalismo fiscal fornece uma perspectiva sobre a estrutura fiscal intergovernamental que explica como a descentralização poderia melhorar o funcionamento do setor público. Porém, a aplicação da teoria nem sempre foi simples, sobretudo ao definir quais tipos de serviços públicos os diferentes níveis de governos devem fornecer. Apesar da abordagem positiva, algumas pesquisas criticam e levantam limitações da

descentralização fiscal, que podem conduzir a desvios de comportamentos inerentes à estrutura de incentivos embutidos nas instituições políticas e fiscais existentes (PRUD'HOMME, 1995; TANZI, 1996). Oates (2008) denominou essa abordagem de “a segunda geração do federalismo fiscal”, e ela ganhou destaque a partir de uma série de crises fiscais ocasionadas pelo comportamento perverso dos níveis descentralizados de governo.

Prud'homme (1995) afirma que medidas de descentralização possuem um potencial enorme e podem, se corretamente designadas e implementadas, melhorar significativamente a eficiência no setor público. Porém, quando se aplicam tais medidas em circunstâncias erradas, elas podem causar mais danos que benefícios.

Prud'homme (1995) argumenta que a descentralização pode aumentar disparidades entre regiões. Para ele, no sistema descentralizado, as jurisdições locais coletariam todos os impostos e realizariam todas as despesas a favor de seus moradores. Em contraste, um sistema centralizado poderia redistribuir recursos de uma área mais rica para uma mais pobre. Nesse sentido, embora a centralização não seja uma condição suficiente para a redistribuição, é uma condição necessária. Sobre esse ponto, o autor, baseado em pesquisas analíticas e empíricas, conclui que os orçamentos nacionais tendem a reduzir as disparidades regionais. Qualquer redução da importância dos orçamentos nacionais em relação aos subnacionais, portanto, aumenta as disparidades inter-regionais, reduzindo o impacto das políticas nacionais destinadas a corrigir disparidades.

A descentralização também pode comprometer a estabilidade econômica. A política fiscal, que consiste no controle do montante e da estrutura das receitas e despesas públicas e o gerenciamento do orçamento, é uma ferramenta importante da política macroeconômica, cujo controle deve ser realizado apenas pelo governo central, uma vez que autoridades locais possuem poucos incentivos para empreender políticas de estabilização econômica. Primeiramente, porque o impacto das medidas dos governos regionais sobre a economia nacional é pouco relevante. Em segundo lugar, mesmo se o impacto for relevante, ele provocará reflexos fora da jurisdição, já que as economias subnacionais são mais abertas que a nacional (PRUD'HOMME, 1995).

A reforma constitucional brasileira de 1988 é um bom exemplo de redução da capacidade do governo central para conduzir políticas macroeconômicas. Prud'homme (1995) cita três motivos: (a) reduziu a parcela de impostos recolhidos pelo governo central; (b) concedeu mais liberdade aos estados para fixar impostos; e (c) aumentou as transferências do governo central para os locais. O descumprimento das metas de superávit primário pelos

governos subnacionais brasileiros reflete perfeitamente a dificuldade para gerenciar as políticas macroeconômicas pelo governo federal.

Por fim, a descentralização pode minar a eficiência. Prud'homme (1995) chega a essa conclusão baseado em diversas premissas do teorema da descentralização que são improváveis de serem encontradas em países em desenvolvimento. Primeiramente, o modelo assume que a principal diferença entre as jurisdições locais decorre das preferências e gostos da população. Porém, em países em desenvolvimento, o problema é satisfazer às necessidades básicas e não revelar as diferenças nas preferências. Nesse sentido, o ganho potencial da descentralização não é tão grande. Em segundo lugar, o modelo assume que os indivíduos de cada jurisdição expressarão suas preferências nos votos e essa hipótese nem sempre é verdadeira em países em desenvolvimento, cujo comportamento eleitoral pode ser influenciado por diversos fatores, tais como: falta de transparência, nível de instrução e renda, entre outros. A terceira hipótese é que os gestores locais trabalharão para satisfazer às necessidades da população. Porém, essa possibilidade nem sempre é verdadeira, conforme explica a teoria dos ciclos políticos.

Prud'homme (1995) ainda faz uma última observação sobre o teorema da descentralização. Partindo do princípio que a corrupção é mais generalizada no nível local em comparação ao nacional, então a descentralização aumenta automaticamente o nível geral de corrupção. O autor argumenta que políticos e burocratas locais tendem a sofrer uma pressão maior de grupos de interesses locais em matérias como tributação e autorizações. Ao mesmo tempo, existem menos obstáculos para a corrupção no nível local, uma vez que em muitos casos é necessária uma cooperação de políticos e burocratas e a distinção entre eles é geralmente menos rigorosa no nível local.

Tanzi (1996) também avaliou os pressupostos implícitos e explícitos do teorema da descentralização. O autor examinou questões como: (a) capacidade tributária de governos locais; (b) configuração da partilha de impostos; (c) desempenho de burocracias nacionais e subnacionais; e (d) qualidade do sistema de gerenciamento de despesas públicas, a fim de identificar condições e instituições que podem reduzir significativamente os benefícios da descentralização. O autor concluiu que a descentralização pode proporcionar os benefícios que promete se: (a) as configurações constitucional e legal forem claramente definidas e executadas; (b) os governos locais tiverem acesso aos recursos necessários; (c) o sistema de gerenciamento de despesas públicas puder monitorar e controlar o ritmo e alocação das despesas; e (d) as burocracias locais e nacionais apresentarem qualidade semelhante.

Tanzi (1996) também concluiu que a descentralização dificultou a eliminação de déficits fiscais em diversos países estudados. Porém, pesquisas recentes refutam a ideia de que a

descentralização prejudica a disciplina fiscal em função da existência de restrições orçamentárias e normas fiscais rígidas, a exemplo da LRF no Brasil (HAGEN, 2006; NEYAPTI, 2010, 2013).

Uma segunda abordagem sobre o federalismo fiscal proposta por Oates (2008), conhecida como “abordagem político-econômica do federalismo fiscal”, dedica sua atenção à estrutura legislativa e aos processos eleitorais na tentativa de compreender os diferentes tipos de resultados fiscais produzidos por sistemas centralizados e descentralizados (BESLEY; COATE, 2003; LOCKWOOD, 2002). Essa vertente critica as duas premissas fundamentais do teorema da descentralização. Primeiramente, ela não assume que agentes públicos buscam maximizar o bem-estar dos eleitores; em segundo lugar, cai o pressuposto de que um sistema centralizado implica em um nível uniforme de serviços públicos locais.

Essa vertente baseia-se em dois alicerces. Inicialmente, parte-se do pressuposto de que os participantes do processo político (eleitores e agentes) buscam maximizar suas próprias funções-objetivo, determinando restrições ao seu comportamento. Agentes não necessariamente agem em nome do bem-estar de seus eleitores. O segundo alicerce dessa vertente aborda problemas de informação. Em um cenário de informação assimétrica, onde alguns participantes possuem dados sobre preferências e funções de custos, a literatura tem mostrado que os procedimentos “ótimos” são significativamente diferentes em relação aos ambientes de informação simétrica (OATES, 2005).

Besley e Coate (2003) lançaram um novo olhar sobre o *trade-off* entre as prestações centralizada e descentralizada de bens e serviços públicos locais. A literatura aponta que a divisão de custos dos bens públicos locais cria um conflito de interesses entre os cidadãos de diferentes jurisdições. Se as decisões de gastos forem realizadas por uma legislatura composta por representantes eleitos localmente, esse conflito de interesses ocorrerá no Legislativo.

Podem-se fazer as decisões do Legislativo sobre bens públicos por uma coalizão de poucos e influentes representantes ou de forma mais cooperada. Se o primeiro comportamento for verdadeiro, a alocação de bens e serviços públicos pode ser caracterizada pela incerteza e má distribuição entre as jurisdições. Se as decisões são tomadas de forma cooperada, poderá existir um excesso de gastos públicos, já que os eleitores exigem uma quantidade ótima de serviços públicos de seus representantes. Assim, Besley e Coate (2003) propuseram uma visão alternativa para explicar o *trade-off* entre centralização e descentralização da política fiscal.

Nessa mesma linha de pesquisa, Janeba e Wilson (2011) modelaram a divisão ótima de bens públicos locais nos sistemas centralizado e descentralizado em um ambiente de concorrência fiscal inter-regional. A provisão regional é ineficiente porque os governos

competem por capitais escassos mediante a redução dos impostos, comprometendo o nível adequado de bens públicos ofertados. Por outro lado, a provisão centralizada é ineficiente, porque é determinada por uma coligação mínima vencedora dentro de uma legislatura. Conseqüentemente, há um subfornecimento de serviços públicos para as regiões não representadas pela minoria dominante no Legislativo e excesso de oferta para as regiões representadas. Os autores concluem que o nível ideal de descentralização depende do equilíbrio entre essas ineficiências.

Outro argumento em nome da descentralização fiscal é o estímulo ao desenvolvimento e a experimentação de novas formas de políticas públicas. Essa prática pode ser benéfica para o sistema político, no sentido compreender que tipos de medidas funcionam ou não (OATES, 2005). Strumpf (2002) alega que esse argumento ignora o fator aprendizagem: experiências de políticas bem-sucedidas fornecem informações úteis para todos os governos. A partir de um modelo de aprendizagem social para comparar a inovação política nos sistemas centralizados e descentralizados, o autor concluiu que a centralização produz mais inovação política se os governos locais são relativamente homogêneos ou em grande número. No entanto, a descentralização pode produzir mais inovação política se existirem múltiplas políticas experimentais disponíveis.

Tanzi (2008) comenta sobre o futuro da teoria do federalismo fiscal. O autor argumenta que a globalização tem criado bens públicos mundiais e a internacionalização de atividades exigiria a ação de um governo mundial. Em função da inexistência de tal governo, suas atribuições são exercidas por organizações internacionais, acordos, tratados e outras formas de entendimentos internacionais. O autor levanta questionamentos sobre essa nova realidade, tais como: (a) qual o papel dessas instituições diante das funções governamentais tradicionais de estabilização, distribuição de renda e alocação de recursos; (b) como as instituições devem ser controladas e financiadas; (c) quais controles os governos nacionais deveriam ter sobre elas? Por fim, a pesquisa conclui que essa nova realidade tende a enfraquecer o papel dos governos centrais ao longo do tempo. O autor afirma, ainda, que os municípios tendem a ganhar importância dentro desse contexto.

2.1.2 Federalismo brasileiro e autonomia fiscal municipal

A história das relações fiscais intergovernamentais no Brasil foi marcada pela alternância de fases de centralização e descentralização. O período da ditadura foi marcado por

uma forte tendência de centralização com um papel dominante do governo federal sobre o gerenciamento dos recursos públicos e sobre a economia como um todo.

A recuperação das bases federativas do Estado brasileiro teve impacto substancial sobre a reconfiguração do modelo nacional de prestação de serviços públicos. A CF/1988 atribuiu relativamente poucas funções exclusivamente para cada nível de governo. Especificamente, ela reservou as funções tradicionais para o nível federal, tais como: (a) defesa; (b) relações exteriores; e (c) controle da oferta de dinheiro e do sistema financeiro. Para a grande maioria de despesas públicas, contudo, a CF/1988 prevê responsabilidades compartilhadas, sendo os estados e municípios os responsáveis pela execução da maioria dos serviços públicos. A educação básica, por exemplo, é compartilhada entre os três níveis de governo. Os municípios oferecem a educação infantil e ensino fundamental, enquanto os estados ofertam o ensino fundamental e médio. Já a União presta assistência financeira e técnica aos entes subnacionais.

Souza (2005) afirma que os objetivos do federalismo cooperativo brasileiro estão distantes de serem alcançados. Em parte, em função das diferentes capacidades dos governos subnacionais de implementarem políticas públicas, dadas as grandes desigualdades financeiras, técnicas e de gestão existentes entre as regiões. Outro motivo é a ausência de mecanismos constitucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo. Boadway e Shah (2009) afirmam que a falta de clareza na atribuição de responsabilidades entre os entes governamentais contribuiu para duplicação e desperdício de recursos para o fornecimento de bens e serviços.

Apesar de a CF/1988 delegar aos estados e municípios a execução da maioria dos serviços públicos, tais como: educação básica, saúde, saneamento, segurança entre outros, a arrecadação de tributos relevantes ficou concentrada no governo federal. Nesse sentido, existe uma deficiência de receitas decorrente de um descompasso entre arrecadação de receitas e a necessidade de despesas nos entes subnacionais de governo. Esse desequilíbrio é conhecido na literatura como *vertical fiscal gap*.

Shah (2006) enumera os possíveis fatores que individualmente ou combinados contribuem para criar o *vertical fiscal gap*: (a) distribuição inadequada de responsabilidades; (b) centralização de poderes tributários; (c) guerras fiscais entre governos subnacionais; e (d) falta de espaço tributário para governos subnacionais. Pode-se minimizar esse *gap* com a redistribuição de responsabilidades, a descentralização tributária e as transferências intergovernamentais, que foi o método adotado pelo Brasil para corrigir o *vertical fiscal gap*.

Boadway e Shah (2009) afirmam que, além de corrigir o *vertical fiscal gap*, as transferências intergovernamentais também possuem o objetivo de ajustar desequilíbrios

horizontais e atender a objetivos específicos por meio de transferências com propósitos especiais. Porém, os autores fazem críticas à rigidez dos coeficientes que determinam as transferências aos estados e municípios brasileiros. Uma flexibilização dos critérios poderia equalizar as disparidades no nível de renda, na capacidade tributária e na necessidade de recursos entre os entes subnacionais.

Shah (2006) também argumenta que as transferências intergovernamentais são usadas para fazer avançar os objetivos nacionais, regionais e locais, tais como justiça e equidade, e criar uma união econômica comum. Além de minimizar o *vertical fiscal gap*, a autora afirma que as transferências intergovernamentais criam incentivos e mecanismos de responsabilização que afetam a gestão fiscal, a eficiência e a equidade na prestação de serviços públicos e a *Accountability* aos cidadãos.

Em função de gerenciar um grande volume de recursos, estabeleceram-se regras e limites de atuação para os entes subnacionais. Dentre as normatizações mais relevantes, estão os níveis mínimos de gastos nas áreas de educação e saúde e a LRF.

Na área educacional, o artigo 212 da CF/1988 determina que a União aplique, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Os estados e os municípios ainda devem cumprir as normas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que estabelece que uma parcela mínima de 60% calculada sobre o montante anual dos recursos creditados nas contas dos entes públicos deve ser destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Na área de saúde, o artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012 estabelece que os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da receita resultante de impostos e da proveniente de transferências recebidas pelos municípios.

Outros tipos de limitações às atividades municipais são as transferências vinculadas, ou seja, aquelas que devem ser aplicadas em áreas determinadas de acordo com as especificidades das transferências. Podem-se citar as receitas de: Fundeb, Sistema Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), entre outras.

Além das limitações citadas, a LRF foi a norma que estabeleceu mais restrições do ponto de vista fiscal aos entes públicos, inclusive em períodos eleitorais. Segundo o artigo 1º da LRF,

a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a: (a) renúncia de receita; (b) geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras; (c) dívidas consolidada e mobiliária; e (d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Percebe-se, portanto, que os municípios convivem com vários tipos de restrições de ordem fiscal. Porém, apesar de tais limitações, os gestores municipais ainda possuem ampla autonomia para alocar os recursos nas diferentes áreas de atuação e em diferentes tipos de despesas. As receitas não vinculadas, ou seja, aquelas cujos gestores têm discricionariedade para aplicá-las de acordo com suas preferências, asseguram essa autonomia. Como exemplo de receitas não vinculadas, podem-se citar as receitas tributárias, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a transferência recebida do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), entre outras. Mesmo as receitas vinculadas permitem algum tipo de discricionariedade na alocação dos recursos pelo gestor, respeitadas, naturalmente, as diretrizes estabelecidas para tais receitas.

A LRF também impôs limites especificamente para períodos eleitorais, ao estabelecer que é vedado ao titular de poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

Além disso, algumas normas limitam a atuação do gestor um pouco antes e depois das eleições. Pode-se citar como exemplo o inciso V do artigo 73 da Lei nº 9.504/1997, que veda nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos previstos nesse inciso.

Percebe-se, portanto, que os municípios devem cumprir alguns limites especificados em diversos elementos normativos, sobretudo a LRF, porém o gestor público possui ampla autonomia para alocar os recursos disponíveis de acordo com prioridades e preferências da administração. Essa autonomia permite, inclusive, ajustar a composição do gasto público aumentando ou reduzindo alguns tipos de despesas em períodos eleitorais, de modo que se

amente a probabilidade de reeleição do gestor. Essa manipulação de variáveis fiscais em períodos eleitorais é descrita pela teoria dos ciclos políticos, cujas características são discutidas na seção seguinte.

2.2 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS

As primeiras pesquisas relacionadas à teoria dos ciclos políticos foram realizadas por Kalecki (1943) e Akerman (1947). Posteriormente, essa teoria foi sistematizada no estudo de Downs (1957) e ganhou corpo e vertentes a partir de estudos realizados na década de 1970 e 1980 (ALESINA, 1987; ALESINA; SACHS, 1988; FREY; LAU, 1968; HIBBS JUNIOR, 1977; LINDBECK, 1976; NORDHAUS, 1975; ROGOFF, 1990; ROGOFF; SIBERT, 1988).

Ao fazer uma reflexão sobre os aspectos políticos do pleno emprego, Kalecki (1943) afirmou que, se o capitalismo não se adaptasse e desenvolvesse novas instituições sociais e políticas que refletissem o aumento de poder da classe trabalhadora, o pleno emprego contínuo não seria um objetivo alcançável da política econômica. Em vez disso, as democracias capitalistas seriam submetidas a um regime de ciclos econômicos em que recessões e desempregos seriam criados por atos políticos com o objetivo de restaurar o poder dos líderes empresariais, cuja autoridade fora enfraquecida por uma política de pleno emprego contínuo.

Baseado na aparente correlação entre ciclos econômicos e a duração de diferentes mandatos, Akerman (1947) estudou essa relação na Inglaterra (1855 – 1945), Estados Unidos (1865 – 1945), Alemanha (1871 – 1945) e Suécia (1866 – 1945). Particularmente para os Estados Unidos e a Inglaterra, o autor encontrou uma estreita relação entre condições econômicas e o resultado das eleições. O autor também examinou, baseado em dados dos Estados Unidos, os possíveis impactos de eventos políticos na situação econômica. As evidências mostraram que, entre 1896 e 1944, identificaram-se pequenos ciclos econômicos de quatro anos, correspondente ao período presidencial.

Para propor uma teoria relacionada aos ciclos políticos, Downs (1957) partiu de uma lacuna na teoria econômica que não conseguia integrar as ações de governo aos tomadores de decisões privados. Em vez disso, a literatura tratava a ação de governo como uma variável exógena, determinada por considerações políticas que se encontram fora do alcance da economia. Segundo a literatura, a função do governo era maximizar o bem-estar social, não sendo tratada, portanto, como parte integrante da divisão do trabalho.

Porém, cada agente da divisão do trabalho tem tanto um motivo privado quanto uma função social. Os agentes executam sua função social como um meio para atingir seus próprios

fins privados: renda, prestígio, poder, entre outros. Nesse sentido, deve-se considerar incompatível com o corpo principal da análise econômica qualquer tentativa de discutir uma teoria de ação governamental sem discutir os motivos daqueles que o dirigem. A integração entre o governo e os outros tomadores de decisão exige uma abordagem que explique como os governantes são levados a agir por seus próprios interesses (DOWNS, 1957).

Na construção do seu modelo, Downs (1957) estabeleceu cinco axiomas: (a) cada partido político é uma equipe de homens que procuram cargos políticos apenas para desfrutar da renda, prestígio e poder que a posição oferece; (b) o partido vencedor (ou coligação) tem o controle completo sobre as ações do governo até as próximas eleições; (c) os poderes econômicos do governo são ilimitados; (d) o único limite do poder governamental é que o partido do poder não pode restringir a liberdade política dos partidos da oposição ou dos cidadãos; e (e) cada agente no modelo comporta-se de forma racional em todos os momentos.

Baseado nesses pressupostos, Downs (1957) estabeleceu sua hipótese central: partidos políticos em uma democracia formulam políticas estritamente como meio de ganhar votos. Nesse sentido, a função social de executar políticas públicas é realizada como um subproduto de seu interesse particular, que consiste em obter renda, poder e prestígio. Essa hipótese implica que, em uma democracia, o governo age com o interesse de maximizar o número de votos que irá receber.

O autor avaliou um cenário de conhecimento imperfeito e com informação dispendiosa. No modelo proposto, conhecimento imperfeito significa: (a) que os partidos nem sempre sabem o desejo dos cidadãos; (b) que os cidadãos nem sempre sabem o que o governo ou sua oposição fez, está fazendo ou deveria fazer para atender aos seus interesses; e (c) que a informação necessária para superar os dois tipos de ignorância é dispendiosa. Embora essas condições tenham muitas consequências nas ações do governo no modelo, o autor se concentrou em três aspectos: (a) persuasão; (b) ideologias; e (c) irracionalidade.

Se a hipótese de conhecimento perfeito for mantida, nenhum cidadão pode influenciar o voto do outro. Mas, assim que a ignorância aparece, o caminho claro da estrutura de gosto para decisões de voto torna-se obscurecida pela falta de conhecimento. Em função do desconhecimento, os eleitores precisam de mais fatos para estabelecer uma preferência. Ao fornecer esses fatos, persuasores podem se tornar eficazes.

Persuasores não estão interessados em reduzir a incerteza dos eleitores. Seu objetivo é influenciar uma decisão que ajuda sua própria causa. Downs (1957) cita algumas consequências importantes para as operações de governo. Inicialmente, esse fato significa que alguns homens são mais importantes politicamente que outros, já que podem influenciar mais votos. O governo,

sendo racional, não pode ignorar esse fato na elaboração de políticas. Em segundo lugar, o governo não tem conhecimento perfeito sobre o que os cidadãos querem que ele faça. Por isso, ele envia representantes para sondar o eleitorado, descobrir suas necessidades e para persuadi-los. Em outras palavras, a falta de informação converte um governo democrata em um governo representativo. Por fim, o conhecimento imperfeito torna o partido governista suscetível à corrupção. A fim de convencer eleitores que suas políticas irão beneficiá-los, o partido precisa de recursos escassos, tais como: tempo de televisão, recurso para propaganda, entre outros.

Avaliando o aspecto ideológico, Downs (1957) explica que a prevalência das ideologias na política parece contradizer sua hipótese de pesquisa, porém essa aparência é falsa em função do conhecimento imperfeito. A falta de informação gera uma demanda por ideologias no eleitorado, uma vez que este pode reduzir drasticamente seu desembolso em informação política informando-se apenas sobre ideologias, em detrimento de uma ampla gama de questões que envolvam o governo. Partindo do princípio de que os partidos políticos adotam diversos métodos para ganhar votos, eles elaboram uma proposta ideológica com o objetivo de atrair os votos dos cidadãos que desejam cortar custos, votando ideologicamente.

O terceiro e último aspecto abordado por Downs (1957) diz respeito à irracionalidade. Como a informação é cara, o eleitor deve selecionar apenas alguns dados disponíveis e basear sua decisão exclusivamente sobre eles. Politicamente, duas decisões necessitam de informação: (a) decisão de qual partido votar; e (b) decisão sobre quais políticas deve-se exercer pressão no governo, ou seja, como fazer *lobby*.

Avaliando inicialmente a decisão de voto, mede-se o retorno marginal sobre a aquisição de informações para fins de voto pelo ganho esperado de votar “corretamente”, em vez de “incorretamente”. Como a probabilidade de um voto do cidadão ser decisivo é muito pequena, Downs (1957) chega à conclusão de que é irracional para a maioria dos cidadãos adquirir informação para fins de votação. A probabilidade de que um voto determine qual partido governará é tão baixa que até mesmo um custo trivial de obter informação supera o seu retorno. Baseando-se nesse argumento, o desconhecimento das políticas é uma consequência racional para os fatos da vida política em uma democracia. O autor afirma que, se a maioria do eleitorado estivesse bem informada, o governo seria obrigado a seguir as exigências sociais para evitar uma derrota. Nesse sentido, na ausência de um mecanismo que assegure a ação coletiva, a racionalidade individual de manter-se mal informado prevalece, moldando as ações governamentais.

Avaliando o conceito econômico de racionalidade ao segundo uso político da informação, Downs (1957) afirma que, para ser um lobista eficaz, um cidadão deve persuadir

o partido do governo de que as políticas que ele defende são desejadas por um grande número de outros cidadãos, de modo que o governo vai ressentir-se de não as executar. Os homens que melhor se tornam lobistas em uma área são aqueles cujos rendimentos advêm dela. Ressalta-se que quase todo cidadão deriva sua renda a partir de uma ou duas fontes. Por outro lado, os cidadãos gastam sua renda em diversas áreas, de modo que os homens são mais propensos a exercer influência direta sobre a elaboração de políticas de governo em seus papéis de produtores do que de consumidores. Conseqüentemente, um governo democrático é tendencioso em favor dos interesses dos produtores e contra os interesses dos consumidores, apesar de estes normalmente superarem a quantidade daqueles.

Downs (1957) introduziu a base da teoria dos ciclos políticos ao estabelecer como três aspectos (persuasão, ideologias e irracionalidade) do conhecimento imperfeito podem influenciar as ações do governo em direção aos fins privados dos gestores, tais como: renda, prestígio, poder, entre outros. A partir desse estudo, trabalhou-se a teoria dos ciclos políticos sob diferentes óticas. De um lado, existem modelos que classificam eleitores em racionais e irracionais no processo de formação de expectativas, de outro lado, existem modelos que consideram os partidos oportunistas ou com viés ideológico consistente. O Quadro 1 resume as vertentes desenvolvidas a partir da década de 1970.

Quadro 1 – Classificação dos modelos de ciclos políticos

VOTANTES	Hipóteses	Partidos	
		Oportunistas	Ideológicos
	IRRACIONAIS	Teoria oportunista Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	Teoria partidária Hibbs Junior (1977) Frey e Lau (1968)
	RACIONAIS	Teoria oportunista racional Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	Teoria partidária racional Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Fonte: Martins (2002).

Nordhaus (1975) investigou um modelo de escolha pública intertemporal entre inflação e desemprego. O autor baseou-se tanto na teoria macroeconômica convencional, que estabelece um *trade-off* entre a taxa de inflação e o nível de emprego/produção obtidos em uma economia (curva de *Phillips*), como em pesquisas que apontavam que o comportamento dos eleitores é sensível a essas duas variáveis em sua escolha eleitoral.

Para elaborar o seu modelo, Nordhaus (1975) estabeleceu alguns pressupostos sobre as preferências individuais e o comportamento agregado das pessoas. O autor assume que os indivíduos têm as taxas agregadas de desemprego e inflação como suas funções de preferência.

O autor também assume que as famílias são ignorantes para o *trade-off* entre desemprego e inflação e baseiam sua decisão política em experiências passadas, ou seja, se as condições econômicas se deterioram em relação às expectativas, isso conduz a votos contra o partido e vice-versa. Por fim, o autor considera que o governo tem controle econômico e sofisticação suficientes para mover a economia na direção desejada.

Ao analisar as escolhas políticas no curto prazo, Nordhaus (1975) introduziu a possibilidade de que os eleitores não realizam médias simples das variáveis econômicas ao longo de todo o período eleitoral. Ao contrário, a memória deles vai decaindo ao longo dos eventos passados, de modo que, no dia da eleição, a memória dos acontecimentos mais recentes é provavelmente mais forte que os males passados. O autor classifica esse comportamento como míope.

O ciclo político-econômico identificado por Nordhaus (1975), conhecido na literatura como *political business cycle*, é executado da seguinte forma: imediatamente após uma eleição, o vencedor aumentará o desemprego até algum nível relativamente elevado, a fim de combater a inflação; com a aproximação das eleições, a taxa de desemprego será reduzida até que, na véspera da eleição, atinja um ponto puramente míope.

O modelo de ciclos políticos proposto por Nordhaus (1975) possui duas previsões importantes: (a) a escolha política dos eleitores tem desemprego menor e inflação maior do que o ponto ótimo; e (b) a política partidária ideal conduz a um ciclo político-econômico com desemprego e deflação nos anos iniciais, seguido por um *boom* inflacionário com a aproximação das eleições.

Diferentemente de Nordhaus (1975), Hibbs Junior (1977) incluiu o viés ideológico de determinados grupos sociais em seu modelo. O autor defende que a classe social mais baixa da população tem preferência por um cenário de baixo desemprego e alta inflação, enquanto um cenário de alto desemprego e baixa inflação é compatível com os interesses da camada social mais alta. Após analisar dados agregados de doze nações do oeste Europeu e da América do Norte, as evidências apontaram uma configuração de baixo desemprego e alta inflação em nações regularmente comandadas por partidos de esquerda, e um padrão de alto desemprego e baixa inflação em sistemas políticos dominados por partidos de centro e de direita. O autor concluiu que os governantes buscam políticas macroeconômicas em concordância aos interesses econômicos e preferências da classe definida como núcleo de sua política eleitoral.

Alesina (1987) apresenta uma abordagem ideológica semelhante à de Hibbs Junior (1977), pela qual se presume que os partidos se preocupam com os efeitos inerentes de suas políticas e que os partidos têm diferentes objetivos e incentivos. O ciclo econômico identificado

por Alesina (1987) difere do proposto por Nordhaus (1975), por não depender de um comportamento irracional de votação, expectativas irracionais ou desinformação dos eleitores. A previsão do modelo é que, nos Estados Unidos, deve-se observar recessão no começo da administração republicana, em comparação com o crescimento da produção acima da tendência e a alta inflação no começo da administração democrata. Na segunda parte de ambos os tipos de administradores, o crescimento da produção deveria ser quase o mesmo, com inflação mais elevada durante a administração democrata. Se os partidos concordassem em seguir uma política semelhante, o ciclo seria evitado, ou seja, não haveria flutuações na produção e na inflação e os dois ciclos eleitorais seriam melhores. Quando um partido é eleito, ele enfrenta uma escolha: pode seguir uma política que maximizará os benefícios de curto prazo para seu eleitorado ou pode seguir uma política de cooperação que faz com que os dois ciclos melhorem no longo prazo.

Alesina e Sachs (1988) também averiguaram a existência e a extensão de um ciclo político-econômico nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. O ciclo proposto difere do ciclo político de negócios de Nordhaus (1975), uma vez que se baseia em uma diferença sistemática entre as políticas monetárias dos dois partidos. Os autores concluíram que não se pode rejeitar a hipótese de que o crescimento econômico tem sido sistematicamente diferente sob os dois tipos de administração (democrata e republicana), e que essa diferença contribui para explicar as flutuações de produção.

Rogoff e Sibert (1988) partem da premissa de que os eleitores possuem um comportamento racional, diferindo dos fundamentos teóricos da teoria dos ciclos políticos (MACRAE, 1977; NORDHAUS, 1975), que se baseiam na teoria macroeconômica de expectativas míopes. Os autores argumentam que os ciclos eleitorais, em determinadas variáveis macroeconômicas, tais como: impostos, gastos governamentais, déficits e crescimento econômicos, derivam de assimetrias temporárias de informação. Os autores partem da premissa de que o governo observa um indicador de desempenho antes dos eleitores. Como o desempenho administrativo está correlacionado ao tempo, antes dos períodos eleitorais, os partidos possuem um incentivo para tentar sinalizar que está indo bem e isso dá origem a um ciclo eleitoral na política macroeconômica.

Rogoff (1990) propôs um modelo de sinalização multidimensional em que tanto os eleitores quanto os partidos são racionais. Um ciclo político-orçamentário surge devido à assimetria informacional temporária sobre a competência do gestor na administração do processo de produção dos bens públicos. O gestor em exercício tem um incentivo para influenciar a política fiscal antes da eleição em direção às despesas de consumo facilmente

observáveis e longe de investimentos governamentais. Em equilíbrio, contudo, os eleitores podem deduzir a competência do gestor pelo grau em que ele distorce políticas fiscais e despesas.

Rogoff (1990) enfatizou um ciclo político-orçamentário (*political budget cycle*) baseado na manipulação da política fiscal e não da inflação e produção, proposta pelo *political business cycle* de Nordhaus (1975) e Macrae (1977). Essa nova abordagem sugere a avaliação da existência de ciclos eleitorais em variáveis, como: impostos, transferências e gastos de consumo e investimentos do governo, entre outras. Essa análise ampliou o campo de pesquisa sobre a teoria dos ciclos políticos na medida em que possibilitou o teste em diversas variáveis orçamentárias e ampliou a análise para eleições estaduais e municipais, em vez de se concentrar apenas sobre um pequeno número de observações disponíveis para eleições nacionais.

Ao analisar a evolução dos modelos de ciclos políticos nos últimos 25 anos, contados a partir de Nordhaus (1975), Drazen (2001) afirma que, empiricamente, há uma série de efeitos eleitorais claros sobre variáveis macroeconômicas. Do ponto de vista teórico, criticaram-se os modelos clássicos pela aceitabilidade dos pressupostos fundamentais, sobretudo a suposição do comportamento aparentemente irracional dos eleitores em alguns modelos e pela dependência de surpresas monetárias como força motriz. Drazen (2001) concluiu que os modelos baseados na manipulação econômica por meio da política monetária não são convincentes teórica e empiricamente, enquanto que explicações baseadas na política fiscal formam uma base mais sólida para um modelo teórico convincente dos efeitos eleitorais sobre os resultados econômicos.

Nesse sentido, a maioria das pesquisas recentes relacionadas à teoria dos ciclos políticos explora o *political budget cycle* em detrimento do *political business cycle* proposto por Nordhaus (1975), embora ainda existam pesquisas recentes sobre esse tipo de ciclo (SHELTON, 2012). Esse deslocamento de foco deve-se à melhor capacidade de explicar manipulações em períodos eleitorais mediante variáveis fiscais.

Após uma revisão da literatura, Haan e Klomp (2013) argumentam que pesquisas que partem da premissa de que os ciclos políticos não diferem entre os países podem apresentar resultados distorcidos. Pesquisas recentes focam na heterogeneidade mediante o exame de fatores que condicionam a ocorrência e a força da manipulação da política fiscal para propósitos eleitorais ao nível agregado ou ao nível de um tipo particular de gasto governamental.

Esta pesquisa discutiu os principais fatores condicionantes descritos na literatura, tais como: anos de democracia (BRENDER; DRAZEN, 2005; HAAN, 2013), nível de desenvolvimento (SHI; SVENSSON, 2006; VERGNE, 2009), qualidade institucional e

eleitores informados (SHI; SVENSSON, 2006), transparência (ALT; LASSEN, 2006; BRENDER; DRAZEN, 2005), regras fiscais (HANUSCH, 2012; ROSE, 2006; STREB; TORRENS, 2013), questões político-partidárias (SAPORITI; STREB, 2008), regimes fiscais centralizados ou descentralizados (GONZALEZ; HINDRIKS; PORTEIRO, 2013), entre outros.

Brender e Drazen (2005) avaliaram a existência de ciclos político-orçamentários em 106 países no período de 1960 a 2001. As evidências indicaram que a existência de um ciclo de déficit público é um fenômeno de novas democracias, como o Brasil. Os autores atribuem essa ocorrência à falta de experiência com a política eleitoral ou à falta de informação que é disponível em democracias estabelecidas e utilizadas por eleitores experientes. Haan (2013) afirma que os ciclos político-orçamentários não se limitam apenas às jovens democracias, apesar de, em tais democracias, os ciclos serem mais prováveis e fortes do que nas democracias mais maduras.

Após revisitar os dados de Brender e Drazen (2005), Shi e Svensson (2006) encontraram que, em média, o déficit fiscal do governo aumenta em quase 1% do produto interno bruto (PIB) em anos eleitorais. Além disso, os ciclos político-orçamentários são significativamente maiores e estatisticamente mais robustos em países em desenvolvimento, quando comparados aos países desenvolvidos. Os autores propõem um modelo de risco moral de competição eleitoral para justificar essa diferença. No modelo, o tamanho dos ciclos políticos depende da renda de permanecer no poder e da participação de eleitores informados. Os autores concluíram que as fortes restrições institucionais sobre os políticos nos países desenvolvidos deixam pouco espaço para a apropriação de recursos públicos para ganhos privados, e que a grande participação de eleitores informados nesses países torna a manipulação fiscal menos eficaz.

Alt e Lassen (2006) atribuem a existência de ciclos políticos à falta de transparência, que pode ocorrer tanto em novas quanto em velhas democracias. Após avaliar uma amostra de 19 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na década de 1990, os autores identificaram um padrão persistente de ciclos eleitorais apenas em países com baixa transparência fiscal. Os autores ainda encontraram evidências de que os ciclos eleitorais são maiores em países politicamente mais polarizados.

Rose (2006), por sua vez, testou a ideia de que a existência de regras fiscais rigorosas limita a capacidade dos políticos de manipularem o orçamento para ganhos eleitorais. Baseada em dados dos estados norte-americanos, a autora confirma a hipótese de pesquisa, ou seja, a prática de gastar mais antes e reduzir o gasto após as eleições não foi encontrada em estados com regras fiscais rigorosas.

Streb e Torrens (2013) avaliaram o papel das regras que limitam a dívida pública, uma vez que empréstimo é uma condição necessária para a ocorrência de ciclos político-orçamentários agregados. Partindo do princípio que esse problema é gerado pelo poder discricionário do executivo, os autores modelaram o papel do veto legislativo como uma possível solução para o ciclo político-orçamentário, confirmando a literatura que afirma que os ciclos são fortes onde não há limites fiscais. As evidências apontaram que as regras orçamentárias não são suficientes para evitar os ciclos.

Saporiti e Streb (2008) discutem vários casos em que a separação de poder pode atenuar a magnitude dos ciclos político-orçamentários. Os autores concluíram que os detalhes do processo orçamentário, especificamente as regras de negociação, são essenciais para a existência e amplitude do ciclo político-orçamentário. Já Hanusch (2012) parte da premissa que o governo é formado por uma coalizão de partidos que possuem interesses específicos. Essa circunstância pode influenciar o processo de elaboração do orçamento e, portanto, a magnitude dos ciclos político-orçamentários. O autor concluiu que os maiores membros da coalizão se beneficiam mais da propaganda eleitoral e, conseqüentemente, têm uma preferência mais forte pelo déficit antes das eleições.

Gonzalez, Hindriks e Porteiro (2013) avaliaram como o tamanho e a probabilidade dos ciclos político-orçamentários podem variar nos regimes fiscais centralizados e descentralizados. Os autores concluíram que o ciclo político-orçamentário é mais provável no âmbito da descentralização quando políticos atribuem um peso elevado para se manter no cargo. Quando os incentivos para os gestores são intermediários, o ciclo torna-se mais provável no regime centralizado. Já se os incentivos forem baixos, não há ciclos eleitorais em qualquer dos regimes.

Percebe-se, portanto, que a ocorrência e a magnitude dos ciclos políticos podem estar restritas às circunstâncias específicas que possibilitem sua existência, tais como: pouca experiência democrática, qualidade institucional, baixo nível de transparência, regras fiscais menos rigorosas, entre outras, conforme discutido anteriormente.

A existência de ciclos políticos não está condicionada apenas à realização de déficits em períodos que antecedem as eleições. Partindo da premissa de que eleitores têm preferência por diferentes tipos de gastos do governo, os políticos podem tentar influenciar os eleitores por meio da alteração da composição dos gastos do governo sem alterar o valor global das despesas. A alteração da composição de gastos objetiva favorecer itens que são altamente visíveis para o eleitorado, na tentativa de sinalizar competência e aumentar as chances de recondução (DRAZEN; ESLAVA, 2005; VEIGA; VEIGA, 2007b).

Seguindo essa linha de raciocínio, Schneider (2010), após análise empírica de estados da Alemanha Ocidental, concluiu que a alteração da composição do orçamento serve como uma estratégia alternativa à realização de déficits em períodos pré-eleitorais, aumentando o apoio político sem forçar o equilíbrio orçamentário. Nesse sentido, mesmo se ciclos em políticas monetárias e fiscais ou a existência de déficits não são possíveis devido às restrições nacionais ou internacionais, os governos, com suficiente autonomia orçamentária, podem explorar a composição de despesas orçamentárias para ganhar o apoio dos eleitores.

Vergne (2009) avaliou a presença de ciclos políticos em despesas públicas em 42 países em desenvolvimento entre 1975 e 2001. Os gastos foram desagregados em correntes e de capital e representaram percentuais em relação às despesas totais. A partir de modelos de regressão, nos quais a variável de interesse é a *dummy* que indica se o ano é eleitoral, o autor encontrou significância estatística e sinais positivo e negativo para as despesas correntes e de capital, respectivamente. Isso significa que os políticos mudam a composição dos gastos pré-eleitorais aumentando as despesas correntes e reduzindo as de capital. Avaliando as despesas com salários e subsídios, o autor também encontrou uma relação positiva significativa, indicando aumentos nesses gastos em anos eleitorais.

Vergne (2009) também avaliou a presença de ciclos políticos ao longo das cinco eleições ocorridas no período estudado. Os resultados apontaram que os impactos eleitorais positivos e negativos sobre as despesas correntes e de capital, respectivamente, persistem ao longo das eleições. Essa evidência reforça a prática de alteração na composição do gasto público em direção às despesas capazes de melhorar a imagem do gestor.

Por intermédio de variáveis de controle, Vergne (2009) identificou que os países em desenvolvimento com eleições competitivas e voltados para a produção de recursos naturais exibiram ciclos políticos maiores. Por outro lado, uma maior participação de eleitores informados e um alto nível de descentralização conduzem a menores distorções na alocação de recursos públicos em períodos eleitorais.

Baseados no argumento de que incentivos eleitorais podem afetar a composição dos gastos públicos, Katsimi e Sarantides (2012) averiguaram se gestores politicamente motivados podem aumentar as despesas correntes mais visíveis e reduzir despesas de capital a fim de melhorar a percepção dos eleitores sobre sua capacidade, aumentando, assim, sua probabilidade de reeleição. A amostra compôs-se de 19 países desenvolvidos, considerados democracias estabilizadas, no período de 1972 a 1999. Os autores utilizaram modelos de regressão nos quais a variável de interesse consiste na *dummy* que indica os anos eleitorais. As variáveis fiscais

agregadas foram controladas pelo PIB, enquanto as despesas correntes e de capital representam percentuais da despesa orçamentária.

Em relação aos dados fiscais agregados, Katsimi e Sarantides (2012) não encontraram evidências de ciclo eleitoral para déficits e gastos governamentais. Porém, avaliando a composição das despesas, observaram uma alteração em direção às despesas correntes em detrimento dos investimentos. Observando a composição da receita, os autores identificaram uma redução de impostos diretos em períodos eleitorais, impactando na renda disponível dos eleitores e influenciando-os.

Katsimi e Sarantides (2012) encontraram evidências que corroboram as pesquisas recentes a respeito da inexistência de ciclos político-orçamentários em países desenvolvidos cujas democracias são estabilizadas. Porém os autores lançam luz sobre ciclos políticos nas receitas públicas. As eleições tendem a diminuir a parte mais “visível” dos impostos e essa frustração na arrecadação é compensada pela redução de componentes menos visíveis da despesa pública, que são os investimentos.

Para avaliar a influência das eleições sobre a composição dos gastos públicos, Brender e Drazen (2013) criaram um índice chamado de “mudança na composição da despesa” a partir de 12 gastos públicos, que incluem: educação, saúde, defesa, agricultura, proteção social, energia, indústria, habitação, entre outros. A amostra compôs-se de 71 democracias durante 1972 e 2009. Os resultados apontaram que os anos eleitorais são associados com grandes mudanças na composição de despesas em democracias estabilizadas, mas não em novas democracias.

Esse resultado complementa as pesquisas anteriores dos mesmos autores (BRENDER; DRAZEN, 2005, 2008), nas quais o aumento no nível geral de gastos e os déficits orçamentários nos anos eleitorais não são comuns em democracias estabilizadas, uma vez que os eleitores punem os gestores públicos. Esse fator parece justificar o motivo de Brender e Drazen (2013) identificarem alteração na composição de gastos públicos apenas em democracias estabilizadas.

Veiga e Veiga (2007b) averiguaram a existência de ciclos políticos em variáveis fiscais em municípios portugueses. Os autores utilizaram a técnica *generalized method of moments* (GMM) para estimar os parâmetros das regressões, cujas variáveis dependentes são os gastos *per capita* passíveis de manipulação. Os resultados indicaram uma redução nos impostos municipais e aumentos no déficit orçamentário em anos eleitorais. Aumentando o nível de detalhamento, os resultados mostraram que o comportamento oportunista se concentra nos investimentos, já que se tratam de despesas altamente visíveis pelo eleitorado e capazes de sinalizar competência em períodos pré-eleitorais.

Drazen e Eslava (2010) também apresentaram um modelo de ciclo político-orçamentário no qual os políticos tentam influenciar os eleitores alterando a composição dos gastos do governo, em vez da despesa global. A força do ciclo proposto pelos autores depende da distribuição de preferências ideológicas e da quantidade de informações que os eleitores possuem sobre o ambiente econômico. No modelo proposto, os políticos possuem mais informações do que os eleitores sobre os potenciais benefícios eleitorais do aumento de despesas específicas. Esse fator aumenta a capacidade de obterem apoio político a partir do aumento de despesas específicas, já que os eleitores têm menos capacidade de determinar se o direcionamento é motivado por questões políticas.

Drazen e Eslava (2010) utilizaram um modelo de regressão para testar se a composição da despesa pública sofre alterações no período anterior às eleições municipais na Colômbia durante o período de 1987 a 2002. A partir da análise da variável que indica se o ano é eleitoral ou não, os autores encontraram evidências que comprovam uma mudança sistemática dos gastos em anos eleitorais. Despesas correntes, especificamente as transferências correntes e pagamento a trabalhadores temporários, sofreram uma redução nos períodos anteriores às eleições. Em contrapartida, os gastos com investimentos, especificamente nas subcategorias água e energia, saúde e habitação, aumentaram nos períodos pré-eleitorais.

Sjahrir, Kis-Katos e Schulze (2013) avaliaram a existência de ciclos político-orçamentários no nível distrital na Indonésia. A pesquisa não identificou ciclos no orçamento global da organização. Os autores não atribuíram esse achado ao fato de a Indonésia ser uma democracia jovem, e sim ao sistema político do país, no qual os partidos que patrocinaram os chefes distritais muitas vezes não possuíam a maioria no parlamento local e, portanto, não poderiam promover um aumento geral de gastos em períodos eleitorais. Porém, os autores identificaram a existência de manipulação eleitoral nas despesas discricionárias, ou seja, naquelas em que o gestor tem poder de decisão sobre sua alocação.

As pesquisas internacionais apontam para um comportamento oposto em relação à direção da alteração na composição dos gastos públicos. Enquanto as pesquisas de Vergne (2009) e Katsimi e Sarantides (2012) identificaram aumentos nas despesas correntes e reduções nos gastos de capital em anos eleitorais, Veiga e Veiga (2007b) e Drazen e Eslava (2010) encontraram ciclos políticos nos investimentos. As amostras que as pesquisas utilizaram contribuem para justificar essa divergência. Enquanto as duas primeiras pesquisas avaliaram países, as duas últimas estudaram municípios portugueses e colombianos. Como a presente pesquisa aborda os municípios brasileiros, os estudos de Veiga e Veiga (2007b) e Drazen e Eslava (2010) foram fundamentais para o estabelecimento das expectativas teóricas deste estudo.

2.2.1 Evidências brasileiras

Sakurai (2005) procurou evidências de ciclos eleitorais em 572 municípios paulistas no período de 1989 a 2001, englobando três eleições. As variáveis fiscais, especificamente as despesas orçamentárias, estão em valores correntes de 2002 e em termos *per capita*. Por meio de modelos de regressão, nos quais a variável de interesse é a *dummy* que indica se o ano é eleitoral, a pesquisa identificou impulsos positivos em anos eleitorais na despesa orçamentária.

Além disso, o autor averiguou a existência de racionalidade no comportamento dos eleitores dos municípios paulistas. Racionalidade significa que os eleitores utilizam todas as informações disponíveis para gerar uma previsão ótima da competência do candidato. Considerando esse fator, os eleitores conseguem dissociar os efeitos das variáveis exógenas dos efeitos associados à competência do candidato sobre os gastos públicos. Sakurai (2005) utilizou um modelo *probit*, no qual a variável dependente é a recondução dos partidos. O autor não encontrou evidências de racionalidade dos eleitores, ou seja, eles não conseguem analisar os fatos observados e construir uma avaliação inequívoca do candidato. Em outras palavras, os eleitores não conseguem distinguir a competência dos candidatos de ruídos exógenos.

Sakurai (2009) investigou a presença de ciclos eleitorais nas funções orçamentárias de municípios brasileiros no período de 1990 a 2005. Baseado em evidências anteriores, testou as seguintes funções: (a) agricultura; (b) saúde e saneamento; (c) transporte; (d) assistência e previdência; (e) comunicações; (f) habitação e urbanismo; (g) legislativa; e (h) educação e cultura. As despesas estão em valores correntes de 2006 e em termos *per capita*. Estimaram-se oito regressões, nas quais as variáveis dependentes são as funções orçamentárias enumeradas. O autor incluiu uma *dummy* para os anos eleitorais, uma vez que o objetivo da pesquisa foi identificar manipulação eleitoral. Também se inseriram outras variáveis de controle, tais como: (a) grupo ideológico do partido político; (b) receita tributária; (c) transferências correntes; (d) proporção de jovens; (e) proporção de idosos residindo nos municípios; (f) grau de urbanização dos municípios; (g) população total; (h) alinhamento político com o governador; e, por fim, (i) alinhamento político com o presidente.

Sakurai (2009) identificou que nem todas as funções orçamentárias sofrem distorções em períodos eleitorais. Observou-se de forma mais expressiva esse fenômeno nas funções de: (a) saúde e saneamento; (b) assistência e previdência; (c) habitação e urbanismo; e (d) transporte. Especificamente para as duas primeiras funções, é possível inferir que se podem canalizar tais manipulações de forma mais imediata para a população. Já as funções agricultura

e legislativa apresentaram significância estatística e sinal negativo, indicando uma redução em períodos eleitorais.

Sakurai (2009) identificou, ainda, que os partidos de direita e esquerda realizam maiores empenhos nas funções saúde e saneamento, mas, por outro lado, realizam menores despesas nas funções habitação e urbanismo e educação e cultura. Essas evidências permitem observar que o fenômeno do ciclo partidário é existente, mas de forma relativa e específica a algumas funções orçamentárias. O autor observou que a composição etária dos municípios apresenta influência significativa sobre a composição das despesas nos municípios brasileiros. A proporção de jovens e idosos tem influência semelhante sobre algumas despesas: as duas variáveis estão positivamente relacionadas aos maiores gastos em agricultura, saúde e saneamento, assistência e previdência, e aos menores gastos em transporte e educação e cultura.

Carvalho e Oliveira (2009) avaliaram o comportamento das prefeituras fluminenses no período de 1998 a 2006, a fim de detectar comportamentos cíclicos nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral. Os autores utilizaram a metodologia de dados em painel, sendo as variáveis dependentes aquelas passíveis de manipulação em períodos eleitorais, tais como: (a) despesa orçamentária; (b) corrente; e (c) com pessoal e encargos sociais. Também se testaram funções da despesa orçamentária, tais como: (a) legislativa; (b) agricultura; (c) transporte; (d) educação e cultura; (e) habitação e urbanismo; (f) saúde e saneamento; e (g) assistência e previdência. Também se utilizou o resultado financeiro como variável dependente. Os autores incluíram, ainda, variáveis de controle, tais como: (a) ideologia partidária; e (b) apoio do governador e do presidente.

Carvalho e Oliveira (2009) identificaram evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas no período eleitoral, especificamente nas funções transporte e legislativa, indicando serem estas as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Os resultados também indicaram que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores à eleição para descarregar esse excesso no ano eleitoral. Por fim, a coincidência partidária entre o prefeito e o governador e/ou presidente apresentou uma relação negativa, exceto para a função transporte.

Sakurai e Menezes-Filho (2011) testaram a hipótese de ciclos oportunistas e partidários em 2.527 municípios brasileiros no período de 1989 a 2005. Os autores utilizaram um modelo de regressão com dados em painel, no qual a variável dependente consiste em variáveis fiscais, especificamente: (a) resultado orçamentário; (b) despesas totais; (c) despesas correntes; (d) investimentos; e (e) receita tributária municipal. A variável de interesse consiste em uma *dummy* que indica se o ano é eleitoral. Os gastos estão em valores correntes de 2007 e em termos

per capita. Os resultados mostraram um aumento nos gastos totais e correntes e uma redução nos investimentos, nas receitas tributárias e no resultado orçamentário em anos eleitorais. Os autores também concluíram que a ideologia partidária exerce influência relativa sobre o desempenho das contas públicas locais.

Klein e Sakurai (2015) buscaram estimar o efeito das limitações de prazo sobre as estratégias fiscais empregadas por municípios brasileiros durante períodos eleitorais. A pesquisa comparou as diferenças no comportamento fiscal entre os prefeitos no primeiro e no segundo mandato durante os anos eleitorais. Os autores estudaram 3.393 municípios entre 2001 e 2008, compreendendo dois ciclos eleitorais. Todas as variáveis fiscais estão em termos *per capita* com valores correntes de 2008.

Os autores utilizaram modelos de regressão com dados em painel nos quais as variáveis dependentes são os logaritmos naturais de determinadas variáveis fiscais observadas nos municípios e a variável de interesse é uma *dummy* que é igual a 1, se for o primeiro ano de mandato do prefeito e um ano eleitoral. Os resultados apontaram diferenças significativas entre os dois tipos de prefeitos no Brasil. Durante as eleições, prefeitos de primeiro mandato diminuem as receitas tributárias e alteram a composição das despesas públicas reduzindo as despesas correntes e aumentando as despesas de capital. A pesquisa apontou, ainda, que os resultados orçamentários e as despesas totais não diferiram entre os municípios, ou seja, os prefeitos alteraram a composição dos gastos públicos sem comprometer a gestão fiscal dos municípios.

Os resultados obtidos por Klein e Sakurai (2015) são consistentes com os modelos de sinalização desenvolvidos recentemente pela literatura e com a existência de condicionantes para a ocorrência de manipulação fiscal. Na presença de restrições institucionais sobre déficits fiscais e visando maximizar suas chances de reeleição, os prefeitos procuram sinalizar competência ou preferência política alterando a composição dos gastos públicos em anos eleitorais, mediante a maximização de despesas mais visíveis para os eleitores racionais que podem (ou não) ser avessos a maiores gastos totais, mas têm preferência para os gastos direcionados.

As pesquisas apresentadas, tanto no âmbito internacional quanto nacional, fornecem evidências de manipulação na composição das despesas públicas em direção aos gastos mais perceptíveis pela sociedade. Essas evidências justificam a necessidade de compreensão sobre como a composição da despesa pública afeta as chances de reeleição dos gestores públicos, consistindo no objetivo geral da presente pesquisa.

2.3 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E RESULTADOS ELEITORAIS

Esta seção destina-se a expor como a manipulação de variáveis orçamentárias relacionadas à teoria dos ciclos políticos afeta os resultados de uma eleição, aumentando ou reduzindo a probabilidade de recondução de um grupo político. Em função do objetivo geral desta pesquisa, esta seção torna-se fundamental para a construção dos modelos teórico e empírico deste estudo.

Peltzman (1992) foi um dos pioneiros na construção de uma relação entre manipulação de gastos e resultados das eleições. Avaliaram-se as eleições para presidente, senadores e governadores dos Estados Unidos entre 1950 e 1988, por intermédio de um modelo de regressão no qual o percentual de votos obtidos por um partido é função da mudança de bem-estar dos eleitores desde a última eleição. Pesquisas posteriores utilizaram amplamente esse modelo descrito na Equação 1.

$$IS_{iT} = K_i + f(W_{i0T}) \quad (1)$$

Onde:

IS_{iT} = percentual de votos obtidos por um partido na jurisdição i em uma eleição realizada na data T ;

K_i = percentual normal de votos de um partido na jurisdição i , especificado por uma constante;

W_{i0T} = mudança no bem-estar dos eleitores desde a última eleição ($T = 0$), que consiste na informação que os eleitores usam para avaliar o gestor público;

$f(.)$ = função convertendo W em uma decisão de voto.

O termo de bem-estar, na Equação 1, depende da informação econômica revelada desde a eleição anterior. Nesse sentido, os eleitores atribuem peso às informações reveladas em um determinado intervalo de tempo $(0, T)$, que pode coincidir com o período de mandato do gestor ou períodos mais curtos que antecedem as eleições. O modelo final utilizado por Peltzman (1992) é apresentado na Equação 2.

$$IS_{iT} = A + BX_{i,LAGt} + \dots \quad (2)$$

Onde:

X = vetor de dados econômicos.

O subscrito LAG_t denota que X está sendo mensurado ao longo de t períodos anteriores à eleição. O valor de t pode variar de menos de três meses até quatro anos da eleição passada. O X é elaborado para fornecer os coeficientes B , que representam estimativas do peso que os eleitores atribuem às informações reveladas em t períodos antes das eleições. As reticências na Equação 2 indicam que as regressões envolvem mais do que dados econômicos revelados desde a última eleição.

Peltzman (1992) concluiu que os eleitores penalizam o crescimento de despesas estaduais e federal em períodos eleitorais, ou seja, independentemente do cargo político, os candidatos que aumentaram as despesas às vésperas das eleições obtiveram uma proporção menor de votos. As evidências apontaram, ainda, que quanto mais próximo da eleição o aumento das despesas ocorrer, maior é a punição que os candidatos recebem. Por fim, o autor concluiu, também, que a composição do crescimento dos gastos federais foi irrelevante, ou seja, independentemente de onde as despesas adicionais estejam sendo executadas, o candidato é punido na eleição. Já no nível estadual, os eleitores puniram de forma mais severa os governadores que aumentaram os gastos com saúde e educação.

Brender (2003) abordou a interação entre o processo eleitoral e o desempenho fiscal de prefeitos em Israel nas eleições de 1989, 1993 e 1998. Diferentemente de Peltzman (1992), o autor utilizou um modelo de escolha binária (*probit*), no qual a variável dependente consiste na reeleição ou não do gestor público. As variáveis fiscais de interesse foram: (a) os déficits correntes; e (b) as mudanças na dívida pública.

As evidências apontaram que o desempenho fiscal afetou substancialmente a probabilidade de reeleição na campanha de 1998, mas não nas campanhas de 1989 e 1993. Essa mudança de comportamento do eleitorado ao longo do tempo é explicada, segundo o autor, em função da exigência de auditoria sobre as contas dos governos locais e da imposição de severas restrições orçamentárias a partir da eleição de 1998. Outros fatores, como as mudanças no ambiente político e o desenvolvimento dos meios de comunicação locais, também são propostos como explicações para essa mudança de comportamento, uma vez que tornam os eleitores mais experientes e bem informados sobre o processo eleitoral.

Avaliando especificamente o aspecto fiscal da eleição de 1998, Brender (2003) encontrou variáveis estatisticamente significativas e com o sinal correto, conforme a teoria. Maiores déficits correntes e o aumento da dívida reduzem significativamente a probabilidade de reeleição. A maior parcela de votos recebidos nas eleições anteriores também aumenta a probabilidade de reeleição. A taxa de sucesso do modelo para prever a reeleição foi de 73% na eleição de 1998. Outros achados apontam que maiores transferências intergovernamentais não

afetaram a probabilidade de reeleição, ou seja, os eleitores parecem não se importar com o esforço que os prefeitos fazem para obterem mais recursos junto ao governo federal.

Por fim, Brender (2003) inseriu algumas outras variáveis no modelo que indicaram que os moradores favorecem prefeitos que evitam gastos excessivos com pessoal, cobram impostos de forma eficiente e gastam mais em projetos de desenvolvimento. Níveis socioeconômicos e de renda dos moradores não alteraram significativamente a probabilidade de reeleição do prefeito.

Brender e Drazen (2008), com base em uma amostra de 74 países ao longo do período de 1960 a 2003, testaram se o aumento do déficit orçamentário do governo em um ano eleitoral realmente contribui para a reeleição de um candidato. Os autores optaram por um modelo de escolha binária (*Logit*), no qual a variável dependente é a reeleição ou não do gestor público. Utilizaram-se duas variáveis fiscais. A primeira delas reflete o superávit orçamentário em relação ao PIB ao longo do mandato, comparando a variação da média dos dois anos que precedem as eleições em relação aos dois anos iniciais do mandato. A segunda variável consiste na mudança na taxa de superávit orçamentário dividido pelo PIB para o ano eleitoral em relação aos demais anos de mandato, como *proxy* para a expansão fiscal em anos eleitorais. Os autores ainda utilizaram um indicador para o desempenho macroeconômico, que consiste no crescimento da taxa real de PIB *per capita* entre o ano atual e o ano da última eleição.

As evidências apontaram que os eleitores não recompensaram os políticos que promoveram desajustes fiscais em anos eleitorais. Esse resultado foi comum em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, novas e velhas democracias, países com sistemas presidencialista e parlamentarista. Especificamente em países desenvolvidos e democracias estabilizadas, déficits em anos eleitorais e corte de impostos afetam negativamente a probabilidade de reeleição, indicando que a piora do equilíbrio fiscal no ano eleitoral reduz a probabilidade de reeleição. Os resultados apontaram, também, que o forte desempenho macroeconômico, refletido nas taxas de crescimento mais elevadas do PIB *per capita*, está associado a uma maior probabilidade de reeleição apenas nos países menos desenvolvidos e novas democracias.

Na Noruega, os governos locais com déficits persistentes são incluídos no *Register for State Review and Approval of Financial Obligations* (Robek). Além do aumento de monitoramento do governo central, a inclusão no Robek provoca uma grande atenção da mídia local. Hopland (2014) estudou os efeitos desse indicativo de desajuste fiscal sobre o percentual de votos e a probabilidade de recondução do partido do gestor em governos locais da Noruega. Os resultados indicaram que os eleitores valorizam a informação contida nesse sinal ao

tomarem a decisão de voto. Tanto a proporção de votos obtidos pelo partido do gestor quanto a probabilidade de o partido permanecer no poder são significativamente reduzidas em consequência da inclusão no Robek. O percentual de votos foi reduzido em três pontos e a probabilidade de recondução diminuiu 12%.

Klomp e Haan (2013) averiguaram os efeitos de manipulações fiscais sobre os resultados eleitorais em 65 países democráticos no período de 1975 a 2005. Os autores utilizaram um modelo multinível, no qual a variável dependente é a mudança no percentual de votos de um partido de uma determinada coalizão em uma dada eleição. O modelo utilizado é apresentado na Equação 3.

$$\Delta v_{bqe} = \alpha_{bq} + \beta_q \Delta y_{qe}^E + \theta_{bq} X_{jbqe} + Y_q PBC_{qe} + u_{be}^u + u_{be}^r \quad (3)$$

Onde:

Δv_{bqe} = mudança no percentual de votos do partido b na coalizção governamental q na eleição e ;

Δy_{qe}^E = taxa de crescimento econômico em um ano eleitoral, cujo objetivo é averiguar o efeito da política fiscal expansionista motivada pelas eleições sobre Δv_{bqe} ;

PBC_{qe} = medida do ciclo político-orçamentário;

X_{jbqe} = vetor de variáveis de controle com j elementos;

$u_{be}^u + u_{be}^r$ = termos de erro no nível do partido e coalizção, respectivamente.

No modelo proposto por Klomp e Haan (2013), a taxa de crescimento econômico é calculada por meio da Equação 4. Essa variável reflete o efeito indireto do governo sobre as eleições, exercido mediante a melhoria de indicadores econômicos nos períodos eleitorais.

$$\Delta y_{qe}^E = \frac{M * \Delta Y_{qt} + (12 - M) * \Delta Y_{qt-1}}{12} \quad (4)$$

Onde:

M = mês eleitoral;

ΔY_{qt} = taxa de crescimento econômico no período t .

Para mensurar o indicador do ciclo político-orçamentário (PBC), os autores utilizaram uma regressão cujo termo do erro captura a parcela não explicada da variável fiscal considerando, entre outros fatores, o efeito da eleição. Nessa regressão, as variáveis dependentes foram o superávit orçamentário e o gasto público. Por fim, como indicador do

PBC, os autores utilizaram a diferença entre o termo do erro em um ano eleitoral e o termo do erro durante todo o mandato. As variáveis de controle incluem *proxies* representativas do sistema político, econômico e social dos países da amostra.

As evidências apontaram que os partidos do governo podem influenciar os resultados das eleições de forma significativa por meio da manipulação de gastos governamentais. Esses gastos também têm um efeito positivo indireto sobre os resultados eleitorais em função do crescimento mais rápido das variáveis econômicas em anos eleitorais. Os autores concluem que, apesar do efeito positivo significativo encontrado, sua importância econômica é relativamente pequena. Esse fator contribui para explicar por que se usa a política fiscal para fins eleitorais apenas em alguns países.

De modo geral, a literatura tem mostrado que déficits nos anos eleitorais não provocam uma probabilidade maior de recondução, ao contrário, os gestores tendem a ser punidos. Encontraram-se essas evidências em estudos que focam as mensurações agregadas de despesas públicas. Brender (2003), por exemplo, utilizou os déficits correntes e mudanças na dívida pública como variáveis explicativas. Porém, as pesquisas mais recentes têm avaliado a influência da composição das despesas em períodos eleitorais sobre a probabilidade de recondução do grupo político (DRAZEN; ESLAVA, 2010; ENKELMANN; LEIBRECHT, 2013; VEIGA; VEIGA, 2007a).

Após identificar como as eleições afetam a composição das despesas públicas, Drazen e Eslava (2010) avaliaram como os eleitores respondem a essas alterações. Para tanto, os autores modelaram o percentual de votos obtidos pelos partidos políticos em função das escolhas fiscais nos períodos pré-eleitorais. A amostra compôs-se de municípios colombianos no período de 1987 a 2002. Os autores utilizaram a metodologia de regressão linear, na qual a variável dependente é o percentual de votos obtidos por um partido em um determinado município. O modelo utilizado é apresentado pela Equação 5.

$$votes_{pis} = \alpha_0 + \alpha_1 votes_{pis-1} + \alpha_2 invest_{is} + \alpha_3 current_{is} + \alpha_4 deficit_{is} + \alpha_5 gr_{is} + (\beta_2 invest_{is} + \beta_3 current_{is} + \beta_4 deficit_{is} + \beta_5 gr_{is}) * inc_{pis-1} + v_{isp} \quad (5)$$

Onde:

S = eleição corrente;

$s-1$ = eleição anterior;

$votes_{pis}$ = percentual de votos obtidos pelo partido p na cidade i na eleição s ;

$votes_{pis-1}$ = percentual de votos obtidos pelo partido p na cidade i na eleição $s-1$;

$invest_{is}$ = logaritmo do gasto com investimento *per capita*;

$current_{is}$ = logaritmo do gasto corrente *per capita*;

$deficit_{is}$ = déficit governamental *per capita*;

inc_{pis-1} = variável discreta que recebe o valor 1, se o partido p estiver no poder antes das eleições, e 0, caso contrário;

gr_{is} = crescimento médio do PIB entre $s-1$ e s ;

v_{isp} = termo do erro.

Drazen e Eslava (2010) interpretaram os coeficientes β_2 , β_3 e β_4 como reflexo da vantagem (ou desvantagem) que o gestor público obtém em relação ao concorrente por aumentar investimentos, gastos correntes e déficits antes das eleições.

As evidências revelaram que despesas com investimentos mais elevadas aumentam o percentual de votos obtidos pelo partido político do gestor público, enquanto as despesas correntes não apresentaram significância estatística. Em resumo, Drazen e Eslava (2010) encontraram evidências que suportam o modelo de alteração na composição de gastos para os municípios colombianos. Os resultados indicaram um aumento pré-eleitoral de gastos direcionados (investimentos), combinados à contratação de outros tipos de despesas e uma resposta do eleitor para a segmentação.

Veiga e Veiga (2007a) testaram a hipótese de que a manipulação pré-eleitoral de despesas com investimentos leva a um maior percentual de votos para o atual partido político do prefeito. Semelhantemente ao estudo de Drazen e Eslava (2010), os autores utilizaram um modelo de regressão no qual a variável dependente é o percentual de votos obtidos pelo candidato. A amostra compôs-se de 275 municípios portugueses no período de 1979 a 2001. Avaliaram-se os gastos com investimentos em termos *per capita*. As evidências apontaram que gastos mais elevados com investimentos nos anos eleitorais estão associados a maiores porcentagens de votos para prefeitos em exercício nos municípios portugueses, corroborando as evidências obtidas por Drazen e Eslava (2010) para municípios colombianos. Veiga e Veiga (2007a) ainda identificaram uma relação positiva entre a média de gastos com investimentos *per capita* ao longo de todo o mandato e o percentual de votos obtidos pelos partidos políticos. Por fim, a variação dos investimentos nos anos eleitorais em relação à média de todo o mandato não apresentou significância estatística ao nível de 5%.

Enkelmann e Leibrecht (2013) avaliaram a existência de impulsos positivos na despesa total e em categorias específicas dos gastos públicos em 32 países europeus entre 1990 e 2010. Os autores identificaram evidências consistentes com a visão de que ciclos eleitorais na despesa

total, bem como em categorias específicas de despesas, existem principalmente em países do leste europeu recém-democratizados. Os gastos com bem-estar social, infraestrutura, proteção ambiental e com serviços públicos gerais são propensos para manipulação eleitoral.

Após essa constatação, os autores avaliaram a influência das variações da despesa total e das categorias econômicas sobre a probabilidade de recondução dos partidos por meio de um modelo de regressão no qual a variável dependente possui natureza binária e indica se os partidos políticos dos gestores de países europeus foram eleitos ou não. O modelo é apresentado pela Equação 6.

$$REELECT_{ie} = \alpha' + \beta'PBC_{jie} + \gamma'W_{ie} + \epsilon_{ie} \quad (6)$$

Onde:

$REELECT_{ie}$ = *dummy* que indica recondução do partido político do gestor no país i no ano eleitoral e .

PBC_{jie} = diferença entre os gastos do ano eleitoral e a média de todo o mandato para cada categoria econômica testada;

W_{ie} = variáveis de controle, especificamente crescimento do PIB e da inflação no ano eleitoral, força do partido no poder (percentual de votos na última eleição), crescimento da despesa total durante o mandato (taxa média do crescimento dos gastos totais);

ϵ_{ie} = termo de erro.

Os autores utilizaram os resíduos da regressão que objetivou identificar a presença de impulsos positivos nas despesas públicas nos períodos eleitorais para definir o PBC_{jie} na Equação 6. Mais especificamente, caracterizou-se o PBC_{jie} como a diferença entre os resíduos do ano eleitoral e a média dos resíduos ao longo de todo mandato do gestor público. Um valor positivo, por exemplo, indica um crescimento acima da média na categoria de despesas j no ano eleitoral e .

Os resultados não indicaram significância estatística para as despesas totais, nem para as categorias econômicas relevantes (administração, economia, meio ambiente, lazer, educação, social). Isso significa que as variações na despesa total e nas categorias econômicas não influenciaram as chances de recondução dos partidos políticos. Esse resultado corrobora a pesquisa de Veiga e Veiga (2007a), que não identificou significância estatística entre as variações nos gastos com investimentos e o percentual de votos obtidos por partidos políticos em municípios portugueses.

Torna-se importante destacar que a pesquisa de Enkelmann e Leibrecht (2013) relacionou as variações de determinadas despesas às chances de recondução dos partidos políticos. Já Drazen e Eslava (2010) e Veiga e Veiga (2007a) relacionaram os gastos com investimentos dos anos eleitorais e o percentual de votos obtidos pelos partidos. Esse fator justifica a ausência de significância encontrada na pesquisa de Enkelmann e Leibrecht (2013) em relação às pesquisas de Drazen e Eslava (2010) e Veiga e Veiga (2007a), que encontraram influência significativa dos investimentos dos anos eleitorais sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Essas constatações corroboram a premissa adotada por esta pesquisa, de que não são as variações nos gastos públicos que afetam as chances de recondução, e sim a própria composição da despesa pública, e, conforme Veiga e Veiga (2007a), essa evidência independe se o ano tem efeito eleitoral ou não.

Balaguer-Coll *et al.* (2015) avaliaram os efeitos de determinados gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos de 2.188 municípios espanhóis durante o período de 2000 a 2007, compreendendo dois ciclos políticos. Os autores utilizaram a inferência bayesiana para estimar probabilidades de reeleições dos partidos. Os gastos públicos analisados pelos autores foram: (a) média da despesa orçamentária *per capita*; (b) média da despesa corrente *per capita*; e (c) média da despesa de capital *per capita*. Além de analisar essas três variáveis, os autores subdividiram as despesas correntes e de capital em duas novas variáveis, considerando as médias dos períodos sem efeito eleitoral e os gastos no ano eleitoral.

Os resultados apontaram que maiores despesas orçamentárias *per capita* dos governos locais influenciam positivamente as chances de recondução dos partidos políticos. Avaliando as categorias econômicas da despesa pública, os autores identificaram que maiores despesas correntes nos anos eleitorais aumentam as chances de recondução. Não houve significância estatística entre as despesas correntes dos períodos sem efeito eleitoral e a probabilidade de recondução. Já para as despesas de capital, verificou-se que a relação significativa e positiva existe independentemente se o período é eleitoral ou não.

Por fim, Aidt, Veiga e Veiga (2011) exploraram o relacionamento entre a margem de vitória do candidato e o tamanho da distorção oportunista, ou seja, a interação entre o incentivo de gerar ciclos políticos e a perspectiva de vencer as eleições. Após estudar municípios portugueses, os resultados sustentaram a hipótese de que o oportunismo compensa, uma vez que maiores gastos nos anos eleitorais provocam maiores diferenças entre o vencedor e seu principal concorrente. Os resultados mostraram que a magnitude da distorção fiscal está inversamente relacionada à margem de vitória. Logo, a distorção oportunista é maior quando a margem de vitória é pequena e existe a necessidade de sinalizar competência.

2.3.1 Evidências brasileiras

No âmbito brasileiro, Sakurai e Menezes-Filho (2008) examinaram a relação entre despesas orçamentárias e as chances de o partido político permanecer no poder por mais um mandato administrativo ao longo das eleições de 1988 a 2000 em 2.235 municípios brasileiros. Os autores optaram por um modelo de regressão logística no qual a variável dependente é sucesso ou insucesso na recondução do partido político nos municípios brasileiros. No modelo que os autores propuseram, as variáveis independentes de interesse foram as despesas totais, de capital e correntes tomadas em valores *per capita*. Os autores inseriram diversas variáveis de controle, tais como: (a) receita tributária *per capita*; (b) receita de transferência *per capita*; (c) proporção de idosos (acima de 65 anos); (d) proporção de jovens (abaixo de 14 anos); (e) taxa de urbanização; (f) logaritmo da população total municipal; (g) alinhamento político com o governador do estado e com o presidente; e (g) número de anos de mandato do grupo do prefeito municipal.

Os resultados apontaram que os gestores que apresentaram gastos *per capita* mais elevados ao longo dos mandatos tiveram maior probabilidade de recondução. Avaliando as categorias econômicas, despesas de capital *per capita* mais elevadas ao longo do mandato aumentam as chances de recondução. As despesas correntes não apresentaram significância estatística.

Além disso, Sakurai e Menezes-Filho (2008) dividiram a amostra em dois elementos: (a) as médias das despesas nos três primeiros anos de mandato; e (b) o desvio percentual dos gastos do ano eleitoral em relação à média dos três anos anteriores. Avaliando os gastos totais, os resultados apontaram relação positiva significativa para as médias dos gastos nos três primeiros anos e para o desvio percentual. Isso significa que maiores gastos no período sem efeito eleitoral e aumentos de gastos no ano eleitoral aumentam as chances de recondução. Em relação às categorias econômicas, somente as médias das despesas de capital nos três primeiros anos de mandato apresentaram significância estatística e sinal positivo. A variação percentual das despesas correntes nos anos eleitorais apresentou sinal positivo e significância estatística. Isso significa que aumentos nos gastos correntes nos anos eleitorais influenciam positivamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Variáveis de controle forneceram informações adicionais sobre os resultados obtidos por Sakurai e Menezes Filho (2008). Os achados indicaram que o tamanho da população afeta positivamente a probabilidade de recondução. As receitas tributárias municipais exercem influência positiva significativa sobre a probabilidade de recondução. Esse fator indica que o

sucesso das administrações locais pode provocar estímulos para o pagamento de impostos. O coeficiente associado ao número de anos de mandato é negativo, indicando que os prefeitos brasileiros encaram uma perda de popularidade ao longo do tempo. Por fim, a pesquisa encontrou que o alinhamento político com o presidente diminuiu as chances de um prefeito ser reeleito. O autor justifica esse fato às crises macroeconômicas graves ocorridas durante o período.

Nakaguma e Bender (2010) investigaram em que medida os eleitores são capazes de: (a) captar as sinalizações de competência emitidas pelos governantes; e (b) identificar e punir políticos oportunistas. A amostra consistiu nos estados brasileiros durante o período de 1986 a 2004. As evidências preliminares apontaram que, com exceção da despesa de capital, todas as demais variáveis (receitas total, corrente, tributária e transferências correntes, além das despesas total, corrente e de custeio) se elevam significativamente durante o ano eleitoral. Os resultados indicaram, ainda, que os governantes candidatos à reeleição elevaram a despesa total (29%), a despesa corrente (21%) e as despesas de custeio (47%) acima dos governantes não candidatos à reeleição. No período pós-eleitoral, observaram-se reduções significativas nas receitas e despesas de capital, evidenciando a ocorrência de ajustes fiscais nesse período.

Nakaguma e Bender (2010) identificaram a presença de ciclos políticos bem definidos, caracterizado por fortes elevações de variáveis relacionadas à teoria dos ciclos políticos em anos eleitorais e quedas acentuadas após esse período. Os autores constataram que a magnitude dos ciclos diminuiu ao longo dos períodos, sugerindo aprendizagem e aquisição de experiência por parte dos eleitores. Esse resultado é consistente às pesquisas internacionais (BRENDER; DRAZEN, 2005), que constataram redução na magnitude dos ciclos com a consolidação das democracias.

Para avaliar a influência das variáveis fiscais sobre a probabilidade de recondução dos partidos nos estados brasileiros, os autores partiram do modelo utilizado para identificar impulsos positivos nas variáveis fiscais. O modelo proposto consistiu em decompor os ciclos eleitorais, utilizando a parcela esperada dos ciclos como uma *proxy* para o nível de oportunismo e os resíduos obtidos (nos modelos para identificar ciclos orçamentários) nos anos eleitorais como *proxy* para a competência dos governantes. O modelo elaborado pelos autores é apresentado pela Equação 7.

$$voto_{it} = \gamma_1 \Delta \% y_{it} + \gamma_2 oportunisto_{it} + \gamma_3 competencia_{it} + \omega'_{it} \pi + n_i + \epsilon_{it} \quad (7)$$

Onde:

$voto_{it}$ = percentual de votos obtidos em primeiro turno pelo candidato do governo;

$\Delta\%y_{it}$ = variação percentual do resultado fiscal previsto no ano eleitoral;

$oportunismo_{it}$ = parcela esperada dos ciclos políticos;

$competencia_{it}$ = componente não esperado dos ciclos;

ω'_{it} = conjunto de variáveis de controle;

n_{it} = efeito fixo estadual;

ϵ_{it} = termo de erro.

Os autores testaram a ocorrência de oportunismo nas seguintes variáveis: (a) receita total; (b) receita corrente; (c) receita tributária; (d) transferências correntes; (e) receita de capital; (f) despesa total; (g) despesa corrente; (h) despesa de custeio; e (i) despesa de capital. Inseriram-se duas variáveis de controle no modelo: a primeira consiste em um índice de fragmentação das preferências, que objetiva capturar o ambiente político vigente nos estados; a segunda variável consiste no alinhamento político com o presidente da república. Para proporcionar mais robustez e consistência aos resultados, os autores elaboraram um modelo de regressão logística no qual a variável dependente indica se o partido político do governo foi ou não reconduzido.

Nakaguma e Bender (2010) concluíram que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos, tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias. Porém, o efeito oportunista sobre as chances de recondução diminuiu ao longo do período estudado, indicando uma evolução na capacidade do eleitor de identificar e punir as manipulações eleitorais. Por fim, a LRF consistiu em um marco importante, ao reduzir a manipulação sobre as despesas de custeio.

Arvate, Mendes e Rocha (2010) avaliaram as eleições em 2.732 municípios brasileiros no ano de 2000, para verificar se os eleitores preferem um comportamento fiscal conservador ou expansionista no período eleitoral. Os autores utilizaram um modelo *probit*, no qual a variável dependente consiste na recondução ou não do partido político do prefeito municipal. O modelo é descrito pela Equação 8:

$$REEL_i = \alpha'z_i + n_i \quad (8)$$

Onde:

$REEL_i$ = *dummy* que indica recondução do partido político no município i ;

z_i = vetor que contém todas as variáveis de interesse e de controle;

n_i = termo do erro.

As variáveis fiscais que os autores utilizaram foram: (a) resultado fiscal corrente; (b) receita tributária; (c) despesa corrente; (d) transferências correntes; (e) débito (diferença em percentual da receita total); e (f) débito no ano de 1998. A fim de definir essas variáveis fiscais, os autores seguiram o padrão sugerido por Brender e Drazen (2008). A definição de expansão ou contração fiscal compara a média da variável na segunda metade do mandato em relação aos primeiros dois anos de gestão, tendo em vista que os prefeitos são eleitos para um mandato de quatro anos. Nesse sentido, a média dos últimos dois anos é comparada à média dos dois primeiros.

O conjunto de variáveis de controle compreende as características geográficas, sociais e econômicas dos municípios e características pessoais dos prefeitos. As variáveis utilizadas foram: (a) popularidade do prefeito (percentual de votos obtidos na eleição de 1996); (b) área geográfica do município; (c) número de habitantes em 2000; (d) crescimento populacional no período compreendido entre 1991 e 2000; (e) variável *dummy* para municípios que pertencem ou não a uma região metropolitana; (f) variáveis *dummies* para cada região geográfica do Brasil; (g) *dummy* para municípios que são capitais dos estados; (h) percentual da população que vive em áreas urbanas; (i) população do município como um percentual da população do estado; e (j) uma *dummy* que indica se é a primeira eleição realizada no município.

Arvate, Mendes e Rocha (2010) concluíram que os eleitores brasileiros têm preferência por prefeitos que aumentem os gastos públicos. Os autores interpretaram essa conclusão como consequência de um modelo de federalismo fiscal, com uma restrição orçamentária suave para os municípios. Essa condição é resultado: (a) da combinação do grande peso político dos interesses locais no Congresso Nacional; (b) da heterogeneidade dos municípios; (c) das transferências intergovernamentais excessivas; (d) da capacidade dos municípios para manipular as normas das transferências; e (e) da incapacidade do governo central para impor restrições legais ao endividamento subnacional. Além disso, há evidências de que a baixa escolaridade da população tem um impacto maior sobre as despesas em relação à média dos municípios e que o eleitorado com níveis educacionais altos apresenta um comportamento fiscalmente conservador, punindo os prefeitos que aumentam as dívidas durante seu mandato.

Por fim, ao avaliar as variáveis de controle, Arvate, Mendes e Rocha (2010) encontraram evidências que a popularidade do gestor, mensurado pelo percentual de votos obtidos na eleição de 1996, influencia fortemente a probabilidade de recondução. O coeficiente da variável que indica se o município é novo sugere que os eleitores tendem a apoiar movimentos de emancipação que geram benefícios fiscais, pois aumenta a disponibilidade local de recursos em detrimento do restante da federação. A variável *dummy* que indica se o município pertence a

uma região metropolitana também apresentou influência positiva significativa sobre a probabilidade de recondução. Por fim, as *dummies* regionais indicaram chances maiores de recondução nas regiões Nordeste e Sul em relação à região Sudeste.

Klein (2010) testou a presença de ciclos político-orçamentários nas eleições municipais do Brasil e checkou se prefeitos que adotam tal política têm maior probabilidade de reeleição. A amostra consistiu-se de 5.406 municípios na eleição de 2004. O autor aplicou o método econométrico de diferença em diferença e regressão logística. O modelo de regressão logística, especificamente, é apresentado pela Equação 9.

$$P(\text{reelected}_{2004} = 1 | \Delta g, x) = F(\beta_0 + \beta_g \Delta g + \beta'_x x) \quad (9)$$

Onde:

$$0 < F(z) / [1 + \exp(z)], 0 < F(z) < 1, \text{ e } \Delta g = g_{it} / g_{i(t-n)}$$

De acordo com a equação acima, a probabilidade de um prefeito ser reeleito nas eleições de 2004 é, entre outros fatores, função da variação das despesas governamentais reais *per capita* (Δg) entre um ano eleitoral t e um ano não eleitoral $t - n$. Se a estratégia de ciclo político-orçamentário existir e for efetiva, é esperado $\beta_g > 0$, uma vez que gastos relativamente maiores em períodos eleitorais aumentariam as chances de reeleição em relação aos municípios gastam relativamente menos.

As variáveis de controle incluídas no conjunto x são: (a) variação nas receitas *per capita* ($r_{it} / r_{i(t-n)}$) para o mesmo período que Δg ; e (b) uma medida de déficit fiscal, dada pela taxa *per capita* dos gastos pelas receitas (g_{it} / r_{it}) para 2004 e 2003.

As evidências apontaram para a existência de ciclos político-orçamentários, apesar de sua magnitude e consistência variarem nos anos eleitorais e não eleitorais (2001, 2002 e 2003). Em média, prefeitos reelegíveis gastaram em torno de 3% a mais em anos eleitorais em comparação a prefeitos não reelegíveis. Além disso, as evidências apontaram que os prefeitos que aumentaram os gastos em anos eleitorais apresentaram maiores chances de reeleição, contanto que tal aumento seja feito dentro de limites aceitáveis pelos eleitores. Porém, isso não significa que os prefeitos que executam mais gastos são fiscalmente irresponsáveis, uma vez que eles também aumentaram suas receitas, evitando déficits indesejados que pudessem prejudicar suas chances de reeleição.

Vicente e Nascimento (2012) investigaram de que forma as manipulações fiscais com fins eleitorais, caracterizadas por indicadores obtidos das demonstrações contábeis do setor público, exercem influência na recondução de um governante e/ou de seus aliados políticos ao

mesmo cargo no mandato seguinte. A amostra consistiu-se de 3.404 municípios abrangendo os mandatos de prefeitos findos em 2000, 2004 e 2008. Os autores utilizaram o modelo de regressão logística, classificando como 1 os municípios cujos partidos foram reconduzidos e 0 os municípios cujos partidos não foram reconduzidos.

Os autores optaram por trabalhar com quocientes que representam indicadores contábeis em função da necessidade de evitar a utilização de correção do poder aquisitivo da moeda para as variáveis expressas em termos monetários e também para corrigir distorções devido às diferenças de tamanho entre os vários municípios. Nesse sentido, esta pesquisa se diferencia das anteriores, que utilizaram valores *per capita*.

Vicente e Nascimento (2012) concluíram que os efeitos mais significativos nas variáveis de interesse foram os seguintes: (a) a elevação do resultado orçamentário e do resultado orçamentário corrente em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução; (b) a geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais eleva a probabilidade de recondução; (c) a elevação do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em anos pré-eleitorais impacta positivamente nas chances de recondução; e (d) maiores despesas com investimentos eleva a probabilidade de recondução.

Em relação às variáveis de controle, os autores identificaram que a elevação da taxa de analfabetismo faz com que a chance de sucesso na recondução se eleve. A variável que representa o percentual da população com acesso à energia elétrica e televisor influencia positivamente a probabilidade de recondução. Como os autores escolheram essa variável como *proxy* do efeito da mídia, observa-se que o desenvolvimento da mídia agrava os ciclos políticos. A variável que representa o alinhamento político do prefeito com o governador apresentou sinal negativo, ou seja, os eleitores penalizam o prefeito que pertence ao mesmo partido ou coligação do governador dos estados, reduzindo a probabilidade de recondução. Por fim, a variável que indica se o município é de médio porte (100.000 a 499.999 habitantes) apresentou relação negativa com a probabilidade de recondução.

De modo de geral, as evidências obtidas pelas pesquisas brasileiras diferem das evidências internacionais (BRENDER, 2003; BRENDER, DRAZEN, 2008; HOPLAND, 2014; PELTZMAN, 1992), por não apresentarem um comportamento conservador por parte dos eleitores. Pelo contrário, os achados sobre ciclos políticos brasileiros apontam que maiores gastos aumentam as chances de recondução dos partidos políticos (KLEIN, 2010; SAKURAI, MENEZES-FILHO, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O objeto de estudo desta pesquisa consiste nos municípios brasileiros. Justifica-se essa escolha por diversos motivos. Inicialmente, a acessibilidade às informações sobre eleição e aos dados detalhados sobre os gastos municipais foram confirmados. Em segundo lugar, o município é a unidade de governo mais próxima à sociedade, e o prefeito é o principal tomador de decisões sobre a alocação de recursos públicos nas cidades. Em terceiro lugar, a estrutura institucional dos governos municipais e os instrumentos políticos disponíveis são os mesmos para todos os municípios brasileiros. Em quarto lugar, fixam-se as datas das eleições no mesmo período em todo o Brasil. Por fim, a grande diversidade de porte, a localização geográfica, o nível de desenvolvimento socioeconômico, a filiação partidária, entre outros fatores, contribuem para melhorar o nível de compressão da influência da composição da despesa pública sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito.

O universo da pesquisa consistiu em todos os municípios brasileiros nos anos de 2003 a 2012. Justifica-se essa escolha em função da aprovação da LRF, que consiste em um divisor de águas para as finanças públicas brasileiras. A LRF inseriu diversos limites de gastos aos entes municipais, estaduais e federal. Dentre as restrições, podem-se citar: os limites para operações de crédito, gastos com pessoal, entre outros. Nesse sentido, optou-se pela análise das eleições ocorridas após a aprovação da LRF. Além disso, a Portaria Interministerial MF/MPOG nº 163/2001, considerada essencial para a análise da natureza do gasto público, foi aprovada no ano de 2001. Dessa forma, a análise de eleições anteriores dificultaria a identificação dos gastos de acordo com sua natureza.

Precisou-se excluir diversos municípios da amostra. Os motivos para a exclusão foram: (a) ocorrência de eleições suplementares; (b) renúncia ou falecimento do candidato; (c) ausência do partido do prefeito nas coligações que concorreram ao pleito; (d) falta de algum dado financeiro; e (e) ausência de algumas das variáveis de controle.

Após a exclusão dos municípios com dados faltantes, a amostra da pesquisa, discriminada por região, é apresentada pela Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa

Unidade	2004		2008		2012	
	Universo	Amostra (%)	Universo	Amostra (%)	Universo	Amostra (%)
Norte	449	285 (63,47)	449	306 (68,15)	449	322 (71,71)
Nordeste	1.791	1.230 (68,68)	1.792	1.270 (70,87)	1.793	1.315 (73,34)
Centro-Oeste	462	318 (68,83)	465	378 (81,29)	465	348 (74,84)
Sudeste	1.668	1.228 (73,62)	1.668	1.404 (84,17)	1.668	1.391 (83,39)
Sul	1.188	964 (81,14)	1.188	1.031 (86,78)	1.188	1.057 (88,97)
Brasil	5.558	4.025 (72,42)	5.562	4.389 (78,91)	5.563	4.433 (79,69)

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, inicialmente, que o universo da pesquisa apresentou crescimento ao longo do período. Esse fator deve-se à criação de novos municípios. Atualmente, o Brasil conta com 5.669 municípios, excluindo-se o Distrito Federal da contagem.

A amostra da pesquisa equivale a 72,42%, 78,91% e 79,69% nos anos de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. A região Norte teve o menor percentual de participação, enquanto a região Sul apresentou a maior participação percentual. Em termos absolutos, a região Sudeste é a que possui mais municípios na amostra.

Destaca-se que a pesquisa não utilizou qualquer técnica de amostragem para seleção dos municípios. Obteve-se a amostra de pesquisa mediante a exclusão dos municípios com dados faltantes, sejam eles financeiros, de controle ou relacionados às eleições.

3.2 COLETA DOS DADOS

O processo de coleta dos dados ocorreu exclusivamente por meio da *Internet*, no período de setembro de 2014 a abril de 2015, e consultou exclusivamente fontes oficiais. Coletaram-se as informações sobre tentativa e recondução do partido político do prefeito diretamente do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Coletaram-se as informações sobre as despesas públicas no banco de dados Finanças Brasil (Finbra), que consiste em um conjunto de informações sobre gastos dos estados e municípios disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Por fim, coletaram-se os dados sobre a população municipal no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para fins de compreensão, dividiram-se as variáveis desta pesquisa em três grupos: (a) dependente; (b) independentes de interesse; e (c) independentes de controle, descritas em detalhes nos próximos tópicos.

3.3.1 Variável dependente

Dado o objetivo geral da pesquisa, que consiste em averiguar a influência da composição da despesa pública sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal, a variável dependente da pesquisa revela se o partido político do prefeito obteve sucesso ou não nas eleições municipais, conforme revela o Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição da variável dependente

Variável	Classificação	Descrição
RP	1	Partido político do prefeito pertence à coligação vencedora nas eleições.
	0	Partido político do prefeito não pertence à coligação vencedora nas eleições.

Nota: RP = recondução do partido.

Fonte: Elaboração própria.

Trata-se de uma variável binária que indica se o partido político do atual prefeito faz parte da coligação vencedora nas eleições municipais. Ressalta-se que a manipulação de determinados tipos de despesas pode ocorrer em benefício do próprio prefeito, que está tentando a reeleição, ou de algum correligionário. Nesse sentido, para fins desta pesquisa, considera-se como recondução o sucesso do partido político do atual prefeito e não apenas a reeleição do gestor candidato.

3.3.2 Variáveis independentes de interesse

As variáveis de interesse consistem em despesas específicas que a literatura aponta como passíveis de manipulação em períodos eleitorais. Esta pesquisa optou por analisá-las com base em duas classificações da despesa pública: (a) natureza da despesa pública; e (b) funções orçamentárias. Analisaram-se esses dois grupos de forma independente, uma vez que consistem em agrupamentos distintos da despesa orçamentária total.

Esta pesquisa utilizou a despesa empenhada baseada no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que considera pertencentes ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas. Para eliminar problemas de escala, controlaram-se todas as variáveis pela despesa orçamentária total, ou seja, representam um percentual dos gastos totais dos municípios.

A primeira classificação (quanto à natureza da despesa pública) visa identificar a aplicação do recurso segundo o fato gerador, ou seja, o acontecimento que ocasionou a saída de recursos do ente público. A Portaria Interministerial MF/MPOG nº 163/2001 classifica a natureza da despesa em seis grupos, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Natureza das despesas orçamentárias

Código	Grupo	Descrição
1	Pessoal e encargos sociais	Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o <i>caput</i> do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.
2	Juros e encargos da dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
3	Outras despesas correntes	Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “despesas correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
4	Investimentos	Despesas orçamentárias com <i>softwares</i> e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
5	Inversões financeiras	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
6	Amortização da dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Fonte: Brasil (2001).

O Quadro 4 apresenta os grupos de despesas incluídos nos modelos, suas nomenclaturas e os sinais esperados.

Quadro 4 – Variáveis independentes: natureza da despesa pública

Código	Grupo	Nomenclatura	Inclusão no modelo	Sinal esperado
1	Pessoal e encargos sociais	PES	SIM	–
2	Juros e encargos da dívida	–	NÃO	
3	Outras despesas correntes	ODC	SIM	–
4	Investimentos	INV	SIM	+
5	Inversões financeiras	–	NÃO	
6	Amortização da dívida	–	NÃO	

Fonte: Elaboração própria.

Os grupos 2 (juros e encargos da dívida) e 6 (amortização da dívida) são decorrentes de questões contratuais, ou seja, possuem pequena margem para manipulação em períodos eleitorais. Drazen e Eslava (2010) explicam que as despesas relacionadas ao serviço da dívida são consideradas como fora do controle dos gestores públicos. Nesse sentido, não se incluíram esses dois grupos no modelo. O grupo 5 (inversões financeiras) não representa uma despesa finalística capaz de melhorar a reputação do gestor público junto à população e aumentar suas chances de recondução, além de ser pouco usual no nível municipal. Nesse sentido, não existe justificativa teórica para testá-lo.

O modelo proposto por esta pesquisa parte do pressuposto de que diferentes categorias de despesas têm efeitos diferenciados sobre a votação, com o partido que está no poder beneficiando-se com determinados tipos de gastos. Nesse sentido, espera-se uma relação positiva entre o grupo investimentos e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal, ou seja, os investimentos consistem em despesas finalísticas, facilmente perceptíveis pela sociedade, capazes de melhorar a reputação dos gestores e aumentar suas chances de recondução.

Essa expectativa baseia-se em pesquisas internacionais (DRAZEN; ESLAVA, 2010; VEIGA; VEIGA, 2007a) e nacionais (VICENTE; NASCIMENTO, 2012). Drazen e Eslava (2010) identificaram uma relação positiva entre os gastos com investimentos e o percentual de votos obtidos pelos gestores públicos em municípios colombianos. Veiga e Veiga (2007a) também encontraram evidências de que gastos mais elevados com investimentos estão associados a maiores percentuais de votos para prefeitos em exercício nos municípios portugueses. No âmbito nacional, Vicente e Nascimento (2012) identificaram que quanto maior a proporção dos gastos com investimentos, maior a probabilidade de recondução do partido político nos municípios brasileiros.

A ausência de pesquisas passadas que relacionem os gastos com pessoal e encargos sociais e as outras despesas correntes às probabilidades de recondução dificultam o estabelecimento dos sinais esperados para ambas as variáveis. Porém, como ambas compõem as despesas correntes e estas são consideradas gastos não finalísticos, espera-se um sinal negativo, indicando que gastos menores com pessoal e com outras despesas correntes aumentam as chances de recondução. Essa expectativa baseia-se em pesquisas que estudaram o comportamento das despesas correntes nos anos eleitorais e a influência desses gastos sobre a probabilidade de recondução.

Drazen e Eslava (2010) identificaram que as despesas correntes, especificamente as transferências correntes e o pagamento a trabalhadores temporários, sofreram uma redução nos períodos eleitorais em municípios colombianos. No âmbito nacional, Carvalho e Oliveira (2009) não encontraram evidências significativas de manipulações eleitoreiras nas despesas correntes em municípios fluminenses no período de 1998 a 2006. Já Sakurai e Menezes-Filho (2011) concluíram que os gastos correntes se elevam nos anos eleitorais em 2.527 municípios brasileiros entre 1989 e 2005. Apesar da aparente divergência entre as pesquisas, o fator de controle das variáveis fiscais ajuda a compreender essa discrepância. Enquanto Carvalho e Oliveira (2009) e Sakurai e Menezes-Filho (2011) utilizaram gastos *per capita*, Drazen e Eslava (2010) utilizaram percentuais de gastos em relação às despesas totais, sendo mais importante para o embasamento deste estudo, já que o fator de controle é o mesmo.

Avaliando especificamente a despesa com pessoal, Carvalho e Oliveira (2009) identificaram uma redução nos gastos com pessoal e encargos sociais *per capita* nos anos eleitorais e pós-eleitorais nos municípios fluminenses entre 1998 e 2006. Além disso, Brender (2003) encontrou evidências de que os moradores de cidades israelenses favorecem prefeitos que evitam gastos excessivos com pessoal.

A segunda classificação, quanto às funções orçamentárias, faz parte da classificação funcional da despesa pública, que a segrega em funções e subfunções, evidenciando a área de ação governamental na qual o gasto será executado. A Portaria MOG nº 42/1999 define função como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Já as subfunções representam uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. A portaria supracitada define as funções e subfunções, cabendo aos entes públicos apenas a classificação das despesas nas funções e subfunções correspondentes.

Definiram-se as funções orçamentárias passíveis de manipulações aumentativas e diminutivas em períodos eleitorais com base nas evidências de manipulações em pesquisas brasileiras passadas, conforme Quadro 5. Carvalho e Oliveira (2009) testaram a existência de ciclos políticos nas seguintes funções: (a) legislativa; (b) agricultura; (c) transporte; (d) educação e cultura; (d) habitação e urbanismo; (e) saúde e saneamento; e (f) assistência e previdência. Já Sakurai (2009) testou as seguintes funções: (a) agricultura; (b) saúde e saneamento; (c) transporte; (d) assistência e previdência; (e) comunicações; (f) habitação e urbanismo; (g) legislativa; e (h) educação e cultura.

Quadro 5 – Variáveis independentes: funções orçamentárias

Código da função	Função	Nomenclatura	Sinal esperado
04	Administração	ADM	–
08	Assistência social	ASS	+
10	Saúde	SAU	NS
12	Educação	EDU	NS
13	Cultura	CUL	+
15	Urbanismo	URB	+
20	Agricultura	AGR	+
26	Transporte	TRA	–
27	Desporto e lazer	DL	+

Nota: NS expressa não significante.

Fonte: Brasil (1999).

Conforme comentado na classificação anterior, diferentes categorias de despesas têm efeitos distintos sobre a votação. Teoricamente, as despesas não finalísticas, por não serem facilmente perceptíveis pela sociedade, relacionam-se negativamente com a chance de

recondução dos partidos. Nesse sentido, por se tratar de despesas relevantes e administrativas, espera-se uma relação negativa entre as variáveis administração e transporte e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal.

Apesar de consistirem em despesas finalísticas, espera-se que as funções saúde e educação não apresentem significância estatística. Esse fator deve-se aos limites mínimos de aplicação exigidos pela CF/1988, limitando a discricionariedade do gestor sobre essas duas funções orçamentárias. Segundo o artigo 212 da CF/1988, a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a Lei Complementar nº 141/2012, em atendimento ao artigo 198 da CF/1988, estabelece a aplicação em ações e serviços de saúde um percentual mínimo de 15% da arrecadação de impostos e de algumas transferências recebidas pelos municípios.

Consideram-se finalísticas todas as outras funções orçamentárias (assistência social, cultura, urbanismo, agricultura e desporto de lazer). Nesse sentido, espera-se uma relação positiva entre elas e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal.

3.3.3 Variáveis independentes de controle

Pesquisas nacionais (ARVATE; MENDES; ROCHA, 2010; KLEIN, 2010; NAKAGUMA; BENDER, 2010; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008; VICENTE; NASCIMENTO, 2012) revelam uma série de fatores capazes de influenciar a recondução do partido político do prefeito. Incluíram-se esses elementos nos modelos como variáveis de controle. O Quadro 6 revela tais variáveis e os sinais esperados para cada uma delas.

Quadro 6 – Variáveis de controle

Nomenclatura	Variável utilizada	Sinal esperado
TRP	<i>Dummy</i> que representa se o atual prefeito tentou a reeleição ou não	+
TAM	Logaritmo natural da receita orçamentária	-
PRE	<i>Dummy</i> que representa se o partido que tenta recondução municipal é o mesmo partido do presidente.	+
GOV	<i>Dummy</i> que representa se o partido que tenta recondução municipal é o mesmo partido do governador do estado.	+
N	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Norte	NS
NE	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Nordeste	+
CO	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence a região Centro-Oeste	-
S	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Sul	+

Nota: NS expressa não significante.

Fonte: Elaboração própria

Incluiu-se a variável tentativa de reeleição do prefeito (TRP) como variável de controle baseada na ideia de que os prefeitos que tentam a reeleição entram na disputa em condições mais favoráveis, uma vez que possuem maior visibilidade e acesso a recursos públicos indisponíveis para correligionários. Nakaguma e Bender (2010) identificaram que, nas eleições de 1998 e 2002, o percentual de partidos que se mantiveram no poder nos estados brasileiros (55,6% e 51,9%, respectivamente) foi significativamente maior do que nas eleições anteriores (34,8% em 1990 e 48,1% em 1994), nas quais não era permitida a reeleição do gestor público. Nesse sentido, espera-se uma relação positiva entre essa variável e a probabilidade de recondução do partido político do gestor público, ou seja, é mais provável que o partido político seja reconduzido ao poder se o prefeito estiver tentando a reeleição.

A variável tamanho do município (TAM) busca capturar a influência do porte do município sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito. Os pequenos municípios são mais dependentes das ações governamentais, sofrendo, portanto, uma maior influência política em relação às cidades de médio e grande porte. Nesse sentido, espera-se uma relação negativa entre o tamanho do município e a probabilidade de recondução dos partidos políticos dos gestores públicos. Ressalta-se que, para esta pesquisa, a *proxy* utilizada para o tamanho do município foi o logaritmo natural da receita orçamentária, ou seja, a dimensão do município é verificada pelo volume de recursos disponíveis e não por características geográficas ou populacionais.

As variáveis alinhamento político com o governador e alinhamento político com o presidente buscam capturar influências políticas sobre a probabilidade de recondução do partido do prefeito municipal. Nesse sentido, espera-se um sinal positivo para ambas as variáveis, indicando que o alinhamento político com governadores e presidente aumente a visibilidade do candidato e permita alianças indisponíveis aos partidos que fazem oposição aos governadores e presidente.

As *proxies* que representam alinhamento político com os governadores apresentam limitações. Considerou-se como alinhamento político a coincidência do partido que tenta a recondução no município e o partido dos governadores. Porém, nem sempre o partido do governador está diretamente na disputa, fazendo apenas parte da coligação. Nesses casos, em função da diversidade de arranjos políticos existentes, não foi possível captar o apoio do governador a um dos candidatos. O mesmo acontece para o alinhamento político com o presidente.

Por fim, incluíram-se variáveis *dummies* que representam as regiões brasileiras nas quais o município está inserido. Como o Brasil possui cinco regiões, utilizaram-se quatro

variáveis binárias. Escolheu-se a região Sudeste como categoria de referência, por possuir o maior número de municípios da amostra. Nesse sentido, fizeram-se as interpretações dos coeficientes das variáveis tomando como referência a região Sudeste. Estabeleceram-se os sinais esperados dos coeficientes baseando-se na pesquisa de Arvate, Mendes e Rocha (2010), os quais, após a avaliação de 2.732 municípios brasileiros no ano de 2000, identificaram chances maiores de recondução nas regiões Nordeste e Sul em relação à Sudeste. Ainda nessa pesquisa, os autores identificaram que os municípios da região Centro-Oeste possuem menores chances de recondução em relação à região Sudeste, e a região Norte não apresentou significância estatística.

3.4 HIPÓTESES DE PESQUISA

A seção anterior baseou-se na literatura para elaborar relações positivas e negativas entre os gastos finalísticos e não finalísticos, respectivamente, e as probabilidades de recondução dos partidos políticos, conforme Quadros 4 e 5. Baseada nessa constatação e levando em consideração os objetivos deste trabalho, formulou-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁: gastos finalísticos e não finalísticos executados nos anos eleitorais influenciam positiva e negativamente, respectivamente, a probabilidade de recondução do partido político do prefeito.

Após a análise apenas dos anos eleitorais, esta pesquisa buscou avaliar a influência da composição dos gastos públicos nos períodos sem efeito eleitoral e as probabilidades de recondução dos partidos. A segunda hipótese de pesquisa baseia-se nas pesquisas (ENKELMANN; LEIBRECHT, 2013; VEIGA; VEIGA, 2007a) que apontaram que variações nos gastos públicos nos anos eleitorais não influenciaram o desempenho dos partidos políticos nas eleições. Nesse sentido, embora diversas pesquisas (BRENDER; DRAZEN, 2013; CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; DRAZEN; ESLAVA, 2010; KATSIMI; SARANTIDES, 2012; SAKURAI, 2009; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; VEIGA; VEIGA, 2007b; VERGNE, 2009) apontem para a existência de manipulação na composição dos gastos públicos, essas variações não influenciam o desempenho eleitoral dos gestores.

Dito isto, estabeleceu-se a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: gastos finalísticos e não finalísticos executados no período sem efeito eleitoral influenciam positiva e negativamente, respectivamente, a probabilidade de recondução do partido político do prefeito.

Após a análise da segunda hipótese, esta pesquisa realizou a comparação entre os resultados das duas hipóteses. Baseando-se no pressuposto de que os partidos manipulam os gastos públicos nos períodos eleitorais em direção às despesas mais perceptíveis pela população, espera-se que as variações dos gastos públicos não influenciem as chances de recondução e, conseqüentemente, as relações encontradas sejam as mesmas para os períodos com e sem efeito eleitoral.

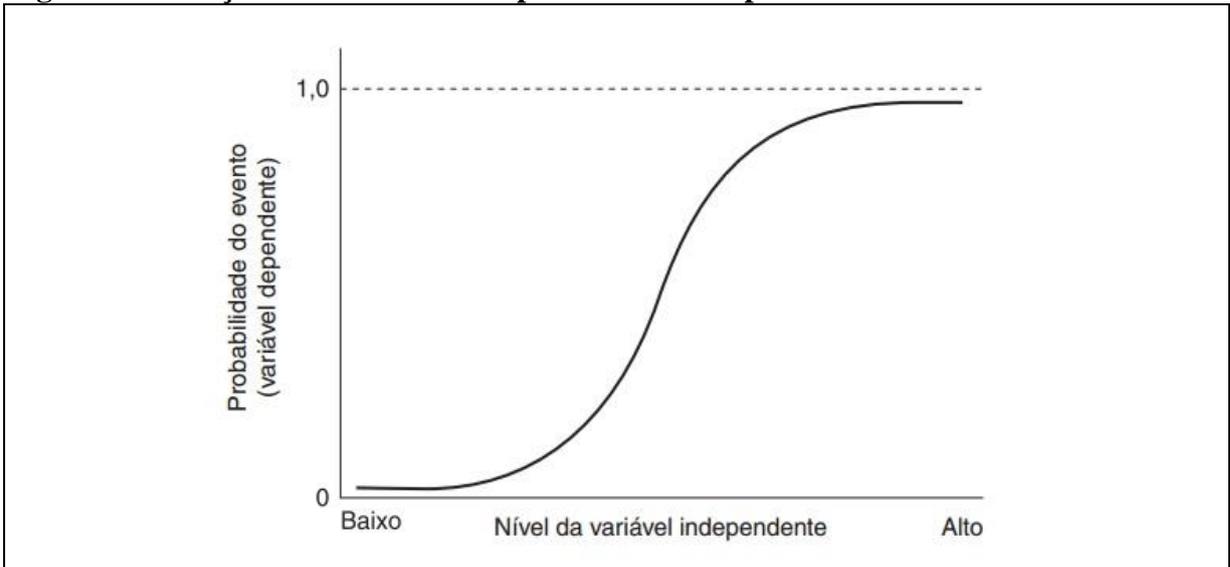
Essa expectativa corrobora as evidências obtidas por Veiga e Veiga (2007a), que encontraram uma relação positiva e significativa entre os investimentos e o percentual de votos obtidos pelos partidos políticos em municípios portugueses, tanto nos anos eleitorais quanto nos períodos sem efeito eleitoral. Corrobora, também, os achados de Balaguer-Coll *et al.* (2015), que encontraram uma relação positiva e significativa entre as despesas de capital e as chances de recondução nos municípios espanhóis, independentemente se o período é eleitoral ou não.

3.5 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO EMPÍRICO

3.5.1 Técnica econométrica

Para avaliar como a composição da despesa pública afeta a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal, optou-se pela técnica de regressão logística, em função de fornecer *outputs* em termos de probabilidade, permitindo alcançar os objetivos da pesquisa. A escolha dessa técnica está alinhada às pesquisas internacionais (BRENDER; DRAZEN, 2008; ENKELMANN; LEIBRECHT, 2013) e nacionais (KLEIN, 2010; SAKURAI; MENENES-FILHO, 2008) que construíram relações da mesma natureza.

Como a variável dependente assume apenas os valores 0 e 1, o valor previsto (probabilidade) deve ser limitado ao mesmo intervalo. Para definir uma relação limitada entre 0 e 1, a regressão logística usa uma curva logística para representar a relação entre as variáveis dependente e independentes, conforme Figura 1. Em níveis muito baixos da variável independente, a probabilidade se aproxima de 0, mas nunca alcança tal valor. De forma análoga, com o aumento das variáveis independentes, os valores previstos crescem para acima da curva. Porém, a probabilidade nunca excederá o valor de 1 (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

Figura 1 – Relação entre variáveis dependentes e independentes

Fonte: Hair Junior *et al.* (2009).

A modelagem da probabilidade de sucesso no evento com um modelo linear é apresentada pela Equação 10.

$$P_i = E(Y = 1|x_i) = \beta_0 + \beta_1 x_i + \dots + \beta_n x_n \quad (10)$$

Onde:

Y = escolha do indivíduo;

x_i = variável que influencia diretamente a escolha do item i .

A utilização de um modelo linear implica que os valores previstos para Y poderiam ser maiores que 1 ou menores que 0 porque a expressão linear para o seu valor esperado é ilimitada (JOHNSON; WICHERN, 2007). Além disso, a natureza binária da variável dependente tem propriedades que violam as suposições da regressão linear. Primeiro, o termo de erro de uma variável discreta segue a distribuição binomial ao invés da normal, invalidando assim todos os testes estatísticos que se sustentam nas suposições de normalidade. Segundo, a variância de uma variável dicotômica não é constante, criando casos de heteroscedasticidade. Além disso, nenhuma violação pode ser remediada por meio de transformações das variáveis dependente ou independentes (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

Em função dessas limitações, o modelo *logit* não modela a probabilidade diretamente com um modelo linear. Em vez disso, efetua-se uma transformação logarítmica na variável dependente. Inicialmente, considera-se o *odds ratio* ou razão da chance, que nada mais é do que o quociente entre a probabilidade de ocorrência do evento e a probabilidade de não ocorrência.

$$odds = \frac{P_i}{1 - P_i} \quad (11)$$

Nos modelos de regressão logística, transforma-se a razão da chance em uma variável de base logarítmica, que é chamada de *logit* e apresentada pela Equação 12.

$$logit = \ln(odds) = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) \quad (12)$$

Considera-se que o logaritmo natural da razão da chance é linear nas variáveis independentes:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_i + \dots + \beta_n x_n \quad (13)$$

Para trabalhar em termos de probabilidade, transforma-se o *logit* por meio de um processo de exponenciação, obtendo a função de distribuição logística, representada pela Equação 14.

$$P_i = \frac{e^{(\beta_0 + \beta_1 x_i + \dots + \beta_n x_n)}}{1 + e^{(\beta_0 + \beta_1 x_i + \dots + \beta_n x_n)}} \quad (14)$$

Onde:

e = número irracional conhecido como número neperiano ou número de Euler, e consiste na base do logaritmo natural.

Pode-se simplificar a Equação 14 e escrevê-la da seguinte forma:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x_i + \dots + \beta_n x_n)}} \quad (15)$$

Observa-se que, no modelo *logit*, o logaritmo da razão da chance se relaciona linearmente com x_i , enquanto no modelo de probabilidade linear existe uma relação linear entre P_i e x_i . Em função disso, a interpretação dos coeficientes também difere entre os modelos *logit* e linear. Enquanto na regressão linear o coeficiente das variáveis significa a variação na variável dependente dada uma alteração unitária na independente (mantidas as demais constantes), na regressão logística o coeficiente estimado significa a variação no *logit*, ou seja, no logaritmo da razão da chance, dada uma variação unitária na variável independente (mantidas as demais constantes).

Os coeficientes das variáveis independentes são expressos nas formas original e exponenciada, também chamada de *odds ratio*. Conforme comentado, o coeficiente original é uma medida de variação no logaritmo da razão da chance e é útil para avaliar a direção da variação que as variáveis independentes provocam na dependente. Já a magnitude da variação é melhor avaliada pelo coeficiente exponenciado, que nada mais é do que uma transformação (antilogaritmo) do coeficiente logístico original. Por ser exponenciado, seu impacto é multiplicativo, o que significa que o efeito do coeficiente não é adicionado à variável dependente, mas multiplicado para cada variação unitária na variável independente (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009).

Em função da natureza não linear, o modelo *logit* utiliza o método da máxima verossimilhança para estimar os parâmetros do modelo. Os erros-padrão estimados são assintóticos e, conseqüentemente, deve-se empregar a estatística *z* (normal) para avaliar a significância dos parâmetros, diferindo, portanto, dos modelos lineares que utilizam a estatística *t* (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para testar a hipótese nula de que todos os coeficientes angulares são simultaneamente iguais a 0, utilizou-se o teste da razão de verossimilhança (*LR statistic*). Essa estatística segue a distribuição χ^2 com número de graus de liberdade igual ao número de variáveis explanatórias (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para verificar o nível do ajustamento do modelo aos dados, ressalta-se que no modelo *logit* não existe um coeficiente de determinação, como nas regressões lineares. Porém, alguns indicadores podem cumprir um papel semelhante. Esta pesquisa adotou o teste *Hosmer-Lemeshow* e a estatística *Count R²* para verificar o nível de ajustamento do modelo aos dados.

O teste *Hosmer-Lemeshow* consiste em um teste de classificação no qual os casos são primeiramente divididos em aproximadamente dez classes iguais. Em seguida, os números de eventos reais e previstos são comparados em cada classe com a estatística qui-quadrado. Esse teste fornece uma medida ampla de precisão preditiva que é baseada não no valor de verossimilhança, mas sim na real previsão da variável dependente (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009). A hipótese nula do teste é que não há diferença entre os valores previstos pelo modelo e os valores reais. O número de graus liberdade corresponde ao número de classes, geralmente dez, menos dois.

Por fim, a última estatística de ajustamento do modelo aos dados é o *Count R²*, que consiste em um teste que adota, normalmente, o valor 0,5 como referência. Se o valor previsto pelo modelo for maior do que 0,5, classifica-se como 1; caso contrário, classifica-se como 0. Na seqüência, comparam-se as previsões do modelo aos valores reais para apurar o número de

previsões corretas e divide-se pelo total de observações, conforme Equação 16. A estatística *Count R²*, pela metodologia simples, é menos precisa que o teste *Hosmer-Lemeshow*, porém, ainda assim, consiste em uma referência para verificar o nível de ajustamento do modelo aos dados.

$$\text{Count } R^2 = \frac{\text{Número de Previsões Corretas}}{\text{Número Total de Observações}} \quad (16)$$

3.5.2 Modelo empírico

Esta pesquisa buscou elaborar um modelo no qual a probabilidade de recondução dos partidos políticos é função da composição dos gastos públicos.

$$P(\text{Recondução}) = F(\text{composição dos gastos públicos}) \quad (17)$$

Além da composição dos gastos públicos, o modelo proposto por esta pesquisa também considera algumas variáveis de controle. Tratam-se de variáveis, descritas pela literatura, capazes de influenciar a probabilidade de recondução dos partidos políticos. Nesse sentido, além das variáveis de interesse, que representam a composição dos gastos públicos, acrescentou-se ao modelo um conjunto de variáveis de controle.

O processo de escolha nas eleições não é puramente determinístico. Existem muitos fatores, sejam eles desconhecidos ou não passíveis de mensuração, que influenciam o comportamento de seleção dos eleitores. Em função da impossibilidade de levantar todas as informações relevantes necessárias para especificar completamente o comportamento dos eleitores, deve-se inserir um componente estocástico no modelo.

Feita as considerações, o modelo empírico desta pesquisa é apresentado pela Equação 18. Ressalta-se que esta pesquisa trabalha a composição dos gastos públicos sob duas classificações: (a) natureza; e (b) funções orçamentárias. Nesse sentido, o estudo elaborou modelos independentes para cada classificação.

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 VI'_i + \beta_2 VC'_i + \varepsilon_i)}} \quad (18)$$

Onde:

P_i = probabilidade de sucesso nas eleições i ;

VI_i = vetor de variáveis de interesse apresentadas nos Quadros 4 e 5 na eleição i ;

VC_i = vetor de variáveis de controle apresentados no Quadro 6 na eleição i ;

ε_i = termo de erro.

A elaboração do modelo foi consequência de escolhas metodológicas. Decidiu-se avaliar cada ano separadamente, em detrimento de empilhar os dados e utilizar um único modelo para os três anos avaliados. Justifica-se essa escolha por algumas razões. Inicialmente, destaca-se que as eleições acontecem de quatro em quatro anos, ou seja, existe um lapso temporal significativo para empilhar as variáveis. Os contextos socioeconômicos podem ser distintos, resultando em necessidades e preferências diferentes por parte da população. Nesse sentido, o nível de satisfação dos eleitores em relação à composição das despesas públicas pode sofrer alterações de uma eleição para outra.

Porém, esse não é o principal fator que justifica essa escolha metodológica, e sim a grande quantidade de variáveis inseridas nos modelos. Segundo a natureza dos gastos, existem três variáveis de interesse. Segundo as funções orçamentárias, são nove variáveis. Ainda existem oito variáveis de controle. O processo de isolamento do efeito de cada variável em cada eleição exigiria uma grande quantidade de interações entre elas, tornando o modelo extremamente complexo e de difícil compreensão. Ainda, corria-se o risco de violar os pressupostos do modelo *logit*, especificamente o da ausência de correlação entre as variáveis.

Além desse fator, 1.533, 1.173 e 1.130 municípios precisaram ser excluídos da amostra nos anos de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. O principal motivo para essa exclusão foi a ausência de informações sobre a variável dependente. Como os municípios excluídos diferem de um ano para o outro, o processo de empilhamento dos dados ocasionaria a retirada de mais observações e, conseqüentemente, uma redução significativa da amostra.

Nesse sentido, a utilização de um modelo para cada eleição torna mais fácil a compreensão da influência de cada variável sobre a probabilidade de eleição do partido político do prefeito, além de proporcionar mais robustez aos resultados, já que não há a necessidade de redução da amostra decorrente do processo de empilhamento dos dados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção possui duas subdivisões, antecedidas por uma análise sobre o nível de sucesso das reeleições nos municípios brasileiros no período estudado. A primeira seção avalia a influência da composição dos gastos públicos, classificados pela sua natureza, sobre a probabilidade de recondução do partido político do gestor público nos anos de 2004, 2008 e 2012. A segunda divisão aborda os gastos públicos pela ótica das funções orçamentárias.

A amostra da pesquisa compôs-se de 4.025, 4.389 e 4.433 municípios nos anos de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. A Tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios cujos partidos políticos do prefeito fizeram parte da coligação vencedora nas três eleições municipais estudadas, detalhado por região.

Tabela 2 – Municípios cujos partidos obtiveram êxito nas eleições

Unidade	2004		2008		2012	
	Amostra	Sucesso (%)	Amostra	Sucesso (%)	Amostra	Sucesso (%)
Norte	285	132 (46,32)	306	170 (55,56)	322	142 (44,10)
Nordeste	1.230	710 (57,72)	1.270	815 (64,17)	1.315	732 (55,67)
Centro-Oeste	318	172 (54,09)	378	203 (53,70)	348	140 (40,23)
Sudeste	1.228	563 (45,85)	1.404	846 (60,26)	1.391	638 (45,87)
Sul	964	501 (51,97)	1.031	580 (56,26)	1.057	563 (53,26)
Brasil	4.025	2.078 (51,63)	4.389	2.614 (59,56)	4.433	2.215 (49,97)

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, o maior nível de sucesso ocorreu no ano de 2008, quando 59,56% dos partidos políticos foram reconduzidos. A eleição de 2012 apresentou o menor nível de sucesso, com apenas 49,97% de sucesso no pleito. Avaliando as regiões, percebe-se que a região Nordeste apresentou o maior percentual de êxito nos três períodos avaliados, atingindo um percentual de 64,17 em 2008.

A Tabela 2 revela os municípios que reconduziram os partidos políticos sem distinguir se o vencedor foi o atual prefeito que tentava a reeleição ou um correligionário que tentava a eleição. A Tabela 3 discrimina os municípios cujos prefeitos tentaram a reeleição daqueles cujos candidatos foram correligionários.

Avaliando os municípios cujos prefeitos tentaram a reeleição, percebe-se um maior percentual de sucesso em relação aos municípios cujos candidatos foram correligionários. A exemplo da Tabela 2, observa-se, na Tabela 3, um percentual de êxito maior e menor nos anos de 2008 e 2012, respectivamente. No âmbito regional, o Nordeste apresentou os maiores percentuais de sucesso.

Tabela 3 – Discriminação dos municípios cujos partidos obtiveram êxito nas eleições

Painel A – Reeleição do atual prefeito						
Unidade	2004		2008		2012	
	TRP	Sucesso (%)	TRP	Sucesso (%)	TRP	Sucesso (%)
Norte	126	74 (58,73)	186	113 (60,75)	150	77 (51,33)
Nordeste	524	329 (62,79)	772	545 (70,60)	591	365 (61,76)
Centro-Oeste	164	98 (59,76)	214	132 (61,68)	158	67 (42,41)
Sudeste	616	329 (53,41)	869	607 (69,85)	594	327 (55,05)
Sul	432	261 (60,42)	573	381 (66,49)	442	293 (66,29)
Brasil	1.862	1.091 (58,59)	2.614	1.778 (68,02)	1.935	1.129 (58,35)

Painel B – Eleição de um correligionário						
Unidade	2004		2008		2012	
	TEC	Sucesso (%)	TEC	Sucesso (%)	TEC	Sucesso (%)
Norte	159	58 (36,48)	120	57 (47,50)	172	65 (37,79)
Nordeste	706	381 (53,97)	498	270 (54,22)	724	367 (50,69)
Centro-Oeste	154	74 (48,05)	164	71 (43,29)	190	73 (38,42)
Sudeste	612	234 (38,24)	535	239 (44,67)	797	311 (39,02)
Sul	532	240 (45,11)	458	199 (43,45)	615	270 (43,91)
Brasil	2.163	987 (45,63)	1.775	836 (47,10)	2.498	1.086 (43,47)

Nota: TRP = tentativa de reeleição do prefeito. TEC = tentativa de eleição de um correligionário.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 comprova que a chance de êxito nas eleições é maior quando o atual prefeito concorre à reeleição em detrimento da tentativa de eleição de um correligionário, cujos índices de sucesso foram menores para todas as regiões e em todos os períodos avaliados.

No ano de 2008, 2.614 prefeitos tentaram a reeleição, representando 59,56% da amostra naquele ano. Já em 2004 e 2012, 1.863 (46,24%) e 1.935 (43,65%) municípios, respectivamente, tiveram o atual prefeito concorrendo à reeleição. Essa constatação contribui para explicar o maior nível de sucesso encontrado no ano de 2008 em relação a 2004 e 2012. Um número maior de prefeitos tentando a reeleição implica em um maior percentual de sucesso.

Incluiu-se a variável tentativa de reeleição do prefeito no modelo como variável de controle. Os achados apresentados pela Tabela 3 sugerem uma relação positiva entre essa variável e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal.

4.1 NATUREZA DOS GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS

Avaliou-se a composição dos gastos públicos por duas óticas: (a) natureza; e (b) funções orçamentárias, que consistem em classificações distintas das despesas orçamentárias. Esta seção busca verificar a influência da composição dos gastos públicos, classificados pela sua natureza, sobre os resultados eleitorais.

A Tabela 4 apresenta as médias e os desvios-padrão dos gastos públicos para os grupos 0 (municípios cujos atuais partidos não obtiveram êxito nas eleições municipais) e 1

(municípios cujos atuais partidos foram reconduzidos) apenas nos anos eleitorais. Os valores estão expressos em percentual da despesa orçamentária total dos municípios. Utilizou-se o teste de médias de *Mann-Whitney* (MW) para averiguar se existem diferenças entre as médias dos dois grupos de municípios.

Tabela 4 – Natureza dos gastos públicos nos grupos de municípios

Natureza	2004			2008			2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
PES	44,82 (7,86)	43,44 (7,82)	0,000	43,73 (7,36)	43,19 (7,28)	0,007	47,56 (7,11)	47,52 (7,17)	0,610
ODC	43,56 (7,46)	43,83 (7,55)	0,139	41,67 (7,53)	41,47 (7,02)	0,442	38,31 (6,61)	37,40 (6,21)	0,000
INV	9,54 (6,39)	10,84 (6,84)	0,000	12,50 (7,57)	13,35 (7,33)	0,000	12,32 (7,04)	13,25 (6,76)	0,000

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Avaliando-se os gastos com pessoal e encargos sociais, percebe-se que os municípios cujos partidos foram reconduzidos (Grupo 1) apresentaram percentuais médios menores em relação ao grupo que não obteve êxito nos três anos estudados. Porém, os testes de *Mann-Whitney* comprovam que as médias são estatisticamente diferentes ao nível de 5% apenas nos anos de 2004 e 2008.

O grupo outras despesas correntes apresentou um percentual médio maior em 2004 e menor em 2008 e 2012 nos municípios do Grupo 1 em relação aos municípios do Grupo 0. O teste de *Mann-Whitney* revelou que as médias diferem estatisticamente apenas no ano de 2012.

Já o grupo investimentos apresentou percentuais médios sempre maiores nos municípios cujos partidos políticos foram reconduzidos em relação ao grupo cujos partidos não obtiveram sucesso nas eleições. Os testes de médias de *Mann-Whitney* comprovam que as médias dos grupos são estatisticamente diferentes ao nível de 1% nos três períodos. Essa evidência sugere uma relação positiva entre os investimentos e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito.

Percebe-se que as outras despesas correntes apresentaram uma tendência de redução ao longo dos anos. Aparentemente, o aumento dos gastos médios com investimento no ano de 2008 foi compensado com uma redução nas outras despesas correntes. Já em 2012, os investimentos permaneceram próximos à constância e os gastos com pessoal aumentaram em relação a 2008. Aparentemente, esse aumento também foi compensado com uma redução nas outras despesas correntes.

Em resumo, os achados da Tabela 4 sugerem que os investimentos influenciam positivamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos nos três períodos. Já os gastos com pessoal influenciam negativamente a probabilidade de recondução em 2004 e 2008.

As outras despesas correntes influenciam negativamente as chances de recondução apenas em 2012. Para verificar essas constatações, a pesquisa passa a trabalhar com os modelos econométricos.

Para avaliar a influência da natureza dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito, utilizou-se o modelo de regressão logística descrito pela Equação 18 (p. 75). As variáveis são altamente correlacionadas, uma vez que, quando um tipo de gasto aumenta, o outro necessariamente diminui. Nesse sentido, a inclusão simultânea desses gastos no modelo ocasionou uma situação de multicolinearidade, violando o pressuposto de ausência de correlação entre as variáveis exigidas pelo modelo de regressão logística. Adotando procedimento semelhante ao utilizado por Drazen e Eslava (2010), isolaram-se e analisaram-se separadamente as variáveis.

A Tabela 5 apresenta os coeficientes estimados para a variável pessoal e encargos sociais e as de controle. Averiguou-se a significância das variáveis pela estatística z e a significância do modelo pela LR *statistic*. Por fim, verificaram-se os níveis de ajustamento dos modelos pela estatística *Count R*² e pelo teste *Hosmer-Lemeshow*.

Tabela 5 – Influência dos gastos com pessoal sobre a probabilidade de recondução

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,0543***	1,4759***	0,8267***	-0,1535	0,0345	1,0461*
PES	-0,0224***	-0,0203***	-0,0101**	-0,0149***	-0,0008	-0,0031
TRP	–	0,5533***	–	0,8531***	–	0,6113***
TAM	–	-0,0632**	–	0,0376	–	-0,0787***
PRE	–	0,1780	–	0,2462**	–	0,0336
GOV	–	0,1370*	–	0,1573**	–	0,1149
N	–	-0,0804	–	-0,1929	–	-0,1072
NE	–	0,4569***	–	0,2628***	–	0,3875***
CO	–	0,2038	–	-0,2389**	–	-0,2726**
S	–	0,1826**	–	-0,1283	–	0,2824***
LR <i>statistic</i>	30,8319	145,5204	5,7766	233,2120	0,0320	156,8387
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0162	0,0000	0,8580	0,0000
HL	10,4394	9,1947	7,4991	7,7424	11,6585	8,1405
Prob (HL)	0,2355	0,3261	0,4859	0,4590	0,1671	0,4199
Count R ²	53,49%	58,41%	52,08%	61,75%	50,69%	57,77%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos por meio da regressão logística confirmam as evidências obtidas pela estatística descritiva. Em 2004 e 2008, observou-se uma relação negativa e significativa, ao nível de 5%, entre a variável pessoal e encargos sociais e a probabilidade de recondução do partido político do prefeito municipal, ou seja, os municípios que aplicaram um percentual menor da despesa orçamentária com pessoal e encargos sociais apresentaram maior

probabilidade de recondução. O sinal da variável pessoal e encargos sociais nos anos de 2004 e 2008 corrobora a pesquisa de Brender (2003), que identificou evidências de que os moradores de cidades israelenses favorecem prefeitos que evitam gastos excessivos com pessoal.

Ressalta-se que os coeficientes das variáveis no modelo *logit* indicam a variação no logaritmo da razão da chance da variável dependente dada uma variação unitária nas variáveis independentes. Os coeficientes exponenciados, ou *odds ratio*, que representam o impacto da variação unitária da variável independente sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito, são apresentados no Apêndice F.

A variável tentativa de reeleição do prefeito, que consiste em uma *dummy* que indica se o atual prefeito tentou ou não a reeleição, apresentou significância estatística ao nível de 1% e sinal positivo nos três períodos avaliados, indicando que, quando o atual prefeito concorre à reeleição, o êxito no pleito é mais provável quando comparado à candidatura de um correligionário.

Essa evidência confirma os achados obtidos por meio da estatística descritiva, mais especificamente as informações contidas na Tabela 3 (p. 78), na qual o índice de sucesso nos municípios cujos prefeitos tentaram a reeleição foi maior em relação aos municípios que tentaram eleger um correligionário. Esse achado também corrobora a pesquisa de Nakaguma e Bender (2010), que identificaram maior nível de sucesso dos partidos políticos nos estados brasileiros após a implantação da reeleição.

A variável tamanho do município apresentou significância estatística ao nível de 5% e sinal negativo nos anos de 2004 e 2012. Essa evidência revela que, quanto menor o tamanho da cidade, maior é a chance de recondução do partido político do prefeito municipal. Esperava-se um sinal negativo, uma vez que as pequenas cidades têm maior dependência das ações governamentais e, portanto, são mais passíveis de serem influenciadas pela gestão pública. Em 2008, o tamanho do município não apresentou significância estatística. Esta pesquisa não encontrou evidências para justificar a ausência de significância nesse período.

A relação negativa e significativa obtida para os anos de 2004 e 2012 diverge dos resultados obtidos por Sakurai e Menezes-Filho (2008), que encontraram uma relação positiva e significativa entre o tamanho dos municípios brasileiros, mensurado pelo logaritmo natural da população, e as chances de recondução. Ressalta-se que, enquanto Sakurai e Menezes-Filho (2008) estudaram as eleições municipais de 1988 a 2000, a presente pesquisa avaliou as eleições de 2004 a 2012.

As variáveis alinhamento político com o governador e alinhamento político com o presidente representam a influência do alinhamento partidário com os governadores e presidente, respectivamente, sobre a probabilidade de sucesso nas eleições. A variável

alinhamento político com o governador apresentou relação positiva e significativa em 2004 e 2008. Já em 2012, não houve significância estatística. A variável alinhamento político com o presidente apresentou significância estatística ao nível de 5% apenas no ano de 2008.

Avaliando especificamente o ano de 2012, os alinhamentos políticos com os governadores e com a presidente não apresentaram significância estatística. Crises macroeconômicas, como a ocorrida em 2009, ajudam a explicar esse fenômeno. A deterioração social e econômica pode ter causado desgastes nas imagens dos governadores e da presidente, minimizando os efeitos de influências políticas.

O alinhamento político com o presidente não apresentou significância no ano de 2004. O pouco tempo de governo do presidente, eleito em 2002, contribuiu para explicar a ausência de significância estatística. Já em 2008, com a consolidação da administração federal e bons indicadores sociais e econômicos, a variável apresentou relação positiva e significância estatística ao nível de 5%, indicando que o alinhamento político com o presidente influenciou positivamente a chance de sucesso nas eleições municipais.

Os resultados da influência política de governadores e presidente sobre a probabilidade de recondução dos partidos obtidos por esta pesquisa divergem daqueles encontrados por Sakurai e Menezes-Filho (2008). Na pesquisa desses autores, o alinhamento político com o governador não apresentou significância estatística, enquanto o alinhamento com o presidente influenciou negativamente as chances de recondução. Os autores atribuem essa influência negativa às crises macroeconômicas ocorridas durante o período de estudos. Conforme comentado, os períodos de estudos da presente pesquisa e da pesquisa de Sakurai e Menezes-Filho (2008) são diferentes. Esse fator justifica a diferença de resultados obtidos entre os estudos. Já a pesquisa de Vicente e Nascimento (2012) avaliou 3.404 municípios brasileiros nas eleições de 2000, 2004 e 2008 e não encontrou relação significativa entre o alinhamento político com o presidente. Já em relação ao governador, a relação foi estatisticamente significativa e com sinal negativo, divergindo dos resultados obtidos pela presente pesquisa.

Avaliando-se as regiões, ressalta-se que a região Sudeste, por conter o maior número de municípios da amostra, foi escolhida como categoria de referência. A região Nordeste apresentou sinal positivo e significância estatística ao nível de 1% em todos os períodos. A região Sul apresentou sinal positivo e significância estatística apenas em 2004 e 2012. Esses achados indicam maiores chances de recondução dos partidos nos municípios das regiões Nordeste e Sul em relação à região Sudeste. A região Norte não apresentou significância estatística e a região Centro-Oeste apresentou relação negativa significativa nos anos de 2008 e 2012. Esses resultados corroboram parcialmente os achados de Arvate, Mendes e Rocha

(2010), os quais, após estudar 2.732 municípios brasileiros em 2000, identificaram relações positivas para as regiões Nordeste e Sul. Ainda segundo os autores, a região Norte não apresentou significância estatística e a Centro-Oeste apresentou relação negativa.

Além de verificar a significância estatística de cada variável, avaliou-se a significância do modelo pelo teste de razão de verossimilhança (*LR statistic*), cuja hipótese nula é que todos os coeficientes angulares são simultaneamente iguais a 0. As estatísticas expostas na Tabela 5 comprovam que todos os modelos completos elaborados apresentaram significância estatística ao nível de 1%.

Para avaliar o valor preditivo dos modelos, a estatística *Count R²* indica que os modelos completos acertaram 58,41%, 61,75% e 57,77% das previsões realizadas nos anos de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. O teste *Hosmer-Lemeshow*, cuja hipótese nula é que não existem diferenças entre os valores previstos e os observados, indica que os modelos elaborados apresentaram um bom nível de ajustamento aos dados, uma vez que não se rejeita a hipótese nula ao nível de 5%.

Ressalta-se, porém, que, conforme Gujarati e Porter (2011), nos modelos de regressão binário, a qualidade do ajustamento é de importância secundária. Os sinais esperados dos coeficientes de regressão e sua significância estatística e/ou prática são os aspectos mais relevantes.

O segundo tipo de gasto estudado pela ótica da natureza da despesa pública são as outras despesas correntes. A Tabela 6 apresenta a relação entre esse tipo de gasto e probabilidade de recondução do partido político do gestor público.

Tabela 6 – Influência das outras despesas correntes sobre a probabilidade de recondução

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,1449	0,7456	0,5438***	-0,3729	0,8286***	1,6885***
ODC	0,0048	-0,0007	-0,0038	-0,0060	-0,0219***	-0,0198***
TRP	–	0,5473***	–	0,8607***	–	0,6205***
TAM	–	-0,0748**	–	0,0266	–	-0,0801***
PRE	–	0,1893	–	0,2441**	–	0,0389
GOV	–	0,1472**	–	0,1580**	–	0,1262
N	–	0,0285	–	-0,1947	–	-0,1467
NE	–	0,5172***	–	0,2287***	–	0,3306***
CO	–	0,3114**	–	-0,2051*	–	-0,2480**
S	–	0,2578***	–	-0,0961	–	0,2754***
<i>LR statistic</i>	1,3069	122,6452	0,7856	223,8231	21,8238	173,0437
<i>Prob (LR)</i>	0,2530	0,0000	0,3754	0,0000	0,0000	0,0000
HL	11,3941	7,2823	1,8115	11,0230	8,2647	4,9070
<i>Prob (HL)</i>	0,1804	0,5065	0,9863	0,2004	0,4081	0,7675
<i>Count R²</i>	51,25%	57,76%	51,15%	61,90%	52,33%	58,20%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 revela que o grupo outras despesas correntes apresentou significância estatística ao nível de 5% e sinal negativo apenas no ano de 2012, indicando que os municípios que gastaram menos com esse tipo de despesa apresentaram maior probabilidade de sucesso nas eleições.

O teste de razão de verossimilhança (*LR statistic*) revela que todos os modelos completos elaborados apresentaram significância estatística ao nível de 1%. O teste *Hosmer-Lemeshow* mostra que os modelos apresentaram um bom nível de ajustamento aos dados. A estatística *Count R²* indicou que os modelos acertaram 57,76%, 61,90% e 58,20% das previsões realizadas em 2004, 2008 e 2012, respectivamente.

Os achados obtidos por meio da regressão logística confirmam os resultados da análise descritiva. Enquanto a variável pessoal e encargos sociais apresentou influência significativa e negativa em 2004 e 2008, a variável outras despesas correntes foi negativa e significativa apenas no ano de 2012. As variáveis de controle apresentaram resultados semelhantes à tabela anterior, dispensando novos comentários.

Por fim, o terceiro gasto avaliado pela ótica da natureza da despesa pública é o investimento. A Tabela 7 apresenta a relação entre esse tipo de gasto e a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Tabela 7 – Influência dos investimentos sobre a probabilidade de recondução

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,2439***	0,6607	0,1844***	-0,9853*	-0,2531***	0,5301
INV	0,0304***	0,0328***	0,0157***	0,0229***	0,0197***	0,0208***
TRP	–	0,5463***	–	0,8734***	–	0,6071***
TAM	–	-0,0905***	–	0,0291	–	-0,0722**
PRE	–	0,1959	–	0,2329**	–	0,0484
GOV	–	0,1439**	–	0,1493*	–	0,1187
N	–	-0,0928	–	-0,1751	–	-0,1544
NE	–	0,5114***	–	0,3097***	–	0,4088***
CO	–	0,2589**	–	-0,1952	–	-0,2669**
S	–	0,2157**	–	-0,1103	–	0,2378***
LR <i>statistic</i>	39,4530	166,0168	14,0092	248,9543	20,2556	176,8938
<i>Prob</i> (LR)	0,0000	0,0000	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000
HL	10,7089	23,3177	11,0717	9,7725	17,0041	3,6776
<i>Prob</i> (HL)	0,2187	0,0030	0,1977	0,2814	0,0301	0,8850
<i>Count R²</i>	54,16%	58,29%	51,93%	61,86%	53,62%	58,22%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os gastos com investimentos apresentaram significância estatística ao nível de 1% e sinal positivo nos três períodos avaliados. Isso significa que os municípios que aplicaram um percentual maior de recursos nesse tipo de despesa aumentaram as chances de sucesso nas eleições. Essa evidência corrobora os estudos internacionais (DRAZEN; ESLAVA, 2010;

VEIGA; VEIGA, 2007a) e nacional (VICENTE; NASCIMENTO, 2012), que chegaram a conclusão semelhante.

Esses achados também confirmam as informações contidas na Tabela 4 (p. 79), onde se verifica que os municípios cujos partidos foram reconduzidos gastaram um percentual maior da despesa orçamentária com investimentos em relação ao grupo que não obteve sucesso nos pleitos.

As variáveis de controle apresentaram resultados semelhantes aos obtidos pela Tabela 5, dispensando comentários adicionais. Os testes de razão de verossimilhança (*LR statistic*) revelam que todos os modelos elaborados são significantes ao nível de 1%. Ao avaliar o nível de ajustamento dos modelos aos dados, a estatística *Count R²* apresentou percentuais de acertos bem próximos aos modelos anteriores. O teste *Hosmer-Lemeshow* revelou que os modelos completos elaborados, exceto em 2004, apresentam um bom nível de ajustamento aos dados.

Após o processo de análise da influência da natureza dos gastos públicos, esta pesquisa validou a primeira hipótese de pesquisa. Gastos menores em despesas não finalísticas, especificamente as variáveis pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, e maiores investimentos aumentam a probabilidade de recondução dos partidos políticos do gestor público. Porém, torna-se necessário fazer uma ressalva: as variáveis pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes não foram simultaneamente significantes e com sinal negativo; em 2004 e 2008, o gasto com pessoal foi significativo; já em 2012 as outras despesas correntes apresentaram significância estatística.

Essa evidência é confirmada se a análise não se aprofundar na composição da despesa pública e abordar apenas as categorias econômicas: despesas correntes (DCOR) e despesas de capital (DCAP). Obviamente, as variáveis apresentam uma correlação negativa perfeita, uma vez a soma equivale exatamente à despesa orçamentária. A Tabela 8 apresenta as estatísticas descritivas e o modelo de regressão logística apenas para as despesas correntes.

O Painel A revela que os municípios cujos partidos foram reconduzidos (Grupo 1) aplicaram percentuais menores das despesas orçamentárias em gastos correntes em relação aos municípios cujos partidos não obtiveram êxito. Os testes de *Mann-Whitney* comprovam que as médias são estatisticamente diferentes ao nível de 1%. Esse resultado sugere que os gastos correntes influenciam negativamente as chances de recondução.

O Painel B confirma essa constatação. Os modelos de regressão logística revelaram que as despesas correntes exercem influência significativa e negativa sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos. Obviamente, as despesas de capital são significantes e exercem influência positiva, uma vez que existe uma correlação negativa perfeita entre as variáveis, tornando desnecessária sua apresentação em forma de tabela.

Tabela 8 – Análise das categorias econômicas

Painel A – Estatística descritiva									
Natureza	2004			2008			2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
DCOR	88,64 (6,36)	87,48 (6,82)	0,000	85,62 (7,53)	84,88 (7,25)	0,000	86,07 (7,03)	85,13 (6,72)	0,000
DCAP	11,36 (6,36)	12,52 (6,82)	0,000	14,38 (7,53)	15,12 (7,25)	0,000	13,92 (7,02)	14,87 (6,72)	0,000
Painel B – Influência das despesas correntes sobre a probabilidade de recondução									
Variáveis	2004		2008		2012				
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo	
Constante	2,4316***	3,6329***	1,5685***	1,1773*	1,6992***	2,6037***			
DCOR	-0,0269***	-0,0294***	-0,0139***	-0,0208***	-0,0199***	-0,0206***			
TRP	–	0,5451***	–	0,8713***	–	0,6071***			
TAM	–	-0,0937***	–	0,0238	–	-0,0748**			
PRE	–	0,1919	–	0,2325**	–	0,0480			
GOV	–	0,1437**	–	0,1513**	–	0,1183			
N	–	-0,0457	–	-0,1710	–	-0,1447			
NE	–	0,5187***	–	0,2969***	–	0,4057***			
CO	–	0,2803**	–	-0,1948	–	-0,2667**			
S	–	0,2082**	–	-0,1200	–	0,2308***			
LR statistic	30,8124	157,5624	10,7989	243,8594	20,4205	176,2932			
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0010	0,0000	0,0000	0,0000			
HL	5,9207	16,6681	12,3191	5,8329	6,7680	1,9149			
Prob (HL)	0,6561	0,0338	0,1375	0,6659	0,5619	0,9835			
Count R ²	54,84%	58,76%	51,91%	61,72%	53,24%	58,45%			

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

*, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os testes de significância dos modelos (LR *statistic*) revelam que os modelos são significantes ao nível de 1%. Já os testes *Hosmer-Lemeshow* mostram que os modelos completos apresentam um bom nível de ajustamento aos dados, exceto em 2004. Dispensa-se quaisquer comentários adicionais sobre as variáveis de controle.

Os resultados obtidos para as categorias econômicas divergem parcialmente das evidências encontradas por Balaguer-Coll *et al.* (2015) em municípios espanhóis no período de 2000 a 2007. Enquanto os resultados apresentados indicaram influências positiva e negativa para as despesas de capital e correntes, respectivamente, os resultados obtidos por Balaguer-Coll *et al.* (2015) indicam influências positivas para ambas as categorias nos anos eleitorais. Porém, ressalta-se que esta pesquisa controlou as variáveis fiscais pela despesa orçamentária, enquanto Balaguer-Coll *et al.* (2015) controlaram pela população. Esse fator justifica a divergência de resultados, conforme explicado na análise a seguir.

Antes de verificar a influência da composição dos gastos públicos nos períodos sem efeito eleitoral sobre a probabilidade de recondução, esta pesquisa padronizou as despesas públicas pela população. Essa abordagem objetiva complementar a análise anterior e baseia-se em pesquisas (BALAGUER-COLL *et al.*, 2015; DRAZEN; ESLAVA, 2010; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008; VEIGA; VEIGA, 2007a) que utilizaram esse fator de controle. A Tabela 9 apresenta as médias e desvios-padrão dos gastos públicos em termos *per capita*.

Tabela 9 – Natureza dos gastos públicos *per capita* nos grupos de municípios

Natureza	2004			2008			2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
PES	353,50 (166,96)	385,60 (212,72)	0,000	643,33 (279,99)	649,20 (299,93)	0,865	1.066,82 (427,31)	1.129,34(488,64)	0,000
ODC	351,53 (190,49)	402,66 (259,44)	0,000	632,03 (330,24)	645,57 (358,29)	0,384	883,05 (435,09)	922,52 (512,87)	0,078
INV	81,88 (87,44)	109,25 (160,48)	0,000	205,07 (207,72)	223,14 (215,28)	0,000	301,73 (315,14)	345,23 (339,17)	0,000

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, destaca-se que os valores financeiros apresentam uma taxa de crescimento maior que a população. Esse fator justifica a tendência de crescimento dos valores *per capita* ao longo dos anos.

Observa-se, também, que o gasto médio *per capita* do Grupo 1 é sempre maior que o do Grupo 0, embora as médias não apresentem diferença estatística em todos os anos avaliados. Essa evidência sugere que os municípios do Grupo 1 podem dispor de mais recursos financeiros, justificando valores *per capita* maiores para os três grupos de despesas de forma simultânea. Para comprovar essa constatação, a Tabela 10 apresenta a receita orçamentária *per capita* para os dois grupos nos três períodos estudados.

Tabela 10 – Receita orçamentária *per capita* nos grupos de municípios

Item	Ano	Todos	Grupo 0	Grupo 1	Mann-Whitney
Receita orçamentária <i>per capita</i>	2004	878,47 (490,89)	816,58 (396,78)	936,45 (558,94)	0,000
	2008	1.585,74 (802,75)	1.546,53 (738,35)	1.612,36 (842,60)	0,036
	2012	2.385,09 (1.186,10)	2.294,11 (993,42)	2.476,18 (1.345,88)	0,000

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 10 revela que os municípios do Grupo 1 apresentaram uma receita orçamentária média *per capita* maior que os municípios do Grupo 0. Os testes de *Mann-Whitney* comprovam que as médias são estatisticamente diferentes ao nível de 5%. Essa evidência sugere que os municípios que dispõem de mais recursos *per capita* são aqueles que conseguiram maior nível de sucesso nas eleições.

A exemplo da padronização pela despesa orçamentária, a utilização da população também resultou em problemas de multicolinearidade, violando o pressuposto da ausência de correlação entre as variáveis da regressão logística. Nesse sentido, isolaram-se e analisam-se separadamente as variáveis. A Tabela 11 apresenta os resultados dos gastos *per capita* sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Tabela 11 – Influência dos gastos *per capita* sobre a probabilidade de recondução

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,2688***	-0,2785	0,3423***	-1,2247**	-0,3330***	-0,0944
PES	0,0009***	0,0014***	0,00007	0,0003***	0,0003***	0,0004***
TRP	–	0,5520***	–	0,8662***	–	0,6178***
TAM	–	-0,0511	–	0,0480	–	-0,0493
PRE	–	0,2001	–	0,2598**	–	0,0569
GOV	–	0,1444**	–	0,1601**	–	0,1109
N	–	0,2349*	–	-0,1423	–	0,0061
NE	–	0,7467***	–	0,2955***	–	0,4933***
CO	–	0,3022**	–	-0,2205*	–	-0,2688**
S	–	0,2572***	–	-0,0858	–	0,3003***
LR statistic	28,6299	177,9345	0,4290	230,0828	20,7264	187,6282
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,5125	0,0000	0,0000	0,0000
HL	6,6954	13,7970	10,1130	11,0220	6,0167	8,4247
Prob (HL)	0,5698	0,0872	0,2572	0,2005	0,6454	0,3931
Count R ²	52,00%	58,29%	48,60%	61,93%	52,02%	59,42%
Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,3299***	-0,5252	0,3144***	-1,3420**	-0,1606**	0,3711
ODC	0,0011***	0,0014***	0,0001	0,0003***	0,0002***	0,0003***
TRP	–	0,5566***	–	0,8628***	–	0,6109***
TAM	–	-0,0304	–	0,0550*	–	-0,0641**
PRE	–	0,1910	–	0,2630**	–	0,0496
GOV	–	0,1353*	–	0,1619**	–	0,1089
N	–	0,1247	–	-0,1492	–	-0,0364
NE	–	0,6652***	–	0,3020***	–	0,4699***
CO	–	0,1765	–	-0,2490**	–	-0,2877**
S	–	0,1663*	–	-0,1017	–	0,2855***
LR statistic	52,0861	191,9504	1,6217	233,9440	7,6752	172,1781
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,2028	0,0000	0,0056	0,0000
HL	4,9437	6,2636	7,2107	4,3014	5,4757	6,1003
Prob (HL)	0,7636	0,6177	0,5141	0,8290	0,7057	0,6360
Count R ²	53,94%	58,76%	48,55%	62,02%	51,75%	57,79%
Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,1648***	0,5090	0,2976***	-1,1699**	-0,1494***	0,4838
INV	0,0025***	0,0028***	0,0004***	0,0008***	0,0005***	0,0005***
TRP	–	0,5504***	–	0,8820***	–	0,6092***
TAM	–	-0,0779**	–	0,0462	–	-0,0650**
PRE	–	0,2063	–	0,2515**	–	0,0533
GOV	–	0,1404**	–	0,1547**	–	0,1161
N	–	-0,0006	–	-0,1449	–	-0,0895
NE	–	0,5908***	–	0,3320***	–	0,4467***
CO	–	0,2086	–	-0,2109*	–	-0,2675**
S	–	0,1774**	–	-0,1143	–	0,2458***
LR statistic	58,8989	193,3339	7,8630	248,5987	20,9824	181,1922
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0050	0,0000	0,0000	0,0000
HL	14,4744	13,1298	17,4972	18,6167	24,0879	16,3251
Prob (HL)	0,0702	0,1075	0,0253	0,0170	0,0022	0,0380
Count R ²	54,36%	59,06%	48,74%	62,00%	54,66%	58,29%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, inicialmente, que as evidências obtidas pela Tabela 11 corroboram os achados da estatística descritiva. Os três tipos de gastos influenciam positivamente a probabilidade de recondução do partido político do gestor. Ressalta-se que as variáveis pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes só foram significantes em 2008 nos modelos completos, que contemplam as variáveis de controle.

O sinal positivo obtido pelos gastos com pessoal *per capita* nos três anos vai de encontro à relação negativa exposta na Tabela 5. Essa divergência deve-se ao fator de controle utilizado nos modelos. O primeiro modelo controlou as variáveis pela despesa orçamentária total, enquanto o atual controlou pela população.

A variável investimentos apresentou significância estatística e sinal positivo, corroborando os resultados obtidos pelo modelo anterior e pelas diversas pesquisas nacionais e internacionais (DRAZEN; ESLAVA, 2010; VEIGA; VEIGA, 2007a; VICENTE; NASCIMENTO, 2012). Nesse sentido, independentemente do fator de controle utilizado, a relação entre investimentos e as chances de recondução é sempre positiva.

Após a realização da análise apenas no ano eleitoral, esta pesquisa ampliou o estudo para os anos sem efeitos eleitorais. Busca-se averiguar a segunda hipótese de pesquisa, de que a composição dos gastos públicos nos períodos sem efeitos eleitorais influencia as chances de recondução de forma semelhante à verificada nos anos eleitorais.

A Tabela 12 apresenta a comparação entre a composição dos gastos públicos no período sem efeito eleitoral e a configuração do ano eleitoral. Apresentou-se, ainda, a variação ocorrida nos períodos. Utilizou-se o teste de médias pareadas de *Wilcoxon* para averiguar se as médias do período sem efeito eleitoral diferem dos gastos nos anos eleitorais.

Inicialmente, destaca-se que, diferentemente de 2008 e 2012, quando os gastos do período sem efeito eleitoral correspondem à média dos três primeiros anos de mandato, em 2004, a base de comparação é o ano de 2003, em função da ausência de informações detalhadas sobre a composição dos gastos públicos em 2002 e 2001. Essa circunstância pode ter contribuído para o comportamento diferente de 2004 em relação a 2008 e 2012.

O teste de *Wilcoxon* rejeitou a hipótese nula de que não existe diferença estatística entre os períodos nas eleições de 2008 e 2012. Esses resultados comprovam que as médias dos gastos nos anos sem efeito eleitoral diferem estatisticamente das médias dos gastos nos anos eleitorais. Esse achado corrobora a literatura nacional e internacional que indica alterações na composição dos gastos públicos em períodos eleitorais.

Tabela 12 – Composição dos gastos públicos nos períodos sem e com efeito eleitoral

Painel A – Eleição de 2004					
Natureza	Grupos	2003	2004	Variação (%)	Wilcoxon
PES	Grupo 0	45,28	44,82	(1,02)	0,000
	Grupo 1	43,36	43,44	0,18	0,241
ODC	Grupo 0	43,40	43,56	0,36	0,312
	Grupo 1	44,01	43,83	(0,41)	0,071
INV	Grupo 0	9,16	9,54	4,15	0,037
	Grupo 1	10,65	10,84	1,78	0,445
Painel B – Eleição de 2008					
Natureza	Grupos	2005-2007	2008	Variação (%)	Wilcoxon
PES	Grupo 0	44,91	43,73	(2,63)	0,000
	Grupo 1	44,35	43,19	(2,62)	0,000
ODC	Grupo 0	43,55	41,67	(4,32)	0,000
	Grupo 1	43,24	41,47	(4,09)	0,000
INV	Grupo 0	9,57	12,50	30,62	0,000
	Grupo 1	10,46	13,35	27,63	0,000
Painel C – Eleição de 2012					
Natureza	Grupos	2009-2011	2012	Variação (%)	Wilcoxon
PES	Grupo 0	47,14	47,56	0,89	0,000
	Grupo 1	46,90	47,52	1,32	0,000
ODC	Grupo 0	40,43	38,31	(5,24)	0,000
	Grupo 1	39,71	37,40	(5,82)	0,000
INV	Grupo 0	10,59	12,32	16,34	0,000
	Grupo 1	11,47	13,25	15,52	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 2004, percebe-se um comportamento oposto nos grupos de municípios. Enquanto o Grupo 0 reduziu os gastos com pessoal e aumentou as outras despesas correntes, o Grupo 1 apresentou tendências inversas. Ambos apresentaram uma variação positiva nos gastos com investimentos. O teste de *Wilcoxon* não apresentou resultados uniformes, como em 2008 e 2012. Conforme comentado, o fato de a base de comparação ser o ano imediatamente anterior à eleição pode ter contribuído para essa divergência.

A Tabela 12 apresentou, entre outras informações, a variação das médias de gastos nos períodos sem e com efeito eleitoral. Para complementar essa análise, a Tabela 13 apresenta as médias das variações ocorridas nos anos eleitorais em relação ao período sem efeito eleitoral. Utilizou-se o teste de *Mann-Whitney* para comparar as médias.

A Tabela 13 revela que, exceto para o ano de 2004, as médias das variações não diferem estatisticamente ao nível de 5%. A análise conjunta das Tabelas 12 e 13 permite concluir que existem alterações nos gastos públicos nos anos eleitorais em relação ao período sem efeito eleitoral. Porém, essa alteração não difere entre os municípios, ou seja, independentemente se o atual partido obteve êxito ou não nas eleições, as alterações foram semelhantes.

Tabela 13 – Variações nas médias entre os períodos sem e com efeito eleitoral

Natureza	Eleição de 2004			Eleição de 2008			Eleição de 2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
PES	-0,51 (11,59)	0,77 (11,45)	0,000	-2,25 (12,66)	-2,26 (11,46)	0,900	1,26 (11,49)	1,81 (11,54)	0,506
ODC	1,04 (12,54)	0,15 (11,88)	0,042	-3,99 (12,69)	-3,74 (11,40)	0,498	-4,95 (12,32)	-5,48 (11,96)	0,094
INV	30,87 (134,07)	26,91 (125,42)	0,536	41,53 (91,66)	37,55 (78,33)	0,685	29,51 (90,55)	27,38 (67,86)	0,377

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que essa conclusão não se estende ao ano de 2004, no qual as médias das variações diferiram estatisticamente ao nível de 5% para os gastos com pessoal e outras despesas correntes. Conforme comentado, essa diferença pode ser consequência da base de comparação para a variação, que, nesse caso, corresponde apenas ao ano anterior.

Para complementar a análise de variações, estendeu-se o estudo às categorias econômicas, apresentadas pela Tabela 14.

Tabela 14 – Categorias econômicas nos períodos sem e com efeito eleitoral

Painel A – Eleição de 2004					
Categoria	Grupos	2003	2004	Variação (%)	Wilcoxon
DCOR	Grupo 0	88,95	88,64	(0,35)	0,105
	Grupo 1	87,59	87,48	(0,13)	0,970
DCAP	Grupo 0	11,05	11,36	2,81	0,105
	Grupo 1	12,41	12,52	0,89	0,970
Painel B – Eleição de 2008					
Categoria	Grupos	2005-2007	2008	Variação (%)	Wilcoxon
DCOR	Grupo 0	88,69	85,62	(3,46)	0,000
	Grupo 1	87,81	84,88	(3,34)	0,000
DCAP	Grupo 0	11,31	14,38	27,14	0,000
	Grupo 1	12,19	15,12	24,04	0,000
Painel C – Eleição de 2012					
Categoria	Grupos	2009-2011	2012	Variação (%)	Wilcoxon
DCOR	Grupo 0	87,79	86,07	(1,96)	0,000
	Grupo 1	86,83	85,13	(1,96)	0,000
DCAP	Grupo 0	12,20	13,92	14,10	0,000
	Grupo 1	13,17	14,87	12,86	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que, em todos os anos eleitorais, houve uma redução das despesas correntes em relação ao período sem efeito eleitoral. Naturalmente, existe um aumento nas despesas de capital. Na primeira eleição, o teste de *Wilcoxon* revela que não existem diferenças estatísticas entre os gastos de 2003 e 2004. Nas eleições de 2008 e 2012, as médias dos gastos no período sem efeito eleitoral são estatisticamente diferentes em relação ao ano eleitoral.

As informações apresentadas pela Tabela 14 confirmam os dados apresentados anteriormente. Existem variações nas despesas públicas no ano eleitoral em relação ao período sem efeito eleitoral. Porém, essa variação ocorre em todos os municípios. Esse achado é

consistente com a teoria dos ciclos políticos, uma vez que os gestores públicos tendem a alterar a composição da despesa pública em direção aos gastos mais visíveis com o objetivo de permanecer no poder.

Dito isso, espera-se que a relação encontrada para os anos eleitorais se estenda para os anos sem efeito eleitoral. Para testar essa hipótese, a Tabela 15 apresenta as médias dos gastos nos três períodos sem efeitos eleitorais. Utilizou-se o teste de *Mann-Whitney* para verificar se as médias diferem estatisticamente entre os grupos.

Tabela 15 – Natureza dos gastos públicos no período sem efeito eleitoral

Natureza	2003			2005-2007			2009-2011		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
PES	45,28 (7,64)	43,36 (7,67)	0,000	44,91 (6,35)	44,35 (6,54)	0,006	47,14 (6,16)	46,90 (6,54)	0,251
ODC	43,40 (7,21)	44,01 (7,24)	0,000	43,55 (6,40)	43,24 (6,40)	0,136	40,43 (5,66)	39,71 (5,52)	0,000
INV	9,16 (5,89)	10,65 (6,47)	0,000	9,57 (4,74)	10,46 (5,04)	0,000	10,59 (5,20)	11,47 (5,25)	0,000

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Avaliando inicialmente os gastos com pessoal e encargos sociais, percebe-se que as médias do Grupo 1 são sempre menores em relação ao Grupo 0. O teste de *Mann-Whitney* revela que as médias são estatisticamente diferentes nos dois primeiros períodos. As outras despesas correntes apresentaram um comportamento diferente nos três períodos. No primeiro, a média foi maior no Grupo 1. Nos dois seguintes, a média foi menor no Grupo 1. As médias de gastos com investimentos foram sempre maiores e estatisticamente diferentes no Grupo 1 em relação ao Grupo 0. De modo geral, exceto pela variável outras despesas correntes em 2004, os resultados dos testes de *Mann-Whitney* assemelham-se às evidências obtidas apenas para o ano eleitoral, apresentadas na Tabela 4 (p. 79).

Para averiguar a influência da composição dos gastos públicos nos períodos sem efeito eleitoral sobre a probabilidade de recondução, a Tabela 16 apresenta os *outputs* dos modelos de regressão logística.

De modo geral, a única diferença encontrada entre esses resultados e aqueles obtidos apenas para os anos eleitorais diz respeito à significância estatística da variável outras despesas correntes no ano de 2004. Enquanto no modelo apenas para o ano eleitoral não houve significância estatística, no atual modelo a variável foi significativa e com sinal positivo. Conforme já comentado, o fato de trabalhar apenas o ano de 2003 como período sem efeito eleitoral pode ter influenciado esse resultado.

Tabela 16 – Influência da composição dos gastos nos períodos sem efeito eleitoral

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,5236***	1,8176***	0,9898***	0,1318	0,2816	1,5423***
PES	-0,0329***	-0,0309***	-0,0135***	-0,0223***	-0,0060	-0,0136***
TRP	–	0,5568***	–	0,8666***	–	0,6197***
TAM	–	-0,0537*	–	0,0419	–	-0,0794***
PRE	–	0,1884	–	0,2532**	–	0,0391
GOV	–	0,1364*	–	0,1606**	–	0,1125
N	–	-0,1181	–	-0,2489*	–	-0,0955
NE	–	0,4227***	–	0,2410***	–	0,4273***
CO	–	0,2138*	–	-0,2681**	–	-0,2679**
S	–	0,1534*	–	-0,1501*	–	0,2562***
LR statistic	63,1131	173,8558	8,0203	241,6389	1,6191	163,2591
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0046	0,0000	0,2032	0,0000
HL	8,5875	5,2930	12,3425	8,0481	10,2018	13,5092
Prob (HL)	0,3783	0,7259	0,1366	0,4288	0,2511	0,0955
Count R ²	54,71%	58,21%	50,79%	61,70%	51,16%	57,46%
Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,4464**	0,3204	0,7125***	-0,4119	0,9252***	1,7730***
ODC	0,0118***	0,0059	-0,0075	-0,0052	-0,0231***	-0,0206***
TRP	–	0,5488***	–	0,8565***	–	0,6128***
TAM	–	-0,0654**	–	0,0275	–	-0,0810***
PRE	–	0,1785	–	0,2440**	–	0,0301
GOV	–	0,1436**	–	0,1565**	–	0,1212
N	–	0,0052	–	-0,1933	–	-0,1316
NE	–	0,4961***	–	0,2286***	–	0,3500***
CO	–	0,2911**	–	-0,2018*	–	-0,2503**
S	–	0,2468***	–	-0,0896	–	0,2884***
LR statistic	7,1757	124,2329	2,4376	223,0434	18,4372	170,2480
Prob (LR)	0,0074	0,0000	0,1185	0,0000	0,0000	0,0000
HL	11,1273	5,8605	10,8912	12,5921	7,8416	8,7084
Prob (HL)	0,1946	0,6629	0,2079	0,1267	0,4491	0,3675
Count R ²	52,10%	57,61%	51,63%	61,97%	52,90%	57,86%
Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,3288***	0,5756	0,0104	-1,2121**	-0,3602***	0,2638
INV	0,0399***	0,0426***	0,0377***	0,0511***	0,0326***	0,0419***
TRP	–	0,5518***	–	0,8984***	–	0,6316***
TAM	–	-0,0914***	–	0,0294	–	-0,0698**
PRE	–	0,2656*	–	0,2329**	–	0,0466
GOV	–	0,1593**	–	0,1359*	–	0,1171
N	–	-0,0723	–	-0,3085***	–	-0,1409
NE	–	0,5036***	–	0,3051***	–	0,4744***
CO	–	0,2784**	–	-0,1798	–	-0,2343*
S	–	0,0426***	–	-0,0889	–	0,2279***
LR statistic	58,8154	186,2300	34,6323	278,9213	31,6119	201,8133
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
HL	3,9394	6,4279	21,8277	4,0032	12,3937	2,5457
Prob (HL)	0,8626	0,5994	0,0052	0,8568	0,1345	0,9596
Count R ²	54,91%	58,14%	53,43%	62,38%	53,64%	58,94%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os demais resultados se assemelham aos obtidos nos modelos restritos aos anos eleitorais. Os gastos com pessoal influenciaram negativamente as chances de recondução em 2004 e 2008. A variável outras despesas correntes foi significativa e com sinal negativo em 2012 e os investimentos influenciaram positivamente as chances de recondução nos três períodos.

Para finalizar a análise da influência da composição dos gastos públicos, classificados pela sua natureza, sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos, realizou-se a análise sobre as categorias econômicas das despesas no período sem efeito eleitoral. As informações são apresentadas pela Tabela 17.

Tabela 17 – Análise das categorias econômicas no período sem efeito eleitoral

Painel A – Estatística descritiva									
Natureza	2003			2005-2007			2009-2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
DCOR	88,95 (5,90)	87,59 (6,49)	0,000	88,69 (4,69)	87,81 (5,04)	0,000	87,79 (5,19)	86,83 (5,31)	0,000
DCAP	11,05 (5,90)	12,41 (6,49)	0,000	11,31 (4,69)	12,19 (5,04)	0,000	12,20 (5,18)	13,17 (5,31)	0,000
Painel B – Influência das despesas correntes sobre a probabilidade de recondução									
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011				
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo			
Constante	3,2298***	4,5651***	3,7342***	3,8134***	3,0561***	4,8445***			
DCOR	-0,0358***	-0,0394***	-0,0379***	-0,0494***	-0,0350***	-0,0453***			
TRP	–	0,5517***	–	0,8918***	–	0,6328***			
TAM	–	-0,0971***	–	0,0199	–	-0,0790***			
PRE	–	0,2577*	–	0,2218*	–	0,0486			
GOV	–	0,1553**	–	0,1345*	–	0,1153			
N	–	-0,0186	–	-0,2503*	–	-0,1198			
NE	–	0,5197***	–	0,3114***	–	0,4867***			
CO	–	0,3038**	–	-0,1569	–	-0,2234*			
S	–	0,1944**	–	-0,1010	–	0,1887**			
LR statistic	48,1604	177,5433	34,9612	275,2967	36,8302	208,4610			
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000			
HL	6,8289	5,5234	15,0332	7,2156	12,4588	4,1355			
Prob (HL)	0,5552	0,7004	0,0585	0,5136	0,1319	0,8447			
Count R ²	53,59%	58,14%	53,47%	62,06%	53,73%	59,17%			

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

*, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

O Painel A revela que as despesas correntes se mostram sempre inferiores nos municípios do Grupo 1 em relação ao Grupo 0. Obviamente, as despesas de capital são superiores no Grupo 1. Os testes de *Mann-Whitney* revelam que as médias são estatisticamente diferentes entre os grupos. Esse resultado mostra que, apesar das variações ocorridas nos anos eleitorais em relação ao período sem efeito eleitoral, conforme identificado pela Tabela 12, a composição das despesas públicas permanece inalterada, independentemente se é período eleitoral ou não, com um maior percentual de despesas de capital nos municípios do Grupo 1.

O Painel B revela que as despesas correntes influenciam negativamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos, ou seja, a composição com menor nível de despesas

correntes e mais despesas de capital aumentam as chances de recondução do partido político do gestor público. Os testes de significância mostraram que os modelos dos três períodos são significantes. Os testes *Hosmer-Lemeshow* revelaram que os modelos apresentam um bom nível de ajustamento aos dados.

Realizada a análise da influência da composição das despesas públicas, classificadas pela sua natureza, reforça-se que se validou a primeira hipótese de pesquisa, ou seja, menores gastos correntes, especificamente os gastos com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, e mais gastos com investimentos, aumentam as chances de recondução dos partidos políticos.

A segunda hipótese de pesquisa é baseada no argumento de que as variações nos gastos públicos nos períodos eleitorais ocorrem independentemente se os partidos políticos obtiveram êxito nas eleições ou não, uma vez que o grupo político do prefeito pretende permanecer no poder. Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa, buscou-se comprovar essa premissa teórica. O Apêndice A revela a influência das variações dos gastos públicos, classificados pela sua natureza, sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos. Pode-se verificar que, exceto para as variáveis pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes nas eleições de 2004, as variações dos gastos públicos não apresentaram significância estatística. Adicionalmente, o Apêndice B revela que as variações nas categorias econômicas não exercem influência significativa sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nos três períodos estudados.

Por fim, destaca-se que também se validou a segunda hipótese de pesquisa, ou seja, menores gastos correntes e maiores investimentos nos períodos sem efeito eleitoral aumentam a probabilidade de recondução. Percebe-se que as relações encontradas para os anos eleitorais também se estendem aos períodos sem efeito eleitoral.

A semelhança nas relações encontradas nos períodos sem e com efeito eleitoral corrobora algumas pesquisas internacionais. Veiga e Veiga (2007a), por exemplo, identificaram uma relação positiva entre a média de gastos com investimentos *per capita* ao longo de todo o mandato e o percentual de votos obtidos pelos partidos políticos de municípios portugueses. Já Balaguer-Coll *et al.* (2015), após estudarem municípios espanhóis, identificaram que a relação positiva e significativa entre as despesas de capital *per capita* e a probabilidade de recondução existe, independentemente se o período tem efeito eleitoral ou não.

Para complementar a análise apresentada, testou-se a primeira hipótese de pesquisa para cada uma das cinco regiões brasileiras, com o objetivo de verificar se os resultados são uniformes para todas as regiões. Essa avaliação baseia-se no teorema da descentralização (OATES, 1972), que pressupõe que as diversas localidades possuem necessidades e

preferências específicas. Nesse sentido, determinados tipos de gastos podem influenciar a probabilidade de recondução em uma região e na outra não.

As tabelas contendo as relações entre a natureza dos gastos públicos nos anos eleitorais e a probabilidade de recondução dos partidos políticos para cada região são apresentadas no Apêndice C deste trabalho. Pode-se observar que os resultados diferem entre as regiões. As regiões Norte e Centro-Oeste, por exemplo, não apresentaram relações estatisticamente significativas entre a composição dos gastos públicos e as chances de recondução. Já a região Sudeste apresentou os melhores resultados, com as três variáveis (PES, ODC e INV) sendo significativas e com o sinal esperado. As variáveis de controle também apresentaram resultados distintos entre as regiões.

Essas evidências comprovam a necessidade de controlar a amostra por região, sobretudo no Brasil, que é um país com dimensões continentais e apresenta grandes diferenças socioeconômicas entre as regiões. Essa análise aprofundada em cada região, conforme comentado, encontra fundamento teórico no teorema da descentralização e fica como sugestão para futuras pesquisas.

4.2 FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RESULTADOS ELEITORAIS

A avaliação da relação entre a composição das despesas públicas e resultados eleitorais passa a analisar a configuração dos gastos de acordo com as funções orçamentárias, que consistem em grandes áreas de aplicação de recursos que competem ao setor público.

A Tabela 18 apresenta os percentuais da despesa orçamentária aplicados em cada uma das funções orçamentárias analisadas nos anos eleitorais. O Grupo 1 representa os municípios cujos partidos foram reconduzidos e o Grupo 0 engloba os municípios cujos partidos não obtiveram êxito nas eleições.

Tabela 18 – Funções orçamentárias nos grupos de municípios nos anos eleitorais

Funções	2004			2008			2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
ADM	17,06 (7,12)	17,09 (7,83)	0,277	15,81 (6,62)	15,26 (6,90)	0,000	14,56 (6,63)	14,54 (6,54)	0,915
ASS	3,71 (2,62)	3,95 (2,78)	0,009	3,78 (2,16)	3,91 (2,67)	0,102	3,91 (1,80)	3,99 (1,80)	0,092
SAU	20,79 (5,26)	20,51 (5,15)	0,530	21,65 (4,84)	21,61 (4,90)	0,676	22,54 (4,95)	22,31 (4,61)	0,060
EDU	29,10 (7,76)	28,95 (7,70)	0,727	28,27 (8,18)	28,24 (8,14)	0,589	30,45 (8,93)	30,49 (9,38)	0,694
CUL	0,74 (0,99)	0,81 (1,01)	0,056	1,11 (1,32)	1,26 (1,40)	0,000	1,16 (1,28)	1,19 (1,25)	0,216
URB	8,41 (5,56)	8,52 (5,80)	0,768	9,78 (6,21)	10,21 (6,12)	0,008	8,97 (5,58)	8,93 (5,60)	0,940
AGR	1,77 (2,23)	1,94 (2,47)	0,129	2,01 (2,43)	2,14 (2,71)	0,565	1,89 (2,74)	2,08 (2,52)	0,011
TRA	5,13 (5,49)	5,05 (5,60)	0,519	5,30 (5,86)	4,87 (5,54)	0,036	3,89 (4,72)	3,86 (4,82)	0,220
DEL	0,92 (1,18)	1,00 (1,33)	0,444	1,18 (1,52)	1,27 (1,45)	0,004	1,05 (1,20)	1,10 (1,18)	0,134

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Esperavam-se gastos médios menores nas funções administração e transporte no Grupo 1 em relação ao Grupo 0, uma vez que consistem em despesas não finalísticas. Exceto pela função administração em 2004, o Grupo 1 apresentou gastos médios menores nessas duas funções, embora apenas em 2008 as médias foram estatisticamente diferentes ao nível de 5%.

Apesar de os municípios do Grupo 1 apresentarem gastos médios menores nas funções educação e saúde em relação ao Grupo 0 (exceto na função educação em 2012), os testes de *Mann-Whitney* comprovam que os valores não diferem estatisticamente ao nível de 5%. Percentuais mínimos de aplicação de recursos exigidos pela legislação nessas duas funções contribuem para explicar a ausência de diferenças nos gastos médios entre os grupos avaliados.

Os gastos médios das funções assistência social, cultura, urbanismo, agricultura e desporto e lazer foram sempre maiores no Grupo 1 (exceto urbanismo em 2012) em relação ao Grupo 0. Porém, os testes de *Mann-Whitney* revelaram que as médias são estatisticamente diferentes apenas em alguns anos.

Os resultados obtidos pela estatística descritiva confirmam parcialmente a expectativa desta pesquisa, que consiste em percentuais de gastos mais baixos nas despesas não finalísticas e mais elevados nas finalísticas, uma vez que estas últimas são mais perceptíveis pelos eleitores. Apesar dessa evidência, os testes de *Mann-Whitney* sugerem que as funções não devem exercer influência significativa em todos os períodos, uma vez que, em muitos casos, as médias não apresentaram diferenças estatísticas.

A Tabela 19, na página seguinte, apresenta a influência da composição dos gastos públicos nos anos eleitorais, classificados pelas funções orçamentárias, sobre a probabilidade de recondução do partido político do gestor público. A primeira coluna de cada ano apresenta apenas as variáveis de interesse, que consistem nas funções orçamentárias. A segunda coluna considera as variáveis de interesse significativas ao nível de 10% e as variáveis de controle. Diferentemente da primeira classificação dos gastos públicos, as funções orçamentárias não apresentaram problemas de multicolinearidade. Nesse sentido, incluíram-se as nove funções de forma simultânea nos modelos.

As funções orçamentárias não apresentaram um comportamento uniforme nos anos avaliados. Esperava-se significância estatística e sinal negativo para as funções administração e transporte. Porém, só se confirmou essa expectativa no ano de 2008. Nos demais anos, não houve significância estatística. As funções saúde e educação não apresentaram significância estatística nos três anos avaliados, conforme esperado.

Tabela 19 – Influência das funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,3214	0,0820	0,6367*	-1,2192*	0,0102	0,6796
ADM	0,0051	–	-0,0122**	-0,0046	-0,0011	–
ASS	0,0357***	0,0212*	0,0167	–	0,0217	–
SAU	-0,0061	–	-0,0060	–	-0,0086	–
EDU	0,0028	–	-0,0031	–	0,0014	–
CUL	0,0745**	0,0680**	0,0684***	0,0472*	0,0175	–
URB	0,0046	–	0,0016	–	-0,0025	–
AGR	0,0404***	0,0402**	0,0313**	0,0523***	0,0351**	0,0177
TRA	-0,0021	–	-0,0193***	-0,0050	-0,0090	–
DL	0,0494*	0,0858	0,0261	–	0,0345	–
TRP	–	0,5510***	–	0,8518***	–	0,6130***
TAM	–	-0,0541	–	0,0589*	–	-0,0674**
PRE	–	0,1709	–	0,2258*	–	0,0321
GOV	–	0,1447**	–	0,1689**	–	0,1161
N	–	0,0644	–	-0,1580	–	-0,1077
NE	–	0,5725***	–	0,2309***	–	0,3843***
CO	–	0,3441***	–	-0,1458	–	-0,2658**
S	–	0,2093**	–	-0,1597	–	0,2478***
LR statistic	26,9076	148,1370	36,2218	240,8114	14,5291	158,0777
Prob (LR)	0,0014	0,0000	0,0000	0,0000	0,1047	0,0000
HL	6,1308	6,8647	3,8497	14,1886	10,5451	11,2704
Prob (HL)	0,6326	0,5512	0,8704	0,0770	0,2288	0,1868
Count R ²	53,09%	58,39%	54,09%	61,47%	52,65%	57,77%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Consideram-se as demais funções como finalísticas, ou seja, são capazes de melhorar a imagem do gestor e influenciar sua probabilidade de recondução. Nesse sentido, esperava-se um sinal positivo, embora as pesquisas passadas (CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; SAKURAI, 2009) não apontem para a manipulação de todas essas funções de forma simultânea.

Em 2004, as funções assistência social, cultura e agricultura apresentaram significância estatística e sinal positivo ao nível de 5%, indicando que os municípios que aplicaram um percentual maior de recursos nessas funções apresentaram maior probabilidade de recondução. A função esporte e lazer apresentou sinal positivo e significância estatística ao nível de 10%.

Em 2008, além das funções administração e transporte, que foram significantes e com sinal negativo, as funções cultura e agricultura apresentaram significância estatística e sinal positivo. Essa evidência significa que os municípios que aplicaram um percentual menor em administração e transporte e maior em cultura e agricultura apresentaram maior chance de recondução dos partidos políticos.

Em 2012, apenas a função agricultura apresentou significância estatística e sinal positivo, indicando que os municípios que aplicaram um percentual maior nessa área apresentaram maior chance de recondução.

Os testes de razão de verossimilhança (*LR statistic*) apontaram que os modelos elaborados são significantes ao nível de 1%. Os testes de ajustamento dos modelos aos dados (*Hosmer-Lemeshow*) apontaram um bom nível de ajustamento, uma vez que não se rejeitou a hipótese de que existem diferenças entre os valores previstos e observados em todos os modelos elaborados.

Os resultados obtidos por meio da regressão logística confirmam as evidências obtidas por meio da estatística descritiva. De modo geral, os gastos médios que se mostraram superiores e estatisticamente diferentes nos municípios cujos partidos foram reconduzidos são aqueles que apresentaram significância estatística e sinal positivo nos modelos de regressão logística. De forma oposta, as funções administração e transporte, cujas médias foram inferiores e estatisticamente diferentes no ano de 2008, apresentaram significância estatística e sinal negativo nesse ano.

Realizada a análise da influência das funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos, pode-se validar a primeira hipótese de pesquisa parcialmente. De modo geral, as funções não finalísticas, especificamente administração e transporte, apresentaram sinal negativo e as funções finalísticas apresentaram sinal positivo. Porém, exceto pela função agricultura, que foi significativa em todos os períodos, as demais funções não apresentaram significância estatística nos três períodos estudados.

Para complementar a análise, o Apêndice D apresenta a influência das funções orçamentárias dos anos eleitorais sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos em cada uma das cinco regiões brasileiras. Percebe-se que não há um comportamento uniforme nas regiões ao longo dos períodos estudados, ou seja, uma função que apresentou significância estatística em uma região não necessariamente foi significativa em outra localidade.

Essa evidência é consistente com o teorema da descentralização, que preceitua que as diferentes localidades possuem preferências e necessidades específicas. Nesse sentido, o peso atribuído a cada função orçamentária difere entre as diversas regiões, justificando a divergência de resultados encontrada. Essa evidência também ajuda a explicar a validação parcial da primeira hipótese de pesquisa, uma vez que os resultados obtidos por cada região influenciam os escores obtidos para todo o Brasil

A análise da influência das funções orçamentárias passa a avaliar os períodos sem efeito eleitoral. A Tabela 20 apresenta os gastos médios em cada função nos períodos sem efeito eleitoral e nos anos de eleição. Utilizou-se o teste de médias pareadas de *Wilcoxon* para comparar as médias dos dois períodos em cada grupo de municípios.

Tabela 20 – Funções orçamentárias nos períodos sem e com efeito eleitoral

Painel A – Eleição de 2004					
Funções	Grupos	2003	2004	Variação (%)	Wilcoxon
ADM	Grupo 0	17,28	17,06	(1,27)	0,000
	Grupo 1	17,32	17,09	(1,33)	0,000
ASS	Grupo 0	3,86	3,71	(3,89)	0,000
	Grupo 1	4,11	3,95	(3,89)	0,001
SAU	Grupo 0	19,96	20,79	4,16	0,000
	Grupo 1	19,49	20,51	5,23	0,000
EDU	Grupo 0	29,22	29,10	(0,41)	0,023
	Grupo 1	29,00	28,95	(0,07)	0,897
CUL	Grupo 0	0,75	0,74	(1,33)	0,012
	Grupo 1	0,81	0,81	–	0,327
URB	Grupo 0	8,15	8,41	3,19	0,002
	Grupo 1	8,33	8,52	2,28	0,057
AGR	Grupo 0	2,02	1,77	(12,38)	0,000
	Grupo 1	2,27	1,94	(14,54)	0,000
TRA	Grupo 0	5,28	5,13	(2,84)	0,000
	Grupo 1	5,28	5,05	(4,36)	0,000
DL	Grupo 0	0,90	0,92	2,22	0,266
	Grupo 1	0,89	1,00	12,36	0,022
Painel B – Eleição de 2008					
Funções	Grupos	2005-2007	2008	Variação (%)	Wilcoxon
ADM	Grupo 0	17,21	15,81	(8,13)	0,000
	Grupo 1	16,82	15,26	(9,27)	0,000
ASS	Grupo 0	3,78	3,78	–	0,271
	Grupo 1	3,89	3,91	0,51	0,600
SAU	Grupo 0	21,61	21,65	0,19	0,615
	Grupo 1	21,70	21,61	(0,41)	0,041
EDU	Grupo 0	28,58	28,27	(1,08)	0,000
	Grupo 1	28,56	28,24	(1,12)	0,000
CUL	Grupo 0	0,97	1,11	14,43	0,000
	Grupo 1	1,00	1,26	26,00	0,000
URB	Grupo 0	8,35	9,78	17,23	0,000
	Grupo 1	8,72	10,21	17,09	0,000
AGR	Grupo 0	1,92	2,01	4,69	0,264
	Grupo 1	1,99	2,14	7,54	0,520
TRA	Grupo 0	5,02	5,30	5,58	0,541
	Grupo 1	4,74	4,87	2,74	0,082
DL	Grupo 0	0,94	1,18	25,53	0,001
	Grupo 1	0,93	1,27	36,56	0,000
Painel C – Eleição de 2012					
Funções	Grupos	2009-2011	2012	Variação (%)	Wilcoxon
ADM	Grupo 0	15,60	14,56	(6,67)	0,000
	Grupo 1	15,97	14,54	(8,95)	0,000
ASS	Grupo 0	3,84	3,91	1,82	0,081
	Grupo 1	3,94	3,99	1,27	0,172
SAU	Grupo 0	22,44	22,54	0,45	0,000
	Grupo 1	21,99	22,31	1,46	0,000
EDU	Grupo 0	29,39	30,45	3,61	0,000
	Grupo 1	29,31	30,49	4,03	0,000
CUL	Grupo 0	1,26	1,16	(7,94)	0,000
	Grupo 1	1,25	1,19	(4,80)	0,000
URB	Grupo 0	8,51	8,97	5,41	0,000
	Grupo 1	8,65	8,93	3,24	0,111
AGR	Grupo 0	1,97	1,89	(4,06)	0,000
	Grupo 1	2,14	2,08	(2,80)	0,000
TRA	Grupo 0	4,32	3,89	(9,95)	0,000
	Grupo 1	4,36	3,86	(11,47)	0,000
DL	Grupo 0	1,03	1,05	1,94	0,000
	Grupo 1	1,02	1,10	7,84	0,371

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que as variações ocorrem na mesma direção nos dois grupos de municípios, ou seja, independentemente se o partido do gestor público foi reconduzido ou não, a administração municipal altera a composição da despesa pública na mesma direção, conforme esperado.

Não houve um comportamento uniforme. De modo geral, os testes de *Wilcoxon* revelam que as médias diferem estatisticamente nos anos eleitorais em relação aos períodos sem efeitos eleitorais. Essa evidência confirma os preceitos da teoria dos ciclos políticos, ao identificar uma alteração das médias de gastos no ano eleitoral em relação aos anteriores.

A Tabela 21 apresenta as médias dos dois grupos de municípios no período sem efeito eleitoral. Utilizou-se o teste de *Mann-Whitney* para comparar as médias entre os grupos.

Tabela 21 – Funções orçamentárias nos grupos no período sem efeito eleitoral

Funções	2003			2005-2007			2009-2011		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
ADM	17,28 (6,67)	17,32 (7,30)	0,333	17,21 (6,07)	16,82 (6,30)	0,011	15,60 (1,71)	15,97 (6,21)	0,088
ASS	3,86 (2,56)	4,11 (2,95)	0,099	3,78 (1,98)	3,89 (2,09)	0,130	3,84 (1,71)	3,94 (1,75)	0,042
SAU	19,96 (4,97)	19,49 (4,77)	0,007	21,61 (4,26)	21,70 (4,41)	0,767	22,44 (4,51)	21,99 (4,25)	0,000
EDU	29,22 (7,54)	29,00 (7,54)	0,440	28,58 (6,73)	28,56 (7,14)	0,473	29,39 (7,90)	29,31 (8,34)	0,450
CUL	0,75 (1,02)	0,81 (1,08)	0,109	0,97 (1,08)	1,00 (0,99)	0,047	1,26 (1,20)	1,25 (1,16)	0,882
URB	8,15 (5,61)	8,33 (5,63)	0,236	8,35 (4,89)	8,72 (4,81)	0,004	8,51 (4,71)	8,65 (4,76)	0,301
AGR	2,02 (2,39)	2,27 (2,83)	0,125	1,92 (2,09)	1,99 (2,21)	0,382	1,97 (2,30)	2,14 (2,43)	0,101
TRA	5,28 (5,52)	5,28 (5,78)	0,363	5,02 (5,04)	4,74 (5,03)	0,044	4,32 (4,64)	4,36 (4,93)	0,262
DEL	0,90 (1,29)	0,89 (1,13)	0,952	0,94 (0,89)	0,93 (0,86)	0,903	1,03 (0,97)	1,02 (0,94)	0,528

Nota: O valor entre parênteses corresponde ao desvios-padrão do período.

Fonte: Elaboração própria.

Esperava-se que as médias de gastos nas funções finalísticas e não finalísticas fossem maiores e menores, respectivamente, no grupo de municípios cujos partidos foram reconduzidos, conforme identificado na Tabela 18 (p. 96), específica para o ano eleitoral. Porém, os resultados não apresentaram esse comportamento. Pode-se citar como exemplo a função desporto e lazer, que apresentou gastos médios menores nos municípios do Grupo 1 nos três períodos. Além disso, percebe-se que, de modo geral, as médias não apresentaram diferenças estatísticas entre os grupos ao nível de 5%. Essa evidência sugere que apenas algumas funções são capazes de influenciar a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

A Tabela 22, que apresenta a relação entre as funções orçamentárias e a probabilidade de recondução dos partidos, revela que apenas a função agricultura foi significativa nos três períodos avaliados. Em 2004, as funções assistência social e cultura foram significantes e com

sinal positivo, corroborando os achados encontrados apenas para o ano eleitoral. A significância das outras variáveis difere em relação à regressão apenas do ano eleitoral.

Tabela 22 – Influência das funções orçamentárias do período sem efeito eleitoral

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,1871	0,2446	0,4893	-1,4344**	-0,4210	-0,6252
ADM	0,0018	–	-0,0089	–	0,0149**	0,0165***
ASS	0,0333***	0,0214*	0,0198	–	0,0377**	0,0386**
SAL	-0,0173**	-0,0162**	0,00008	–	-0,0139	–
EDU	-0,0032	–	-0,0028	–	0,0046	–
CUL	0,0554*	0,0515	0,0096	–	-0,0004	–
URB	0,0067	–	0,0090	–	0,0187**	0,0251***
AGR	0,0389***	0,0444***	0,0332**	0,0610***	0,0384**	0,0297*
TRA	-0,0027	–	-0,0149	–	0,0037	–
DL	-0,0213	–	-0,0302	–	-0,0350	–
TRP	–	0,5497***	–	0,8624***	–	0,6116***
TAM	–	-0,0371	–	0,0693**	–	-0,0478
PRE	–	0,2052	–	0,2220*	–	0,0465
GOV	–	0,1469**	–	0,1653**	–	0,1080
N	–	-0,0038	–	-0,1995	–	-0,0955
NE	–	0,5019***	–	0,2558***	–	0,4317***
CO	–	0,2967**	–	-0,1959	–	-0,3076**
S	–	0,1297	–	-0,2239**	–	0,2790***
LR <i>statistic</i>	31,2987	144,6195	16,5294	233,9439	27,5469	177,6048
<i>Prob</i> (LR)	0,0003	0,0000	0,0566	0,0000	0,0011	0,0000
HL	6,0599	4,3003	2,4969	10,7271	1,9500	3,3097
<i>Prob</i> (HL)	0,6405	0,8291	0,9619	0,2176	0,9825	0,9135
<i>Count</i> R ²	53,02%	57,19%	52,95%	61,77%	53,26%	58,27%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Assim como nos modelos específicos para os anos eleitorais, os testes de razão de verossimilhança (LR *statistic*) apontaram que os modelos completos são significantes ao nível de 1%. Os testes de ajustamento (*Hosmer-Lemeshow* e *Count* R²) também apresentaram resultados satisfatórios.

Finalizada a análise sobre as funções orçamentárias, reforça-se que a primeira hipótese de pesquisa se validou parcialmente, ou seja, nem todas as funções não finalísticas influenciam negativamente as chances de recondução e nem todas as funções finalísticas influenciam positivamente a probabilidade de recondução.

A segunda hipótese de pesquisa também se validou parcialmente. Algumas funções orçamentárias, tais como: assistência social e cultura, em 2004, e agricultura, nos três períodos, apresentaram influência sobre a probabilidade de recondução de forma semelhante à encontrada nos anos eleitorais. Porém, outras funções, tais como: administração, transporte e cultura, não apresentaram o mesmo comportamento encontrado em 2008.

Para tentar justificar a validação parcial da segunda hipótese de pesquisa, o Apêndice E revela a influência das variações das funções orçamentárias sobre a recondução dos partidos políticos. Percebe-se que algumas variações em funções orçamentárias influenciam significativamente as chances de recondução. Esse resultado diverge das evidências obtidas por Enkelmann e Leibrecht (2013), que não encontraram relação entre as variações de categorias econômicas (administração, economia, meio ambiente, lazer, educação e social) e a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Essa evidência contribui para justificar a divergência de resultados entre os períodos sem e com efeitos eleitorais. A título de exemplo, podem-se citar as funções desporto e lazer em 2004, cultura e transporte em 2008, administração e urbanismo em 2012. Tratam-se de funções cujos resultados diferiram entre os períodos sem e com efeitos eleitorais e cujas variações apresentaram influência significativa sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo verificar a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos dos prefeitos municipais. Para atingir tal objetivo, estudaram-se as eleições municipais nos anos de 2004, 2008 e 2012. A pesquisa utilizou o teste de *Mann-Whitney*, para comparar as médias dos gastos nas cidades, e modelos de regressão logística, para averiguar a influência supracitada.

Avaliando a natureza dos gastos públicos, esperava-se que os gastos correntes, especificamente as despesas com pessoal e as outras despesas correntes, influenciassem negativamente a probabilidade de recondução do partido político do prefeito. Já para os gastos com investimentos, esperava-se uma relação positiva.

As evidências mostraram que os municípios cujos partidos foram reconduzidos gastaram percentuais médios menores das despesas orçamentárias com pessoal e com outras despesas correntes e maiores com investimentos em relação às cidades cujos partidos não obtiveram êxito nas eleições municipais nos três períodos avaliados. Os testes de *Mann-Whitney* revelaram que as médias de gastos com pessoal diferiram estatisticamente ao nível de 5% nos anos de 2004 e 2008. Em 2012, os gastos médios com as outras despesas correntes foram estatisticamente diferentes ao nível de 5%. Por fim, as médias dos gastos com investimentos foram superiores e estatisticamente diferentes nos municípios cujos partidos venceram as eleições nos três períodos avaliados.

Os modelos de regressão logística elaborados apontaram significância estatística e sinal negativo para os gastos com pessoal e encargos sociais em 2004 e 2008. Já em 2012, os gastos com pessoal não apresentaram significância estatística e as outras despesas correntes foram significantes e com sinal negativo. A variável investimento apresentou significância estatística e sinal positivo nos três anos, indicando que os gastos com investimentos influenciam positivamente as chances de recondução dos partidos políticos.

A análise das categorias econômicas aponta para uma composição com menores gastos correntes e maiores despesas de capital nos municípios cujos partidos obtiveram sucesso. Os modelos elaborados comprovam que as despesas correntes influenciam negativamente as chances de recondução.

Conclui-se, portanto, que a primeira hipótese de pesquisa se validou. Gastos menores com despesas não finalísticas, especificamente pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, influenciam positivamente as chances de recondução. Deve-se fazer a ressalva de que os gastos com pessoal e as outras despesas correntes não foram simultaneamente

significativos e com sinal negativo. Em 2004 e 2008, os gastos com pessoal foram significantes e em 2012 as outras despesas correntes apresentaram significância estatística. Já os gastos finalísticos, especificamente os investimentos, influenciam positivamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Avaliando e comparando os períodos sem efeito eleitoral e os anos eleitorais, as evidências comprovaram que a composição da despesa pública sofre variações em direção às despesas visíveis, especificamente os investimentos. Porém, essas variações ocorrem em todos os municípios, independentemente se os partidos obtiveram êxito no pleito ou não. Os testes de *Mann-Whitney* comprovam que não existem diferenças estatísticas entre as variações dos gastos públicos nos dois grupos de municípios.

Os modelos que relacionam a composição dos gastos públicos nos períodos sem efeito eleitoral e a probabilidade de recondução dos partidos políticos apresentaram resultados semelhantes aos modelos que abordaram apenas os anos eleitorais. Essa evidência confirma a segunda hipótese de pesquisa. Gastos não finalísticos e finalísticos influenciam negativa e positivamente, respectivamente, as chances de recondução do partido político do prefeito municipal. Nesse sentido, essa constatação é verdadeira, independentemente se o período tem efeito eleitoral ou não.

Avaliando a segunda classificação da despesa pública, funções orçamentárias, esperava-se que os gastos nas funções não finalísticas, especificamente administração e transporte, influenciassem negativamente a probabilidade de recondução do partido político do prefeito. Já para as funções finalísticas, especificamente assistência social, cultura, urbanismo, agricultura e desporto e lazer, esperava-se uma relação positiva.

As evidências mostraram que os municípios cujos partidos obtiveram êxito nas eleições apresentaram gastos médios menores nas funções não finalísticas e maiores nas funções finalísticas em relação aos municípios que não obtiveram sucesso no pleito, conforme esperado. Porém, os testes de *Mann-Whitney* revelaram que as médias diferiram estatisticamente apenas para algumas funções orçamentárias.

Os modelos de regressão logística elaborados confirmam que, de modo geral, as funções orçamentárias cujas médias diferiram estatisticamente ao nível de 5% entre os grupos influenciaram a probabilidade de recondução do partido político do prefeito. Nas funções finalísticas, a influência foi positiva. Já nas funções não finalísticas, a influência foi negativa.

Em 2004, as funções assistência social, cultura e agricultura influenciaram positivamente as chances de recondução. No ano de 2008, as funções administração e transporte apresentaram significância estatística e sinal negativo. Ainda nesse ano, as funções cultura e

agricultura foram significantes e com sinal positivo. Por fim, em 2012, apenas agricultura influenciou positivamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Nesse sentido, a primeira hipótese de pesquisa, aplicada a classificação por funções orçamentárias, validou-se parcialmente. As funções não finalísticas influenciaram negativamente as chances de recondução, enquanto as finalísticas influenciam positivamente. Porém, essa influência mostrou-se significativa apenas para algumas funções e em alguns períodos.

Estendendo a análise para o período sem efeito eleitoral, as evidências não mostraram um comportamento uniforme. Apenas as funções assistência social e cultura, em 2004, e agricultura, nos três períodos, foram significantes, de forma semelhante às evidências encontradas apenas para os anos eleitorais.

Nesse sentido, a segunda hipótese de pesquisa, aplicada a classificação por funções orçamentárias, também se validou parcialmente. Algumas funções apresentaram o mesmo comportamento, independentemente se o período tem efeito eleitoral ou não. Porém, outras funções apresentaram um comportamento diferente entre os dois períodos.

Após avaliar as duas hipóteses de pesquisa aplicadas às duas classificações da despesa pública, a pesquisa concluiu que, de modo geral, os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram um percentual maior da despesa orçamentária em gastos finalísticos, reduzindo gastos administrativos. Porém, nem todos os gastos influenciaram, positiva ou negativamente, as probabilidades de recondução dos partidos políticos de forma significativa.

As variáveis de controle forneceram informações importantes sobre características que influenciam a probabilidade de recondução dos partidos políticos. As evidências mostraram que a *dummy* que indica se o prefeito tentou a reeleição influenciou positivamente a probabilidade de recondução nos três períodos, ou seja, o êxito no pleito é mais provável se o prefeito for candidato à reeleição em relação a um correligionário.

O tamanho do município, representado pelo logaritmo natural da receita orçamentária, apresentou significância estatística e sinal negativo em 2004 e 2012, indicando que os menores municípios possuem maior chance de recondução. Esperava-se um sinal negativo, uma vez que os menores municípios são mais dependentes das atividades governamentais e, conseqüentemente, são mais propensos a sofrerem influência da gestão municipal.

O alinhamento político com o governador do estado apresentou significância estatística e sinal positivo em 2004 e 2008. Já o alinhamento político com o presidente apresentou significância apenas no ano de 2008. Em 2012, as influências dos governadores e da presidente não apresentaram significância estatística.

Por fim, avaliando-se as variáveis representativas das regiões brasileiras, destaca-se que a região Sudeste foi escolhida como categoria de referência. A região Nordeste apresentou significância estatística e sinal positivo nos três períodos. Isso significa que as chances de recondução na região Nordeste são maiores em relação à região Sudeste. A região Sul foi significativa e com sinal positivo apenas em 2004 e 2012. A região Norte não apresentou significância estatística e a região Centro-Oeste apresentou relação negativa significativa nos anos de 2008 e 2012.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações de ordem metodológicas, que podem ser aperfeiçoadas por estudos futuros. A utilização de modelos de regressão linear, nos quais a variável dependente é o percentual de votos obtidos pelo partido que tenta a recondução, pode complementar os achados obtidos por esta pesquisa. A análise individualizada por regiões também é uma sugestão para pesquisas futuras. A grande diversidade socioeconômica encontrada entre as regiões brasileiras e os pressupostos do teorema da descentralização justificam essa análise.

Sugere-se, também, o aprofundamento no estudo de determinados tipos de gastos. Os investimentos, por exemplo, contemplam desde a execução de grandes obras até a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Em função da comprovação de que os investimentos influenciam a probabilidade de recondução e da grande diversidade de itens que integram esse grupo, torna-se necessário estudar se sua composição sofre alterações nos períodos eleitorais.

Ressalta-se que as pesquisas nacionais sobre a teoria dos ciclos políticos são razoavelmente recentes e escassas. Desse modo, ainda existe um amplo campo a ser explorado sobre essa temática. As eleições estaduais também são um campo interessante de estudos sobre esse assunto.

REFERÊNCIAS

- AIDT, T. S.; VEIGA, F. J.; VEIGA, L. G. Election results and opportunistic policies: a new test of the rational political business cycle model. **Public Choice**, v. 148, p. 21-44, 2011.
- AKERMAN, J. Political economic cycles. **International Review for Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.
- ALESINA, A.; SACHS, J. Political parties and business cycle in the United States, 1948-1984. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 63-82, 1988.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 530-550, 2006.
- ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010.
- BALAGUER-COLL, M. T.; BRUN-MARTOS, M. I.; FORTE, A.; TORTOSA-AUSINA, E. Local governments' re-election and its determinants: new evidence based on a bayesian approach. **European Journal of Political Economy**, v. 39, p. 94-108, 2015.
- BESLEY, T.; COATE, S. Centralized versus decentralized provision of local public goods: a political economy approach. **Journal of Public Economics**, v. 87, p. 2611-2637, 2003.
- BOADWAY, R.; SHAH, A. **Fiscal federalism: principles and practice of multiorder governance**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1964.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 out. 1997.
- _____. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 1999.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000.

_____. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial nº 163 de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 maio 2001.

_____. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jan. 2012.

BRENDER, A. The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. **Journal of Public Economics**, v. 87, p. 2187-2205, 2003.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. Where does the political budget cycle really come from? **CEPR Discussion Papers**, n. 4049, set. 2003.

_____. Political budget cycles in new versus established democracies. **Journal of Monetary Economics**, v. 52, p. 1271-1295, 2005.

_____. How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. **The American Economic Review**, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

_____. Elections, leaders, and the composition of government spending. **Journal of Public Economics**, v. 97, p. 18-31, 2013.

CARVALHO, F. A. A.; OLIVEIRA, K. V. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DRAZEN, A. The political business cycle after 25 years. **NBER Macroeconomics Annual**, v. 15, p. 75-138, 2001.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **NBER Working Paper**, n. 11085, 2005.

_____. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Journal of Development Economics**, v. 92, p. 39-52, 2010.

ENKELMANN, S.; LEIBRECHT, M. Political expenditure cycles and election outcomes: evidence from disaggregation of public expenditures by economic functions. **Economics Letters**, v. 121, p. 128-132, 2013.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. 1. ed. São Paulo: Campus, 2009.

FREY, B.; LAU, L. J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 28, p. 355-380, 1968.

GONZALEZ, P.; HINDRIKS, J.; PORTEIRO, N. Fiscal decentralization and political budget cycles. **Journal of Public Economic Theory**, v. 15, n. 6, p. 884-911, 2013.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAAN, J. Democracy, elections and government budget deficits. **German Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 131-142, 2013.

HAAN, J.; KLOMP, J. Conditional political budget cycles: a review of recent evidence. **Public Choice**, v. 157, p. 387-410, 2013.

HAIR JUNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAGEN, J. Fiscal rules and fiscal performance in the European Union and Japan. **Monetary and Economic Studies**, v. 24, p. 25-60, 2006.

HANUSCH, M. Coalition incentives for political budget cycles. **Public Choice**, v. 151, p. 121-136, 2012.

HIBBS JUNIOR., D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

HOPLAND, A. O. Voter information and electoral outcomes: the Norwegian list of shame. **Public Choice**, v. 161, p. 233-255, 2014.

JANEBA, E.; WILSON, J. D. Optimal fiscal federalism in the presence of tax competition. **Journal of Public Economics**, v. 95, p. 1302-1311, 2011.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6. ed. New Jersey: Pearson, 2007.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KATSIMI, M.; SARANTIDES, V. Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? **Public Choice**, v. 151, p. 325-362, 2012.

KHEMANI, S. Political cycles in a developing economy: effect of elections in the Indian states. **Journal of Development Economics**, v. 73, p. 125-154, 2004.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

KLOMP, J.; HAAN, J. Political budget cycles and election outcomes. **Public Choice**, v. 157, p. 245-267, 2013.

LINDBECK, A. Stabilization policy in open economies with endogenous politicians. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 1-19, 1976.

LOCKWOOD, B. Distributive politics and the costs of centralization. **The Review of Economic Studies**, v. 69, n. 2, p. 313-337, 2002.

MACRAE, D. A political model of the business cycle. **Journal of Political Economy**, v. 85, n. 2, p. 239-263, 1977.

MARTINEZ, L. A theory of political cycles. **Journal of Economic Theory**, v. 144, p. 1166-1186, 2009.

MARTINS, R. C. A. As teorias de ciclos políticos e o caso português. **Estudos do GEMF**, n. 5, 2002.

MUSGRAVE, R. A. The voluntary exchange theory of public economy. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 53, p. 213-237, 1939.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NEYAPTI, B. Fiscal decentralization and deficits: international evidence. **European Journal of Political Economy**, v. 26, p. 155-166, 2010.

_____. Fiscal decentralization, fiscal rules and fiscal discipline. **Economics Letters**, v. 121, p. 528-532, 2013.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OATES, W. E. **Fiscal federalism**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

_____. On the welfare gains from fiscal decentralization. **Journal of Public Finance and Public Choice**, v. 2-3, p. 83-92, 1997.

_____. Toward a second-generation theory of fiscal federalism. **International Tax and Public Finance**, v. 12, p. 349-373, 2005.

_____. On the evolution of fiscal federalism: theory and institutions. **National Tax Journal**, v. 61, n. 2, p. 313-334, 2008.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 327-361, 1992.

PRUD'HOMME, R. Dangers of decentralization. **World Bank Research Observer**, v. 10, n. 2, p. 201-220, 1995.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROSE, S. Do fiscal rules dampen the political business cycle? **Public Choice**, v. 128, p. 407-431, 2006.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

_____. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, p. 301-314, 2008.

_____. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, v. 148, p. 233-247, 2011.

SAMUELSON, P. A. The pure theory of public expenditures. **Review of Economics and Statistics**, v. 36, p. 387-389, 1954.

SAPORITI, A.; STREB, J. M. Separation of powers and political budget cycles. **Public Choice**, v. 137, p. 329-345, 2008.

SCHNEIDER, C. J. Fighting with one hand tied behind the back: political budget cycles in the West German states. **Public Choice**, v. 142, p. 125-150, 2010.

SHAH, A. A Practitioner's guide to intergovernmental fiscal transfers. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 4039, 2006.

SHELTON, C. A. The information content of elections and varieties of the partisan political business cycle. **Public Choice**, v. 150, p. 209-240, 2012.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: do they differ across countries and why? **Journal of Public Economics**, v. 90, p. 1367-1389, 2006.

SJAHIR, B. S.; KIS-KATOS, K.; SCHULZE, G. G. Political budget cycles in Indonesia at the district level. **Economics Letters**, v. 120, p. 342-345, 2013.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 105 - 121, 2005.

STREB, J. M.; TORRENS, G. Making rules credible: divided government and political budget cycles. **Public Choice**, v. 156, p. 703-722, 2013.

STRUMPF, K. S. Does government decentralization increase policy innovation? **Journal of Public Economy Theory**, v. 4, p. 207-241, 2002.

TANZI, V. Fiscal federalism and decentralization: a review of some efficiency and macroeconomic aspects. In: BRUNO, M.; PLESKOVIC, B. (Eds.). **Annual World Bank Conference on Development Economics**. Washington, D.C.: World Bank, 1996. p. 295-316.

_____. The future of fiscal federalism. **European Journal of Political Economy**, v. 24, p. 705-712, 2008.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **The Journal of Political Economy**, v. 64, p. 416-424, 1956.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Does opportunism pay off? **Economics Letters**, v. 96, p. 177-182, 2007a.

_____. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, p. 45-64, 2007b.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, p. 63-77, 2009.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, p. 106-126, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Influência da variação dos gastos sobre a probabilidade de recondução

Painel A – Influência da variação dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2003/2004		2005-2007/2008		2009-2011/2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0639**	0,6375	0,3869***	-0,7023	-0,0077	0,9346*
PES	0,0097***	0,0096***	-0,00007	0,0014	0,0041	0,0064**
TRP	–	0,5478***	–	0,8570***	–	0,6286***
TAM	–	-0,0703**	–	0,0321	–	-0,0816***
PRE	–	0,1999	–	0,2494**	–	0,036
GOV	–	0,1524**	–	0,1603**	–	0,1180
N	–	0,0385	–	-0,2095	–	-0,1010
NE	–	0,5100***	–	0,2165***	–	0,3738***
CO	–	0,3670***	–	-0,2226*	–	-0,2576**
S	–	0,2617***	–	-0,1013	–	0,2870***
LR Statistic	12,4948	134,3517	0,0006	222,2854	2,5210	162,0360
Prob (LR)	0,0004	0,0000	0,9798	0,0000	0,1123	0,0000
HL	11,9433	8,4907	7,8507	16,7223	12,3848	3,5397
Prob (HL)	0,1538	0,3871	0,4482	0,0331	0,1348	0,8961
Count R ²	52,27%	57,22%	49,12%	61,97%	50,01%	58,27%
Painel B – Influência da variação das outras despesas correntes						
Variáveis	2003/2004		2005-2007/2008		2009-2011/2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0687**	0,6978	0,3938***	-0,7054	-0,0198	0,8944*
ODC	-0,0060**	-0,0058**	0,0017	-0,0017	-0,0035	-0,0031
TRP	–	0,5453***	–	0,8578***	–	0,6163***
TAM	–	-0,0734**	–	0,0316	–	-0,0791***
PRE	–	0,1741	–	0,2480**	–	0,0352
GOV	–	0,1449**	–	0,1611**	–	0,1185
N	–	0,0230	–	-0,2013	–	-0,1142
NE	–	0,5151***	–	0,2224***	–	0,3674***
CO	–	0,3283**	–	-0,2232*	–	-0,2680**
S	–	0,2599***	–	-0,1048	–	0,2838***
LR Statistic	5,3271	127,4634	0,4527	222,3889	2,0392	157,8760
Prob (LR)	0,0210	0,0000	0,5010	0,0000	0,1533	0,0000
HL	5,3064	6,1978	16,2840	8,3588	2,8603	4,1498
Prob (HL)	0,7244	0,6251	0,0385	0,3992	0,9428	0,8434
Count R ²	51,70%	57,14	50,38%	61,97%	51,16%	58,20%
Painel C – Influência da variação dos investimentos						
Variáveis	2003/2004		2005-2007/2008		2009-2011/2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0719**	0,7375	0,4091***	-0,6761	0,0082	0,9638*
INV	-0,0002	-0,0003	-0,0006	-0,0006	-0,0003	-0,0007*
TRP	–	0,5485***	–	0,8583***	–	0,6203***
TAM	–	-0,0757**	–	0,0317	–	-0,0817***
PRE	–	0,2015	–	0,2499**	–	0,0283
GOV	–	0,1499**	–	0,1603**	–	0,1168
N	–	0,0351	–	-0,2209*	–	-0,0906
NE	–	0,5152***	–	0,2133**	–	0,3895***
CO	–	0,3161**	–	-0,2138*	–	-0,2562**
S	–	0,2547***	–	-0,0946	–	0,2969***
LR Statistic	0,9408	124,1807	2,3565	224,5477	0,7917	159,8164
Prob (LR)	0,3321	0,0000	0,1248	0,0000	0,3736	0,0000
HL	15,2344	10,7878	10,3194	11,7900	6,8711	4,3914
Prob (HL)	0,0547	0,2140	0,2433	0,1608	0,5506	0,8202
Count R ²	51,85%	57,71%	52,34%	62,00%	49,31%	57,46%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B – Influência da variação das categorias econômicas sobre a probabilidade de recondução

Painel A – Influência da variação das despesas correntes						
Variáveis	2003/2004		2005–2007/2008		2009–2011/2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0652**	0,6887	0,3965***	-0,7032	-0,0008	0,9264*
DCOR	0,0045	0,0048	0,0028	0,0002	0,0003	0,0034
TRP	–	0,5485***	–	0,8551***	–	0,6160***
TAM	–	-0,0732**	–	0,0319	–	-0,0799***
PRE	–	0,1984	–	0,2481**	–	0,0307
GOV	–	0,1487**	–	0,1598**	–	0,1156
N	–	0,0321	–	-0,2005	–	-0,1021
NE	–	0,5144***	–	0,2223***	–	0,3790***
CO	–	0,3126**	–	-0,2197*	–	-0,2672**
S	–	0,2569***	–	-0,0999	–	0,2920***
LR <i>Statistic</i>	1,0487	123,7590	0,4297	222,0057	0,0052	157,0603
<i>Prob</i> (LR)	0,3058	0,0000	0,5121	0,0000	0,9423	0,0000
HL	22,7156	8,5152	5,5235	6,5057	19,0777	6,8127
<i>Prob</i> (HL)	0,0037	0,3848	0,7004	0,5908	0,0144	0,5570
<i>Count R</i> ²	50,11%	57,64%	50,49%	61,97%	48,75%	57,66%

Painel B – Influência da variação das despesas de capital						
Variáveis	2003/2004		2005–2007/2008		2009–2011/2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0677**	0,7181	0,4086***	-0,6848	0,0091	0,9857*
DCAP	-0,0001	-0,0002	-0,0007	-0,0006	-0,0005	-0,0009*
TRP	–	0,5480***	–	0,8565***	–	0,6205***
TAM	–	-0,0747**	–	0,0319	–	-0,0830***
PRE	–	0,1944	–	0,2474**	–	0,0282
GOV	–	0,1479**	–	0,1590**	–	0,1167
N	–	0,0336	–	-0,2127	–	-0,0887
NE	–	0,5164***	–	0,2172***	–	0,3911***
CO	–	0,3146**	–	-0,2113*	–	-0,2522**
S	–	0,2553***	–	-0,0983	–	0,2931***
LR <i>Statistic</i>	0,1967	123,1774	2,3546	223,7706	1,0336	160,1494
<i>Prob</i> (LR)	0,6874	0,0000	0,1249	0,0000	0,3093	0,0000
HL	13,8848	7,9188	10,6972	11,1414	7,5629	3,3221
<i>Prob</i> (HL)	0,0848	0,4414	0,2195	0,1938	0,4773	0,9126
<i>Count R</i> ²	52,17%	57,66%	52,47%	62,06%	49,74%	57,34%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C – Influência da natureza dos gastos no ano eleitoral sobre a probabilidade de recondução do partido político por região

NORTE

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,2547	0,2534	-0,0925	-2,8203	-1,4387**	-0,7141
PES	0,0026	0,0113	0,0072	0,0060	0,0254*	0,0287*
TRP	–	0,9043***	–	0,5297**	–	0,5689**
TAM	–	-0,0875	–	0,1451	–	-0,0680
PRE	–	-0,1261	–	-0,2257	–	-0,1864
GOV	–	0,03774	–	0,2764	–	0,2362
LR <i>Statistic</i>	0,0329	16,9588	0,3067	7,9330	2,9207	10,4690
<i>Prob</i> (LR)	0,8560	0,0046	0,5797	0,1600	0,0875	0,0630
HL	6,8950	4,9680	6,3187	5,5556	17,8159	3,8555
<i>Prob</i> (HL)	0,5480	0,7610	0,6116	0,6969	0,0227	0,8699
<i>Count</i> R ²	47,72%	61,75%	52,29%	55,23%	53,73%	58,39%

Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0254	1,9772	0,7271	-1,4856	0,0969	0,2894
ODC	-0,0039	-0,0161	-0,0121	-0,0124	-0,0091	-0,0085
TRP	–	0,9094***	–	0,5434**	–	0,5627**
TAM	–	-0,1213	–	0,1114	–	-0,0290
PRE	–	-0,1041	–	-0,2505	–	-0,1628
GOV	–	0,3868	–	0,2936	–	0,2565
LR <i>Statistic</i>	0,0778	17,4551	1,0529	8,6325	0,3703	7,4080
<i>Prob</i> (LR)	0,7804	0,0037	0,3048	0,1247	0,5429	0,1920
HL	3,8119	15,5464	5,9434	8,5957	4,3874	10,0754
<i>Prob</i> (HL)	0,8737	0,0494	0,6536	0,3775	0,8206	0,2598
<i>Count</i> R ²	49,47%	59,30%	52,29%	55,88%	49,07%	57,76%

Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,1853	0,3120	0,1028	-2,6987	0,0369	-0,0332
INV	0,0029	0,0045	0,0092	0,0082	-0,0187	-0,0216
TRP	–	0,8909***	–	0,5190**	–	0,5973***
TAM	–	-0,0654	–	0,1476	–	-0,0103
PRE	–	-0,0583	–	-0,2595	–	-0,2161
GOV	–	0,3787	–	0,2863	–	0,2336
LR <i>Statistic</i>	0,0504	16,5465	0,6280	8,2200	1,7569	9,3828
<i>Prob</i> (LR)	0,8224	0,0054	0,4281	0,1445	0,1850	0,0947
HL	4,9160	2,3417	8,1099	12,4334	11,3517	4,5743
<i>Prob</i> (HL)	0,7665	0,9687	0,4228	0,1329	0,1826	0,8020
<i>Count</i> R ²	52,63%	61,40%	50,00%	56,54%	50,62%	57,76%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

NORDESTE

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,1408***	4,6874***	1,2049***	-0,1003	0,2160	1,8594
PES	-0,0190***	-0,0182***	-0,0136*	-0,0122*	0,0002	0,0016
TRP	–	0,3583***	–	0,6902***	–	0,4630***
TAM	–	-0,2652***	–	0,0472	–	-0,1154*
PRE	–	0,0913	–	0,1311	–	-0,0841
GOV	–	0,0892	–	0,3027*	–	0,3232**
LR <i>Statistic</i>	7,9251	29,7121	3,5766	42,1011	0,0010	24,4828
<i>Prob</i> (LR)	0,0049	0,0000	0,0586	0,0000	0,9752	0,0002
HL	7,2508	26,3024	5,9274	8,6224	7,9325	20,5399
<i>Prob</i> (HL)	0,5098	0,0009	0,6554	0,3751	0,4401	0,0085
<i>Count</i> R ²	54,47%	58,62%	52,05%	61,10%	50,04%	55,29

Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,3401	4,2476***	0,6940**	-0,3028	0,9044***	2,5932**
ODC	-0,0006	-0,0024	-0,0026	-0,0041	-0,0186**	-0,0196**
TRP	–	0,3434***	–	0,7036***	–	0,4616***
TAM	–	-0,2508***	–	0,0357	–	-0,1121*
PRE	–	0,1479	–	0,1447	–	-0,0737
GOV	–	0,1011	–	0,2893	–	0,3489**
LR <i>Statistic</i>	0,0084	22,6442	0,1345	39,5865	5,5598	30,4580
<i>Prob</i> (LR)	0,9269	0,0004	0,7138	0,0000	0,0184	0,0000
HL	2,9127	21,1325	16,3373	5,9681	9,7493	6,1315
<i>Prob</i> (HL)	0,9397	0,0068	0,0378	0,6508	0,2831	0,6325
<i>Count</i> R ²	50,81%	56,18%	51,42%	61,02%	52,09%	56,73%

Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,0434	3,9381***	0,3013***	-0,6627	-0,0469	1,4658
INV	0,0374***	0,0379***	0,0277***	0,0277***	0,0251***	0,0241***
TRP	–	0,3254***	–	0,7116***	–	0,4551***
TAM	–	-0,2602***	–	0,0301	–	-0,1031
PRE	–	0,1107	–	0,1332	–	-0,0458
GOV	–	0,1040	–	0,2609	–	0,3332**
LR <i>Statistic</i>	17,8365	40,3958	9,9789	49,0731	8,2695	31,8299
<i>Prob</i> (LR)	0,0000	0,0000	0,0016	0,0000	0,0040	0,0000
HL	11,2504	10,1255	15,9818	3,3698	10,1700	9,3635
<i>Prob</i> (HL)	0,1879	0,2563	0,0426	0,9091	0,2533	0,3126
<i>Count</i> R ²	54,31%	58,37%	52,68%	61,57%	53,84%	56,88%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

CENTRO-OESTE

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,5346	0,3289	0,3872	-3,0388	-0,7590	0,5954
PES	-0,0089	-0,0054	-0,0057	-0,0061	0,0079	0,0097
TRP	–	0,4154*	–	0,6729***	–	0,1633
TAM	–	-0,0138	–	0,1793	–	-0,0885
PRE	–	-0,1098	–	0,4096	–	0,1829
GOV	–	0,2593	–	0,1913	–	-0,0659
LR <i>Statistic</i>	0,3928	5,7212	0,1562	16,9273	0,2312	1,7416
<i>Prob</i> (LR)	0,5308	0,3343	0,6927	0,0046	0,6306	0,8836
HL	13,7092	13,5103	10,4812	5,6157	6,7189	4,2628
<i>Prob</i> (HL)	0,0897	0,0955	0,2329	0,6902	0,5672	0,8327
<i>Count</i> R ²	50,63%	55,97%	49,74%	59,52%	50,29	52,59%

Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,9253	2,0280	0,1525	-4,4402*	-0,6954	0,6617
ODC	-0,0165	-0,0259*	-0,00009	0,0124	0,0075	0,0055
TRP	–	0,4805**	–	0,6712***	–	0,1470
TAM	–	-0,0624	–	0,2156*	–	-0,0787
PRE	–	-0,1859	–	0,4210	–	0,2123
GOV	–	0,2910	–	0,2065	–	-0,0631
LR <i>Statistic</i>	1,3602	8,5350	0,00005	17,4951	0,1894	1,4944
<i>Prob</i> (LR)	0,2435	0,1291	0,9943	0,0037	0,6634	0,9137
HL	12,2928	10,9285	3,7776	10,0031	7,1233	5,9804
<i>Prob</i> (HL)	0,1386	0,2058	0,8766	0,2648	0,5234	0,6494
<i>Count</i> R ²	54,09	55,03%	52,38%	59,52%	52,59%	52,01%

Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,0930	0,3519	0,0935	-3,3230*	-0,3154	0,9751
INV	0,0234*	0,0267*	0,0042	-0,0032	-0,0066	-0,0062
TRP	–	0,4361*	–	0,6737***	–	0,1550
TAM	–	-0,0489	–	0,1833	–	-0,0799
PRE	–	-0,1777	–	0,4179	–	0,2016
GOV	–	0,2753	–	0,1988	–	-0,0647
LR <i>Statistic</i>	2,8256	9,0733	0,1255	16,8231	0,1957	1,5703
<i>Prob</i> (LR)	0,0928	0,1062	0,7232	0,0048	0,6582	0,9048
HL	6,9086	4,4891	20,2771	10,9814	4,7756	8,2293
<i>Prob</i> (HL)	0,5465	0,8105	0,0093	0,2028	0,7814	0,4114
<i>Count</i> R ²	54,40%	56,92%	56,35%	59,79%	0,4828	52,59%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

SUDESTE

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,8881**	0,1811	1,4033***	0,2251	0,8279**	2,1470**
PES	-0,0226***	-0,0260***	-0,0228**	-0,0224**	-0,0211**	-0,0200**
TRP	–	0,6518***	–	1,0424***	–	0,6475***
TAM	–	0,0282	–	0,0253	–	-0,0993**
PRE	–	0,2161	–	0,5729***	–	0,2168
GOV	–	0,2512*	–	0,2182*	–	0,1859
LR <i>Statistic</i>	6,7378	42,0397	6,3057	103,4251	5,7305	46,1995
<i>Prob</i> (LR)	0,0094	0,0000	0,0120	0,0000	0,0167	0,0000
HL	9,9634	14,1218	9,5264	6,5440	6,2735	8,5380
<i>Prob</i> (HL)	0,2676	0,0786	0,2999	0,5865	0,6166	0,3828
<i>Count</i> R ²	52,28%	58,63%	53,70%	64,25%	52,55%	57,94%

Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0728	-0,8989	1,0690***	-0,0408	1,0045***	1,9763**
ODC	-0,0058	-0,0029	-0,0160*	-0,0202**	-0,0302***	-0,0334***
TRP	–	0,6221***	–	1,0591***	–	0,6894***
TAM	–	0,0280	–	0,0318	–	-0,0701
PRE	–	0,2156	–	0,5566***	–	0,2209
GOV	–	0,2656**	–	0,2170*	–	0,1776
LR <i>Statistic</i>	0,4150	33,5474	3,2103	102,4198	9,8104	52,6066
<i>Prob</i> (LR)	0,5194	0,0000	0,0732	0,0000	0,0017	0,0000
HL	10,1744	9,4034	5,5040	2,8049	4,5003	4,6543
<i>Prob</i> (HL)	0,2530	0,3094	0,7026	0,9460	0,8094	0,7938
<i>Count</i> R ²	51,55%	57,57%	52,71%	64,17%	52,77%	59,17%

Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,6469***	-1,0749	-0,1656	-1,5799*	-0,7130***	0,2792
INV	0,0506***	0,0522***	0,0415***	0,0451***	0,0440***	0,0438***
TRP	–	0,6419***	–	1,0687***	–	0,6669***
TAM	–	-0,0002	–	0,0363	–	-0,0778*
PRE	–	0,2572	–	0,5829***	–	0,2347
GOV	–	0,2754**	–	0,2133	–	0,1775
LR <i>Statistic</i>	22,4547	56,5557	20,9079	121,1466	26,6093	67,1260
<i>Prob</i> (LR)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
HL	3,5365	7,0412	6,8307	6,6810	14,6329	7,9528
<i>Prob</i> (HL)	0,8963	0,5322	0,5550	0,5714	0,0667	0,4381
<i>Count</i> R ²	56,76%	59,53%	55,70%	64,32%	55,43%	59,38%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

SUL

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,5790***	2,9357**	1,3874***	1,5727	0,8127*	1,0924
PES	-0,0349***	-0,0326***	-0,0275***	-0,0314***	-0,0153	-0,0107
TRP	–	0,6183***	–	0,9773***	–	0,9150***
TAM	–	-0,1097	–	-0,0335	–	-0,0487
PRE	–	0,2776	–	0,0155	–	0,0330
GOV	–	0,0223	–	-0,0037	–	-0,2000
LR <i>Statistic</i>	14,5868	39,6777	7,7682	65,5218	2,3180	55,5880
<i>Prob</i> (LR)	0,0001	0,0000	0,0053	0,0000	0,1279	0,0000
HL	6,7333	5,4258	12,4821	3,3257	5,7535	8,2039
<i>Prob</i> (HL)	0,5657	0,7112	0,1310	0,9123	0,6748	0,4138
<i>Count R</i> ²	53,42%	58,92%	52,96%	62,08%	51,94%	60,36%

Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,8311*	0,9253	-0,4571	0,3142	0,7779*	1,6741
ODC	0,0208**	0,0170	0,0170*	0,0089	-0,0170	-0,0203*
TRP	–	0,6181***	–	0,9420***	–	0,9345***
TAM	–	-0,1188	–	-0,0572	–	-0,0663
PRE	–	0,3068	–	0,0206	–	0,0228
GOV	–	0,0509	–	0,0093	–	-0,1714
LR <i>Statistic</i>	4,3731	30,2887	2,7214	56,7642	2,5529	57,9597
<i>Prob</i> (LR)	0,0365	0,0000	0,0990	0,0000	0,1101	0,0000
HL	10,8825	2,8492	8,8793	3,2257	7,5256	7,7311
<i>Prob</i> (HL)	0,2084	0,9435	0,3526	0,9194	0,4811	0,4602
<i>Count R</i> ²	52,70%	58,20%	50,73%	62,08%	51,66%	60,36%

Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,2406*	1,8794*	0,1205	0,2450	-0,2112	0,1510
INV	0,0299***	0,0295***	0,0090	0,0185**	0,0227**	0,0205**
TRP	–	0,6126***	–	0,9938***	–	0,9154***
TAM	–	-0,1506**	–	-0,0484	–	-0,0396
PRE	–	0,3200	–	0,0015	–	0,014
GOV	–	0,0124	–	0,0036	–	-0,1948
LR <i>Statistic</i>	7,6917	34,8327	1,0994	60,3309	5,9931	29,0879
<i>Prob</i> (LR)	0,0055	34,8327	0,2944	0,0000	0,0144	0,0000
HL	1,9641	9,8673	6,2541	5,0947	10,3267	5,4162
<i>Prob</i> (HL)	0,9821	0,2745	0,6188	0,7474	0,2428	0,7123
<i>Count R</i> ²	52,28%	57,57%	51,41%	62,08%	54,30%	60,36

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – Influência das funções orçamentárias no ano eleitoral sobre a probabilidade de recondução do partido político por região

NORTE

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,4250	0,2888	3,5716	-0,8960	-1,3550	0,8010
ADM	-0,0054	–	-0,0618**	-0,0290*	0,0198	–
ASS	0,0150	–	0,0911	–	0,0518	–
SAU	-0,0230	–	-0,0528	–	0,0139	–
EDU	0,0029	–	-0,0340	–	0,0168	–
CUL	-0,1201	–	0,2840**	0,3043**	0,1122	–
URB	0,0020	–	-0,0406	–	-0,0211	–
AGR	0,0154	–	0,0127	–	0,0471	–
TRA	-0,0398	–	-0,0481	–	-0,0779*	-0,0915***
DL	0,0511	–	-0,0472	–	-0,0628	–
TRP	–	0,8908***	–	0,5889**	–	0,5824**
TAM	–	-0,0602	–	0,0625	–	-0,0609
PRE	–	-0,0729	–	-0,1637	–	-0,1701
GOV	–	0,3768	–	0,2131	–	0,3523
LR <i>Statistic</i>	5,9828	16,4357	21,0771	17,4593	13,3334	14,9984
<i>Prob</i> (LR)	0,7416	0,0025	0,0123	0,0077	0,1481	0,0104
HL	9,5959	5,8134	7,0944	11,4927	5,8356	7,7017
<i>Prob</i> (HL)	0,2945	0,6681	0,5265	0,1753	0,6656	0,4631
<i>Count</i> R ²	56,49%	61,40%	60,46%	57,19%	56,52%	58,70%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

NORDESTE

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,7923**	6,2263***	0,7474	-0,7030	0,2738	1,5876
ADM	-0,0088	–	-0,0043	–	-0,0085	–
ASS	0,0307	–	-0,0190	–	0,0057	–
SAU	-0,0272**	-0,0205*	-0,0019	–	-0,0065	–
EDU	-0,0292***	-0,0333***	-0,0067	–	-0,0009	–
CUL	0,0818	–	-0,0070	–	-0,0092	–
URB	-0,0060	–	0,0083	–	0,0121	–
AGR	0,0244	–	0,0683	–	0,0414	–
TRA	0,0273	–	0,0003	–	-0,0203	–
DL	0,0215	–	0,1232**	0,1374***	0,1715***	0,1674***
TRP	–	0,3187***	–	0,7030***	–	0,4458***
TAM	–	-0,2813***	–	0,0429	–	-0,1013
PRE	–	0,0448	–	0,1503	–	-0,0697
GOV	–	0,1101	–	0,2757	–	0,3252**
LR <i>Statistic</i>	26,53	41,0161	12,7849	46,5188	15,5425	33,1764
<i>Prob</i> (LR)	0,0017	0,0000	0,1726	0,0000	0,0771	0,0000
HL	7,9168	8,7832	9,8489	7,9099	8,0908	6,6724
<i>Prob</i> (HL)	0,4416	0,3609	0,2758	0,4423	0,4247	0,5724
<i>Count</i> R ²	55,77%	57,80%	50,87%	61,50%	52,55%	55,89%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

CENTRO-OESTE

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,6167	0,0926	2,2030	-3,2422*	1,6149	1,5785
ADM	0,0018	–	-0,0151	–	-0,0100	–
ASS	-0,0193	–	-0,0152	–	0,0055	–
SAU	-0,0159	–	-0,0280	–	-0,0234	–
EDU	-0,0370	–	-0,0375	–	-0,0425*	-0,0300
CUL	-0,1809	–	-0,034	–	0,1613	–
URB	-0,0048	–	-0,0223	–	-0,0211	–
AGR	0,0409	–	0,0834	–	0,0357	–
TRA	-0,0122	–	-0,0140	–	-0,0270	–
DL	0,0367	–	0,0169	–	-0,0557	–
TRP	–	0,4232*	–	0,6740***	–	0,1463
TAM	–	-0,0141	–	0,1760	–	-0,0730
PRE	–	-0,1130	–	0,4133	–	0,2142
GOV	–	0,2628	–	0,1944	–	-0,0323
LR Statistic	5,9299	5,5802	5,6321	16,7551	7,0197	4,1255
Prob (LR)	0,7469	0,2328	0,7761	0,0022	0,6351	0,5315
HL	4,3740	5,2793	2,7617	10,0285	8,5494	6,9106
Prob (HL)	0,8219	0,7273	0,9484	0,2630	0,3817	0,5463
Count R ²	53,14%	56,29%	54,76%	59,52%	58,91%	56,03%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

SUDESTE

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,5753	-1,3902*	1,2215	-0,7607	0,8486	2,0605**
ADM	-0,0020	–	-0,0296**	-0,0264***	0,0085	–
ASS	0,0150	–	0,0139	–	0,0251	–
SAU	-0,0024	–	-0,0159	–	-0,0278**	-0,0353***
EDU	-0,0031	–	-0,0135	–	-0,0308***	-0,0378***
CUL	0,1171*	0,1139*	0,0874**	0,0945**	-0,0336	–
URB	0,0206	–	0,0063	–	0,0059	–
AGR	0,0603	–	0,0280	–	0,0967***	0,0880**
TRA	-0,0168	–	-0,0005	–	0,0077	–
DL	0,1581***	0,1708***	0,0280	–	0,0500	–
TRP	–	0,6286***	–	1,0316***	–	0,6746***
TAM	–	0,0317	–	0,0411	–	-0,0509
PRE	–	0,1859	–	0,5968***	–	0,2670
GOV	–	0,2264*	–	0,2538*	–	0,2072
LR Statistic	27,7294	51,5716	22,7228	111,4653	34,7095	71,6259
Prob (LR)	0,0011	0,0000	0,0069	0,0000	0,0000	0,0000
HL	5,2452	5,8803	10,9316	2,9263	11,4389	8,0756
Prob (HL)	0,7311	0,6606	0,2056	0,9389	0,1781	0,4261
Count R ²	56,76%	58,55%	56,05	64,03%	57,23%	59,88%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

SUL

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,7694	1,1107	0,6579	0,7831	0,4732	0,9061
ADM	0,0188	–	0,0072	–	-0,0113	–
ASS	0,0226	–	0,0245	–	0,0265	–
SAU	0,0070	–	-0,0094	–	0,0217	–
EDU	-0,0063	–	-0,0139	–	-0,0234*	-0,0182
CUL	0,0703	–	0,0553	–	0,0473	–
URB	0,0058	–	0,0003	–	-0,0088	–
AGR	0,0407*	0,0360	0,0323	–	-0,0129	–
TRA	0,0227	–	-0,0146	–	-0,0028	–
DL	0,0201	–	-0,0304	–	-0,0385	–
TRP	–	0,6226***	–	0,9529***	–	0,9215***
TAM	–	-0,0922	–	-0,0634	–	-0,0396
PRE	–	0,2888	–	0,0118	–	0,0318
GOV	–	0,0529	–	0,0080	–	-0,1857
LR Statistic	10,4352	29,9082	9,3745	56,0734	8,7800	56,8769
Prob (LR)	0,3164	0,0000	0,4035	0,0000	0,4578	0,0000
HL	3,8154	12,9485	10,6126	11,1116	14,5349	5,8628
Prob (HL)	0,8734	0,1139	0,2246	0,1955	0,0688	0,6626
Count R ²	53,94%	58,61%	51,60%	62,08%	52,22%	60,26%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E – Influência da variação das funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0412	0,6603	0,3355***	-0,9576*	-0,0365	0,6872
ADM	0,0048	–	-0,0110	–	-0,0318***	-0,0253***
ASS	-0,0014	–	0,0017	–	-0,0335	–
SAU	0,0165	–	-0,0149	–	0,0107	–
EDU	0,0063	–	0,000007	–	-0,0052	–
CUL	0,0205	–	0,1280***	0,0005	0,0462	–
URB	-0,0005	–	-0,0031	–	-0,0250**	-0,0255***
AGR	-0,0190	–	0,0218	–	0,0005	–
TRA	-0,0043	–	-0,0182*	-0,0156	-0,0237*	-0,0244*
DL	0,0632**	0,0270**	0,0448**	0,0476*	0,0572*	0,0470
TRP	–	0,5437***	–	0,8491***	–	0,6097***
TAM	–	-0,0715**	–	0,0440	–	-0,0677**
PRE	–	0,1805	–	0,2481**	–	0,0238
GOV	–	0,1424**	–	0,1631**	–	0,1198
N	–	0,0231	–	-0,1563	–	-0,1182
NE	–	0,5230***	–	0,2402***	–	0,3535***
CO	–	0,3109**	–	-0,1806	–	-0,2916**
S	–	0,2622***	–	-0,0666	–	0,2972***
LR <i>Statistic</i>	11,2099	127,5875	28,8093	240,8305	29,0258	174,9562
<i>Prob</i> (LR)	0,2616	0,0000	0,0007	0,0000	0,0006	0,0000
HL	10,3758	6,7853	8,7161	13,5493	7,8299	7,3598
<i>Prob</i> (HL)	0,2396	0,5600	0,3668	0,0943	0,4503	0,4984
<i>Count</i> R ²	52,32%	57,59%	52,75%	62,22%	53,58%	58,56%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

APENDICE F – Apresentação dos *odds ratios* das regressões logísticas

ODDS RATIOS DA TABELA 5

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	2,8699	4,3749***	2,2858***	0,8577	1,0351	2,8464*
PES	0,9778***	0,9800***	0,9899**	0,9852***	0,9992	0,9970
TRP	–	1,7390***	–	2,3468***	–	1,8429***
TAM	–	0,9388**	–	1,0383	–	0,9243***
PRE	–	1,1948	–	1,2792**	–	1,0341
GOV	–	1,1468*	–	1,1703**	–	1,1217
N	–	0,9227	–	0,8246	–	0,8984
NE	–	1,5791***	–	1,3006***	–	1,4733***
CO	–	1,2260	–	0,7875**	–	0,7614**
S	–	1,2004**	–	0,8796	–	1,3263***
LR statistic	30,8319	145,5204	5,7766	233,2120	0,0320	156,8387
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0162	0,0000	0,8580	0,0000
HL	10,4394	9,1947	7,4991	7,7424	11,6585	8,1405
Prob (HL)	0,2355	0,3261	0,4859	0,4590	0,1671	0,4199
Count R ²	53,49%	58,41%	52,08%	61,75%	50,69%	57,77%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 6

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,8652	2,1076	1,7225***	0,6887	2,2900***	5,4115***
ODC	1,0048	0,9993	0,9962	0,9940	0,9783***	0,9804***
TRP	–	1,7285***	–	2,3649***	–	1,8599***
TAM	–	0,9280**	–	1,0269	–	0,9230***
PRE	–	1,2085	–	1,2765**	–	1,0397
GOV	–	1,1585**	–	1,1712**	–	1,1345
N	–	1,0289	–	0,8231	–	0,8635
NE	–	1,6773***	–	1,2570***	–	1,3917***
CO	–	1,3654**	–	0,9084*	–	0,7803**
S	–	1,2941***	–	0,6887	–	1,3171***
LR statistic	1,3069	122,6452	0,7856	223,8231	21,8238	173,0437
Prob (LR)	0,2530	0,0000	0,3754	0,0000	0,0000	0,0000
HL	11,3941	7,2823	1,8115	11,0230	8,2647	4,9070
Prob (HL)	0,1804	0,5065	0,9863	0,2004	0,4081	0,7675
Count R ²	51,25%	57,76%	51,15%	61,90%	52,33%	58,20%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 7

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,7836***	1,9361	1,2025***	-0,3733*	0,7764***	1,6991
INV	1,0309***	1,0333***	1,0158***	1,0232***	1,0199***	1,0210***
TRP	–	1,7268***	–	2,3950***	–	1,8351***
TAM	–	0,9134***	–	1,0295	–	0,9304**
PRE	–	1,2165	–	1,2623**	–	1,0496
GOV	–	1,1548**	–	1,1610*	–	1,1260
N	–	0,9113	–	0,8394	–	0,8569
NE	–	1,6676***	–	1,3630***	–	1,5051***
CO	–	1,2955**	–	0,8227	–	0,7658**
S	–	1,2408**	–	0,8956	–	1,2684***
LR statistic	39,4530	166,0168	14,0092	248,9543	20,2556	176,8938
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000
HL	10,7089	23,3177	11,0717	9,7725	17,0041	3,6776
Prob (HL)	0,2187	0,0030	0,1977	0,2814	0,0301	0,8850
Count R ²	54,16%	58,29%	51,93%	61,86%	53,62%	58,22%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 8

Painel A – Estatística descritiva									
Natureza	2004			2008			2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
DCOR	88,64 (6,36)	87,48 (6,82)	0,000	85,62 (7,53)	84,88 (7,25)	0,000	86,07 (7,03)	85,13 (6,72)	0,000
DCAP	11,36 (6,36)	12,52 (6,82)	0,000	14,38 (7,53)	15,12 (7,25)	0,000	13,92 (7,02)	14,87 (6,72)	0,000
Painel B – Influência das despesas correntes sobre a probabilidade de recondução									
Variáveis	2004		2008		2012				
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo			
Constante	11,3766***	37,8221***	4,7993***	3,2455*	5,4694***	13,5133***			
DCOR	0,9735***	0,9710***	0,9862***	0,9794***	0,9803***	0,9796***			
TRP	–	1,7248***	–	2,3900***	–	1,8351***			
TAM	–	0,9106***	–	1,0241	–	0,9280**			
PRE	–	1,2115	–	1,2617**	–	1,0491			
GOV	–	1,1545**	–	1,1634**	–	1,1256			
N	–	0,9553	–	0,8429	–	0,8653			
NE	–	1,6799***	–	1,3457***	–	1,5004***			
CO	–	1,3235**	–	0,8230	–	0,7660**			
S	–	1,2314**	–	0,8869	–	1,2596***			
LR statistic	30,8124	157,5624	10,7989	243,8594	20,4205	176,2932			
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0010	0,0000	0,0000	0,0000			
HL	5,9207	16,6681	12,3191	5,8329	6,7680	1,9149			
Prob (HL)	0,6561	0,0338	0,1375	0,6659	0,5619	0,9835			
Count R ²	54,84%	58,76%	51,91%	61,72%	53,24%	58,45%			

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

*, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 11

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,7643***	0,7569	1,4082***	0,2939**	0,7168***	0,9099
PES	1,0009***	1,0014***	1,00007	1,0003***	1,0003***	1,0004***
TRP	–	1,7367***	–	2,3780***	–	1,8548***
TAM	–	0,9501	–	1,0492	–	0,9519
PRE	–	1,2216	–	1,2967**	–	1,0585
GOV	–	1,1553**	–	1,1736**	–	1,1173
N	–	1,2648*	–	0,8674	–	1,0061
NE	–	2,1100***	–	1,3438***	–	1,6377***
CO	–	1,3529**	–	0,8021*	–	0,7643**
S	–	1,2932***	–	0,9178	–	1,3502***
LR statistic	28,6299	177,9345	0,4290	230,0828	20,7264	187,6282
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,5125	0,0000	0,0000	0,0000
HL	6,6954	13,7970	10,1130	11,0220	6,0167	8,4247
Prob (HL)	0,5698	0,0872	0,2572	0,2005	0,6454	0,3931
Count R ²	52,00%	58,29%	48,60%	61,93%	52,02%	59,42%
Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,7190***	0,5914	1,3694***	0,2613**	0,8516**	1,4494
ODC	1,0011***	1,0014***	1,0001	1,0003***	1,0002***	1,0003***
TRP	–	1,7448***	–	2,3698***	–	1,8421***
TAM	–	0,9700	–	1,0565*	–	0,9380**
PRE	–	1,2105	–	1,3008**	–	1,0508
GOV	–	1,1449*	–	1,1758**	–	1,1150
N	–	1,1328	–	0,8614	–	0,9643
NE	–	1,9448***	–	1,3525***	–	1,5998***
CO	–	1,1931	–	0,7796**	–	0,7500**
S	–	1,1809*	–	0,9033	–	1,3305***
LR statistic	52,0861	191,9504	1,6217	233,9440	7,6752	172,1781
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,2028	0,0000	0,0056	0,0000
HL	4,9437	6,2636	7,2107	4,3014	5,4757	6,1003
Prob (HL)	0,7636	0,6177	0,5141	0,8290	0,7057	0,6360
Count R ²	53,94%	58,76%	48,55%	62,02%	51,75%	57,79%
Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,8481***	1,6637	1,3466***	0,3104**	0,8612***	1,6223
INV	1,0025***	1,0029***	1,0004***	1,0008***	1,0005***	1,0005***
TRP	–	1,7340***	–	2,4156***	–	1,8390***
TAM	–	0,9250**	–	1,0473	–	0,9371**
PRE	–	1,2291	–	1,2860**	–	1,0547
GOV	–	1,1508**	–	1,1673**	–	1,1231
N	–	0,9994	–	0,8651	–	0,9143
NE	–	1,8054***	–	1,3938***	–	1,5632***
CO	–	1,2320	–	0,8098*	–	0,7653**
S	–	1,1941**	–	0,8920	–	1,2787***
LR statistic	58,8989	193,3339	7,8630	248,5987	20,9824	181,1922
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0050	0,0000	0,0000	0,0000
HL	14,4744	13,1298	17,4972	18,6167	24,0879	16,3251
Prob (HL)	0,0702	0,1075	0,0253	0,0170	0,0022	0,0380
Count R ²	54,36%	59,06%	48,74%	62,00%	54,66%	58,29%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 16

Painel A – Influência dos gastos com pessoal e encargos sociais						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	4,5887***	6,1573***	2,6907***	1,1409	1,3252	4,6753***
PES	0,9676***	0,9696***	0,9866***	0,9780***	0,9940	0,9865***
TRP	–	1,7451***	–	2,3788***	–	1,8584***
TAM	–	0,9477*	–	1,0428	–	0,9236***
PRE	–	1,2073	–	1,2881**	–	1,0399
GOV	–	1,1461*	–	1,1742**	–	1,1190
N	–	0,8886	–	0,7797*	–	0,9088
NE	–	1,5261***	–	1,2725***	–	1,5331***
CO	–	1,2383*	–	0,7648**	–	0,7649**
S	–	1,1657*	–	0,8606*	–	1,2919***
LR statistic	63,1131	173,8558	8,0203	241,6389	1,6191	163,2591
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0046	0,0000	0,2032	0,0000
HL	8,5875	5,2930	12,3425	8,0481	10,2018	13,5092
Prob (HL)	0,3783	0,7259	0,1366	0,4288	0,2511	0,0955
Count R ²	54,71%	58,21%	50,79%	61,70%	51,16%	57,46%
Painel B – Influência das outras despesas correntes						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,6399**	1,3776	2,0390***	0,6624	2,5223***	5,8882***
ODC	1,0118***	1,0059	0,9925	0,9948	0,9771***	0,9796***
TRP	–	1,7312***	–	2,3548***	–	1,8455***
TAM	–	0,9367**	–	1,0279	–	0,9222***
PRE	–	1,1954	–	1,2763**	–	1,0306
GOV	–	1,1544**	–	1,1694**	–	1,1288
N	–	1,0053	–	0,8242	–	0,8767
NE	–	1,6422***	–	1,2568***	–	1,4191***
CO	–	1,3379**	–	0,8173*	–	0,7785**
S	–	1,2800***	–	0,9143	–	1,3342***
LR statistic	7,1757	124,2329	2,4376	223,0434	18,4372	170,2480
Prob (LR)	0,0074	0,0000	0,1185	0,0000	0,0000	0,0000
HL	11,1273	5,8605	10,8912	12,5921	7,8416	8,7084
Prob (HL)	0,1946	0,6629	0,2079	0,1267	0,4491	0,3675
Count R ²	52,10%	57,61%	51,63%	61,97%	52,90%	57,86%
Painel C – Influência dos investimentos						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,7198***	1,7783	1,0104	0,2976**	0,6976***	1,3018
INV	1,0408***	1,0435***	1,0384***	1,0524***	1,0331***	1,0428***
TRP	–	1,7363***	–	2,4556***	–	1,8806***
TAM	–	0,9126***	–	1,0298	–	0,9326**
PRE	–	1,3041*	–	1,2622**	–	1,0478
GOV	–	1,1727**	–	1,1456*	–	1,1242
N	–	0,9303	–	0,7345***	–	0,8686
NE	–	1,6546***	–	1,3568***	–	1,6071***
CO	–	1,3210**	–	0,8354	–	0,7911*
S	–	1,2472***	–	0,9149	–	1,2560***
LR statistic	58,8154	186,2300	34,6323	278,9213	31,6119	201,8133
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
HL	3,9394	6,4279	21,8277	4,0032	12,3937	2,5457
Prob (HL)	0,8626	0,5994	0,0052	0,8568	0,1345	0,9596
Count R ²	54,91%	58,14%	53,43%	62,38%	53,64%	58,94%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 17

Painel A – Estatística descritiva									
Natureza	2003			2005-2007			2009-2012		
	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW	Grupo 0	Grupo 1	MW
DCOR	88,95 (5,90)	87,59 (6,49)	0,000	88,69 (4,69)	87,81 (5,04)	0,000	87,79 (5,19)	86,83 (5,31)	0,000
DCAP	11,05 (5,90)	12,41 (6,49)	0,000	11,31 (4,69)	12,19 (5,04)	0,000	12,20 (5,18)	13,17 (5,31)	0,000

Painel B – Influência das despesas correntes sobre a probabilidade de recondução						
Variáveis	2003		2005-2007		2009-2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	25,2743***	96,076***	41,854***	45,304***	21,2435***	127,03***
DCOR	0,9648***	0,9613***	0,9628***	0,9518***	0,9656***	0,9557***
TRP	–	1,7363***	–	2,4396***	–	1,8829***
TAM	–	0,9074***	–	1,0201	–	0,9240***
PRE	–	1,2939*	–	1,2483*	–	1,0498
GOV	–	1,1681**	–	1,1440*	–	1,1222
N	–	0,9816	–	0,7785*	–	0,8871
NE	–	1,6815***	–	1,3653***	–	1,6269***
CO	–	1,3550**	–	0,8548	–	0,7998*
S	–	1,2146**	–	0,9039	–	1,2077**
LR statistic	48,1604	177,5433	34,9612	275,2967	36,8302	208,4610
Prob (LR)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
HL	6,8289	5,5234	15,0332	7,2156	12,4588	4,1355
Prob (HL)	0,5552	0,7004	0,0585	0,5136	0,1319	0,8447
Count R ²	53,59%	58,14%	53,47%	62,06%	53,73%	59,17%

Nota: O valor entre parênteses corresponde aos desvios-padrão do período.

*, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 19

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,7252	1,0855	1,8903*	0,2955*	1,0103	1,9731
ADM	1,0051	–	0,9878**	0,9954	0,9989	–
ASS	1,0363***	1,0215*	1,0169	–	1,0219	–
SAU	0,9939	–	0,9940	–	0,9914	–
EDU	1,0028	–	0,9969	–	1,0014	–
CUL	1,0774**	1,0704**	1,0708***	1,0483*	1,0177	–
URB	1,0046	–	1,0016	–	0,9975	–
AGR	1,0412***	1,0410**	1,0318**	1,0537***	1,0357**	1,0179
TRA	0,9979	–	0,9809***	0,9950	0,9910	–
DL	1,0506*	1,0896	1,0264	–	1,0351	–
TRP	–	1,7351***	–	2,3438***	–	1,8459***
TAM	–	0,9474	–	1,0607*	–	0,9349**
PRE	–	1,1863	–	1,2533*	–	1,0326
GOV	–	1,1557**	–	1,1839**	–	1,1231
N	–	1,0665	–	0,8539	–	0,8979
NE	–	1,7727***	–	1,2598***	–	1,4686***
CO	–	1,4108***	–	0,8643	–	0,7666**
S	–	1,2328**	–	0,8524	–	1,2812***
LR statistic	26,9076	148,1370	36,2218	240,8114	14,5291	158,0777
Prob (LR)	0,0014	0,0000	0,0000	0,0000	0,1047	0,0000
HL	6,1308	6,8647	3,8497	14,1886	10,5451	11,2704
Prob (HL)	0,6326	0,5512	0,8704	0,0770	0,2288	0,1868
Count R ²	53,09%	58,39%	54,09%	61,47%	52,65%	57,77%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

ODDS RATIOS DA TABELA 22

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	1,2057	1,2772	1,6312	0,2383**	0,6505	0,7224
ADM	1,0018	–	0,9916	–	1,0150**	1,0166***
ASS	1,0339***	1,0216*	1,0200	–	1,0384**	1,0393**
SAU	0,9828**	0,9840**	1,00008	–	0,9862	–
EDU	0,9968	–	0,9972	–	1,0046	–
CUL	1,0570*	1,0528	1,0097	–	0,9996	–
URB	1,0067	–	1,0091	–	1,0188**	1,0254***
AGR	1,0397***	1,0454***	1,0338**	1,0629***	1,0392**	1,0301*
TRA	0,9973	–	0,9852	–	1,0037	–
DL	0,9789	–	0,9702	–	0,9656	–
TRP	–	1,7327***	–	2,3689***	–	1,8434***
TAM	–	0,9636	–	1,0718**	–	0,9533
PRE	–	1,2277	–	1,2485*	–	1,0476
GOV	–	1,1583**	–	1,1798**	–	1,1140
N	–	0,9962	–	0,8192	–	0,9089
NE	–	1,6518***	–	1,2915***	–	1,5399***
CO	–	1,3453**	–	0,8221	–	0,7352**
S	–	1,1385	–	0,7994**	–	1,3217***
LR statistic	31,2987	144,6195	16,5294	233,9439	27,5469	177,6048
Prob (LR)	0,0003	0,0000	0,0566	0,0000	0,0011	0,0000
HL	6,0599	4,3003	2,4969	10,7271	1,9500	3,3097
Prob (HL)	0,6405	0,8291	0,9619	0,2176	0,9825	0,9135
Count R ²	53,02%	57,19%	52,95%	61,77%	53,26%	58,27%

Nota: *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.